

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ADRIANO COSMA CABREIRA



HORIZONTES VERTICAIS:

Meandros do meio técnico-científico-informacional em Dourados-MS

**DOURADOS
2009**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ADRIANO COSMA CABREIRA

HORIZONTES VERTICAIS:

Meandros do meio técnico-científico-informacional em Dourados-MS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação (Área de Concentração: Produção do Espaço Regional e Fronteira), da Faculdade Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Jones Dari Goettert

**DOURADOS
2009**

À Leide Carla, companheira, cúmplice,
motivadora e co-participante dessa
jornada.

Ao João Pedro, que na simplicidade de
seu sorriso me fortalecia, dando alegria e
paz nos momentos de cansaço.

AGRADECIMENTOS

À Deus, que no invisível me auxiliou onde só ele podia alcançar.

À minha companheira Leide Carla, pela compreensão nos momentos de ausência que se fizeram necessários para realização desse trabalho.

Ao professor Jones Dari Goettert pela orientação, diálogo e ideias que foram necessárias para o meu crescimento acadêmico e para o desenvolvimento dessa dissertação.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia, em especial às professoras que contribuíram diretamente nessa trajetória durante as disciplinas cursadas: Maria José Martinelli Silva Calixto, Flaviana Gasparotti Nunes e Lisandra Pereira Lamoso.

Às professoras Edima Aranha Silva e Silvana de Abreu pelas observações e orientações durante a qualificação.

Aos colegas de trabalho Nei Geller e Alesandra Soares, da Escola Estadual Frei João Damasceno em Caarapó-MS, pela compreensão no momento que foi necessário reformular o meu horário de aula para cursar os créditos do mestrado.

À Maria Aparecida Marques de Faria e Maria Ângela da Silva Lopes, da Escola Estadual Arcenio Rojas em Caarapó-MS, pela colaboração ao final desta jornada.

À Castu Ayala, pela foto da capa e pela revisão ortográfica.

A todos, muito obrigado, cada um de vocês fazem parte da história desse trabalho, desse sonho que se realiza.

Viver é como andar de bicicleta: É preciso
estar em constante movimento para
manter o equilíbrio.

Albert Einstein

RESUMO

O município de Dourados, situado na porção meridional do Mato Grosso do Sul, embora nele ainda persistam algumas características de policultura, notabiliza-se principalmente pela produção agropecuária direcionada à exportação e à produção agroindustrial. Como “consequência” deste viés econômico, o município se configurou como um espaço de comando em relação ao seu entorno, pois, a partir das conexões e fluxos relacionados à economia, outras conexões e fluxos se estabeleceram em diversas áreas, tornando Dourados referência na porção centro-sul do estado em pesquisa, tecnologia, informação, serviços públicos (saúde, educação...), finanças e transporte. As relações hegemônicas no município desenvolveram uma profunda integração técnica, tecnológica e informacional que sustenta a importância espacial de Dourados, possibilitando a compreensão deste espaço como parte do que Milton Santos definiu por “meio técnico-científico-informacional” – espaço dominante no capitalismo globalizado. Em Dourados, o desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional se confirma por meio dos negócios ligados à agricultura, principalmente, que fecha negócios e exporta produtos para vários destinos, inclusive internacionais, utilizando-se de tecnologia avançada na relação com o mercado, destacando-se a produção da soja, da carne bovina e do frango. Como “consequência” dessa inserção, de sua densidade técnica-científica-informacional e de seu papel como parte dos movimentos de “globalização”, Dourados se tornou um espaço de comando, e “consequentemente” “luminoso” e da “rapidez” (das discussões de Milton Santos e de Maria Laura Silveira). Esses elementos influenciam não somente a dinâmica econômica, mas também o cotidiano de sua população, uma vez que novos objetos e suas respectivas “cargas” informacionais promovem novos movimentos entre a relação “meios” e sujeitos. Contudo, como espaço desigual do qual Dourados faz parte, também o meio técnico-científico-informacional é desenvolvido desigualmente, fundando e aprofundando o próprio espaço desigual e, portanto, a desigualdade entre os sujeitos.

Palavras-chave: Dourados-MS; meio técnico-científico-informacional, sujeitos.

RESUMEN

La ciudad de Dourados, situado en la parte meridional de Mato Grosso do Sul, aunque todavía persisten algunas características del notabiliza mixto, principalmente por dirigido y producción de ganado, exportación y producción del sector agroindustrial. Como "consecuencia" de esta parcialidad, el municipio de si ha configurado como un área de comando de sus alrededores, porque de los flujos de conexiones y relacionados con economía, otras conexiones y corrientes se establecieron en diversas áreas, haciendo referencia en dorado-Centro parte del Estado en el sur de la investigación, tecnología, información, servicios públicos (salud, educación,...), finanzas y transporte. Las relaciones hegemónicas en el municipio, por lo tanto, desarrolló una profunda integración técnica, tecnológica y informativa que se basa en el espacio con placa de importancia, lo que permite la comprensión de esta área como parte de ese Milton Santos establecidos por "científico-técnica-informativo" – espacio dominante en el capitalismo. En la religión, el desarrollo de técnicas-científico-informativo confirmado a través de los negocios relacionados con la agricultura, principalmente que cierra el negocio y las exportaciones de productos a varios destinos, incluidos los internacionales, utilizando tecnología avanzada a relación con el mercado, la producción de soja, carne de pollo. Como "consecuencia" de esta inserción, su técnico-científico-densidad informativa y su papel como parte del movimiento de oro "globalización" se ha convertido en un área de comando y "(discussions Milton Santos and María Laura Silveira)"consecuencia"luz"y"velocidad. Estos elementos influyen no sólo la dinámica económica, sino también la vida cotidiana de su población, ya que los nuevos objetos y sus respectivos "cargas" informativos promoción nuevas entradas entre "los medios" y objeto. Sin embargo, como espacio de oro desigual que es también la información científica y técnica se desarrolla de manera desigual, fundador y profundización desigual espacio propio y, por lo tanto, el tema.

Palabras-clave: Dourados-MS; meio técnico-científico-informacional, personas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1- 1- A TÉCNICA, O ESPAÇO E OS SUJEITOS	20
1 – Por que estudar o fenômeno técnico?	20
1.1 – A técnica.....	21
1.2 – Espaço e técnica.....	26
1.3 – Períodos.....	31
1.4 – Os meios geográficos.....	36
1.4.1 – O meio natural.....	36
1.4.2 – O meio técnico.....	38
1.4.3 – O meio técnico-científico-informacional.....	42
1.5 – O cidadão, o meio técnico-científico-informacional e o espaço vivido....	50
1.6 – “Globalização”	56
1.7 – O “jogo de escalas”	71
1.8 – Redes.....	75
2- DOURADOS: DO MEIO TÉCNICO AO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO- INFORMACIONAL	81
2.1 – O meio técnico	82
2.2 – O meio técnico-científico-informacional.....	86
2.2.1 – As ações da SUDECO.....	88
a) Armazenamento.....	92
b) Energia.....	93
c) Transporte.....	94
d) Pesquisa agropecuária, assistência técnica e apoio logístico.....	94
2.2.2 – As ações da SUDECO e a consolidação do meio técnico-científico- informacional.....	96
2.3 – Dourados: um espaço em rede	107
3- ESPAÇOS TECNOLOGICAMENTE AVANÇADOS E SUJEITOS EM DOURADOS	121
3.1 – A dispersão seletiva da informação em Dourados.....	123
3.2 – Os sujeitos e o espaço da “inclusão/exclusão”	129

3.3 – Os sujeitos e o meio técnico-científico-informacional em Dourados.....	132
PARA NÃO CONCLUIR...	146
BIBLIOGRAFIA	151

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Zona de influência aproximada da Cia Matte Laranjeira no Estado do Mato Grosso do Sul (1882-1924).....	80
Figura 02: “Região da Grande Dourados”.....	91
Figura 03: Região da “Grande Dourados” – Vias de circulação	101
Figura 04: Conexões de Dourados com os outros estados da federação.....	112
Figura 05: Assinaturas da Folha de São Paulo em Dourados.....	125
Figura 06: Distribuição setorial do jornal “O Progresso” em Dourados.....	126
Figura 07: Atuação da Via Cabo em Dourados.....	127
Figura 08: Localização dos órgãos de comunicação em Dourados.....	128

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Os períodos tecnológicos a partir de Fu-Chen.....	34
Quadro 2 - PRODEGRAN no espaço mato-grossense de 1975/1981.....	96
Quadro 03: Número de agências bancárias e movimentações financeiras (2008)	103
Quadro 04: Empresas do setor de comunicação em Dourados.....	103
Quadro 05: Pessoas que vivem em domicílios com computador.....	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Evolução da População Rural e Urbana do município de Dourados.....	98
Tabela 02: Número de matrículas no ensino superior, segundo o ano letivo e instituição.....	105
Tabela 03: Número de empresas e indústrias de Dourados e seu entorno...	109
Tabela 04: Balança Comercial de Dourados.....	113
Tabela 05: Dourados - Empresas exportadoras por faixa de valor (Us\$) - (Jan-Dez/2008).....	114
Tabela 06: Dourados- Empresas importadoras por faixa de valor (Us\$) - (Jan-Dez/2008).....	114
Tabela 07: Exportações de Dourados.....	115
Tabela 08: Importações de Dourados.....	116
Tabela 09: Frequência de acesso a internet dos funcionários do setor terciário.....	134
Tabela 09: Pessoas de 10 anos ou mais de idade que tinham telefone móvel para uso pessoal, por Grandes Regiões - 2005.....	142

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Utilização do computador e internet pelos funcionários do setor terciário.....	104
Gráfico 02: Municípios do estado que estabelecem relações comerciais com Dourados.....	110
Gráfico 03: Comércio: Conexões com espaços fora do Estado.....	111
Gráfico 04: Conexões estabelecidas nas aquisições dos produtos comercializados em Dourados.....	112
Gráfico 05: Acesso à CD's em Dourados.....	118
Gráfico 06: Acesso à DVD's em Dourados.....	118
Gráfico 07: Frequência de acesso a internet dos alunos do 8º ano.....	133
Gráfico 08: Importância do uso da internet para os funcionários do setor terciário.....	134
Gráfico 09: Locais de acesso ao computador e internet.....	135
Gráfico 10: Equipamentos de mídia dos alunos do 8º ano.....	137
Gráfico 11: Meios de informação do cotidiano dos alunos do 8º ano.....	137
Gráfico 12: Formas de captação de sinal de TV nos domicílios Alunos do 8º ano.....	138
Gráfico 13: Formas de captação de sinal de TV nos domicílios dos funcionários do terciário.....	139
Gráfico 14: Equipamentos de mídia utilizados pelos funcionários do terciário.....	140
Gráfico 15: Fontes de informação dos funcionários do terciário.....	140

INTRODUÇÃO

Convivemos em relações tecidas a partir de acontecimentos pessoais, regidas pelo amor, a razão, as amizades, o companheirismo, o trabalho, as conversas “dos outros”, as dívidas que não cessam, o dinheiro curto, e muitos outros elementos... Esses aspectos emergem do cotidiano¹, do convívio pessoal, do ambiente de socialização do homem... Essa esfera da vida, que no dia-a-dia se constrói os lugares orgânicos (afetivos), Milton Santos (2002) chama de *horizontalidades*, pois se baseia em forças advindas do horizonte: dos sujeitos aos sujeitos², do local ao local... Todavia, em um mesmo espaço, forças inorgânicas (artificiais) também agem no espaço, seguindo lógicas que não são locais e nem tão pouco pessoais. Esse movimento Milton Santos define por *verticalidades*, pois é um fenômeno gerenciado no âmbito vertical, ou seja, do global para o local. Desse modo, a verticalidade é a macroesfera (o nacional ou o mundial), enquanto que a horizontalidade é a microesfera (o local). Cada uma dessas esferas está interligada à outra, e ambas são constituintes da base social e material das relações humanas: o espaço, que,

¹Sobre cotidiano, partimos da ideia de Karel Kosik (1995, p. 80) de que “A vida cotidiana é antes de tudo organização, dia a dia, da vida individual dos homens; a repetição de suas ações vitais é fixada na repetição de cada dia, na distribuição do tempo em cada dia. A vida de cada dia é divisão do tempo e é ritmo em que se escoa a história individual de cada um”. E para Agnes Heller (1985, p. 17 e 20), “A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias”; por isso, cada sujeito (Heller fala em indivíduo) é simultaneamente um ser particular e um ser genérico, o que pressupõe que cada sujeito abarca a “generalidade” do mundo e que o mundo abarca toda “particularidade” do sujeito.

² Desde já apontamos que usaremos o termo “sujeitos” para nos referir ao que, também usualmente, tem sido definido por “pessoas”, “cidadãos”, “indivíduos” e “homem”, dentre outros. Portanto, o uso de “sujeitos” é intencional e o fazemos baseados sobre as preocupações – e precauções – apontadas, sobretudo, por Eder Sader (1988), Heinz Dieter Heidemann (1998) e Jones Dari Goettert (2008). Para o primeiro, “sujeito” é tanto o individual como o coletivo (daí, “sujeito coletivo”), enfatizando que “Se a noção de sujeito está associada à possibilidade de autonomia, é pela dimensão do imaginário como capacidade de dar-se algo além daquilo que está dado” (Sader, 1988, p. 56); para o segundo, o sujeito (o autor analisa o sujeito migrante) é sempre “sujeito sujeitado” – sujeito histórico a uma organização econômica e social (Heidemann, 1998, p. 17); já para o terceiro, é possível se pensar a ideia de “sujeito sujeitado” ao lado da de “sujeito-sujeito”, isto é, o sujeito é tanto sujeitado mas também portador de possibilidades de autonomia. Como registro, também apontamos as seguidas referências de Milton Santos na ênfase em pensar o espaço tendo o “sujeito” como centralidade, mesmo que não o faça com o uso corrente desse termo, como em “O espaço do cidadão” (1987), “Metamorfoses do espaço habitado” (1988) e “Pensando o espaço do homem” (2004b).

simultaneamente, é o local e o global, o regional e o nacional, o próximo e o distante, o “de dentro” e o “de fora”, emoção e razão... Nessa relação, ora dicotômica, ora simbiótica, e sempre dialética, a produção espacial nunca é rígida: é multifacetada, marcada por “horizontais” e por “verticais”.

Assim:

As verticalidades são formadas por pontos, as horizontalidades por planos. As verticalidades dão-nos o que se denomina espaço dos fluxos, a paisagem eficaz, o reino do cálculo, o domínio da racionalidade cega e triunfante. As horizontalidades dão-nos o espaço banal, o espaço da vida, do cotidiano compartilhado por todos, o reino em que todas as emoções são permitidas. Mas não existe [...] separação real entre essas duas realidades. Suas racionalidades coexistem e se interpenetram, modificam-se mutuamente, cada qual se afirmando, a cada instante, em função de seus próprios objetivos (Santos, 2002, p.110-111).

Apesar das diferenciações decorrentes da produção vertical e horizontal do espaço, a técnica e a informação são conjuntamente elementos que permeiam a constituição e produção espacial, uma vez que são características da nova “roupagem” do capitalismo contemporâneo, por vezes chamado de “globalização”³.

Nessa “nova” fase capitalista a técnica, alicerçada pelo saber científico, mais a informação, se apresentam como aspectos necessários para a nova divisão internacional do trabalho, para a fluidez das mercadorias no nível global e para acumulação que mantêm o caráter excludente do sistema em vigor.

Essa realidade se manifesta em todo o mundo, por isso que as novas tecnologias de produção, circulação e comunicação se materializam em diversos espaços, mesmo que desigualmente.

³Compreendemos, nos limites deste trabalho, “globalização”, a partir de Giddens (1991), como a intensificação das relações sociais e econômicas em escala nacional e as conexões entre as diferentes regiões do globo através das quais os acontecimentos locais sofrem a influência dos acontecimentos que ocorrem a muitos quilômetros de distância e vice-versa. As “consequências” dos nossos atos estão desencadeadas de tal forma que o fizermos agora repercute em espaços e tempos distantes. Isto diz respeito às interconexões globais, locais e cotidianas e, logo, às “consequências” recíprocas entre as dimensões macro e micro. Ainda, sobre o termo “globalização”, tomaremos também sempre em conta as ressaltas apontadas por Octavio Ianni (1997), Milton Santos (2000) e Paulo Nogueira Batista Júnior (1997). Para o primeiro, a “globalização” é também uma fábula encenada em várias metáforas, como na ideia de “aldeia global”, embaçando o olhar sobre as tensões, conflitos e contradições das relações que definem – material e imaterialmente – o movimento capitalista global; para o segundo, a adição de um adjetivo à “globalização” – “globalização perversa” – já é indicativa do que ela representa, em especial para os sujeitos mais pobres; e, para o terceiro, a ênfase de que a “globalização” está crivada de mitos, não passando, muitas vezes, de um “mero” construto político-ideológico que se propõe a assegurar formas de dominação – principalmente econômicas – dos mais ricos sobre os mais pobres. Por todas essas ressalvas, é que sempre, aqui, o termo “globalização” seguirá entre aspas.

Nesse aspecto, a técnica é a força propulsora da remodelagem dos lugares, trazendo novos hábitos e alterando as relações sociais. É nesse sentido que o título desse trabalho conjuga as expressões de Santos (2002), no sentido dado pela complementaridade, pois as relações globais influenciam o local (e o local o global, mesmo que desproporcionalmente) e a materialidade dessa expressão pode ser observada a partir da implantação e presença das técnicas, por isso podemos dizer que há um horizonte vertical, ou seja, um cotidiano global, ou um local globalizado.

Dessa forma, temos um espaço que é ambiente da técnica e habitat do homem (um e outro inseparáveis), com contrariedades e singularidades decorrentes do movimento locacional e global (e em suas mais diferentes escalas), permitindo a construção de espaços com peculiaridades distintas. Esse caráter dinâmico do espaço é o que também buscamos entender aqui, a partir das empresas como elementos verticais do capitalismo e dos sujeitos como elementos horizontais participantes do espaço.

Nessa tarefa escolhemos compreender a constituição do “meio técnico-científico-informacional” (Santos, 1997) em Dourados e seus desdobramentos sobre como instituições, firmas e sujeitos que participam dele, na medida em que Dourados apresenta uma importância tanto local e regional, como também nacional (um dos centros do agronegócio⁴) e até internacional (como espaço de exportação), mesmo que em condição de subalternidade frente a “espaços que mandam” (Santos & Silveira, 2001), internos e externos ao espaço brasileiro. Contudo, de alguma forma, em escala regional, podemos já dizer que também Dourados se constitui como um “espaço que manda”.

Para realizarmos esse trabalho, nossas referências centrais se pautam na obra de Milton Santos, e, apesar de não ser o único autor lido e utilizado, suas aspirações são as fontes que nortearam nosso trabalho.

Sempre em diálogo com um conjunto de referências teóricas, este trabalho (também um processo) atentou para a importância da produção e coleta de dados primários e secundários, em trabalho de campo, que metodologicamente buscou trabalhar com instituições, firmas e sujeitos que pudessem “mostrar” a “face

⁴“Mundo” dos negócios envolvendo os setores da agropecuária brasileira – “indústria para a agricultura”, agropecuária e agroindústria (em aproximação a Müller, 1989) – que, “em tese”, se desenvolvem com base em um aparato de alta tecnologia e infra-estrutura de produção e comercialização (em alguma medida, poderíamos dizer que o agronegócio se constitui como o setor produtivo do campo que abarca o “meio técnico-científico-informacional rural”).

globalizada” (e a “não globalizada”) de Dourados, bem como também o seu papel como centro regional.

Por isso, escolhemos realizar entrevistas com funcionários do setor do comércio e de serviços, e com alunos do Ensino Fundamental de duas escolas públicas, uma municipal e outra estadual⁵. Os setores comerciais e de serviços da economia foram escolhidos por serem diretamente influenciados pelas nuances da produção agropecuária (ligadas ao mercado global) e por estabelecer fluxos entre Dourados e seu entorno. Além disso, a pesquisa com os funcionários do comércio e do setor de serviços também nos proporcionou a noção de uso das tecnologias eletrônicas e digitais e das formas de acesso à informação entre a população adulta, em especial.

Assim, para estabelecer comparativos com os dados obtidos, optamos por estudar também o grupo de pré-adolescentes e de adolescentes escolares, do Ensino Fundamental.

Foram realizadas entrevistas com 125 pessoas, sendo 67 alunos, dos quais 34 são da Escola Municipal Prof^a. Elza Farias Kintschev Real (Escola Elza Farias) e 33 da Escola Antonia da Silveira Capilé (Escola Capilé), além de 58 pessoas dos segmentos comercial e de prestação de serviços: Máquinas, Tratores e Colheitadeiras (5); Máquinas e Peças Agrícolas (9); Sementes, Rações e Fertilizantes (8); Supermercados (6); Móveis e Eletrodomésticos (6); Comercio e manutenção de produtos de Informática (5); Confecções, Calçados e Materiais Esportivos (19).

Essas entrevistas foram norteadas por meio de questionários específicos, um para os adolescentes e outro para os adultos. Ambos os questionários possuíam perguntas semelhantes, porém estruturadas de forma diferente para a compreensão na respectiva idade. Todavia, no segundo, além perguntas sobre o uso cotidiano das técnicas, também propusemos indagações a respeito da rotina da empresa, o que nos permitiu a compreensão da vivência do meio técnico-científico-informacional na esfera das firmas e dos sujeitos.

Especificamente, sobre os locais de entrevista e aplicação de questionários, percorremos as avenidas Marcelino Pires e Hayel Bon Faker, as ruas João Rosa Góes, Toshinobu Katayama e Major Capilé, buscando ultrapassar os espaços do

⁵Também tentamos entrevistar alunos de escolas particulares, mas as direções escolares dessas instituições não autorizaram a aplicação de questionários.

“centro” da cidade e indo ao encontro de instituições, firmas e sujeitos também de ruas e bairros “periféricos”⁶.

A apresentação, discussão, problematização e análise dos empíricos é precedida por busca de compreensão mais aprofundada sobre a relação espaço, técnica e sujeitos. Em seguida, buscamos permear um conjunto de referenciais teóricos do qual visamos demonstrar a participação de Dourados como espaço participante do "meio técnico científico informacional", buscando apreender os níveis de inserção de firmas e sujeitos junto ao aparato tecnológico de produção e informação.

Essa construção está permeada, formalmente, pelos seguintes objetivos: entender temporal e espacialmente a formação em Dourados no "meio técnico científico informacional", destacando o seu desenvolvimento (ou não) junto a instituições, firmas e sujeitos diversos; verificar como que as instituições, firmas e sujeitos estabelecem relação com o aparato tecnológico de produção e informação, apontando níveis diferenciados de inserção; compreender, a partir de diferentes níveis de inserção de instituições, firmas e sujeitos junto ao aparato tecnológico de produção e informação, a produção de um espaço desigual e contraditório, analisando os componentes de seletividade e marginalização socioespacial.

Através desses anseios desenvolvemos nosso trabalho, dispondo as discussões nas partes seguintes: no primeiro capítulo, realizamos uma “síntese teórica” da obra de Milton Santos, com ênfase sobre a análise dos meios e das técnicas na produção socioespacial, destacando a constituição do “meio técnico-científico-informacional”. Neste capítulo, também desenvolvemos discussão acerca da cidadania, da “globalização” e das escalas, como aspectos participantes das relações materiais e imateriais dos espaços contemporâneos.

No segundo capítulo, buscamos demonstrar e discutir a constituição e desconstituição (dialéticas) dos meios geográficos de formação espacial de

⁶Mesmo que nossa intenção aqui não seja a discussão sobre as relações “centro”/“periferia”, apontamos que tais termos devem ser tomados com cuidado, pois, como parte de construções político-ideológicas e de “enquadramento” socioespacial (da forma como Milton Santos [1994; 1997] tem se referido às relações sociais, que são sempre, de uma ou de outra forma, também relações espaciais), “centro” e “periferia” tendem a ser tomadas como noções por vezes naturalizadas, o que também tende a impedir que, por um lado, sejam compreendidas como construções político-ideológicas (de poder, portanto), e que, por outro lado, tendem a impedir que as relações socioespaciais sejam compreendidas para além de uma “divisão” binária (“centro”/“periferia”), negligenciando movimentos nos quais as próprias dinâmicas socioespaciais apontam para as condições de “centro” e de “periferia” como próprias do movimento e não como dados estáticos, ou seja, no “centro” também estão as “periferias” e na “periferia” também estão os “centros”.

Dourados. Nele, apresentamos as ações estatais como centrais no estímulo do “desenvolvimento”⁷ do município e a “conseqüente”⁸ formação do “meio técnico-científico-informacional”. Além desses aspectos, procuramos discorrer sobre como instituições, firmas e sujeitos que se articulam em rede, elemento que tende a fortalecer o papel de Dourados como “centro regional”.

Já no terceiro capítulo, explicamos a dinâmica dos espaços tecnologicamente avançados e como que os sujeitos se relacionam com eles, apontando, discutindo e analisando como que os sujeitos em Dourados participam (ou não) do que apontamos, sempre de empréstimo de Milton Santos, de “meio técnico-científico-informacional”.

E ao final, “Para não concluir”, apresentamos um conjunto de questões que, entendemos, se desdobram de nossas incursões teóricas e empíricas, como momento e espaço chave, não apenas para “concluir”, mas para, principalmente, abrir caminhos para o pensar mais agudo, crítico e profundo sobre as relações socioespaciais em Dourados, que é – e isso já agora afirmamos – um espaço, como parte das relações do modo de produção capitalista, extremamente desigual. Por isso, qualquer perspectiva em entender Dourados (que não é um ente abstrato, mas “apenas” as relações materiais e imateriais *feitas e pensadas* pelos sujeitos) como produtor/reprodutor de um “meio técnico-científico-informacional” homogêneo e totalizador, tende a perder consistência ao primeiro passo dado à rua – qualquer rua –, em que camionetas “Hilux” exibem adesivos de “Produção Sim. Demarcação Não”, enquanto meninas e meninos Guarani, em bairros mais “nobres” e em outros

⁷ A palavra desenvolvimento designa: adiantamento, crescimento, aumento ou progresso. Um exemplo nesse sentido é a expressão “desenvolvimento econômico”, que define o crescimento da economia acompanhado por modificações na estrutura produtiva do país ou região. Aliado ao conceito de desenvolvimento econômico, existe a ideia do “desenvolvimentismo” que, segundo Bielschowsky (apud Abreu 2001, p33), expressa a ideologia de “transformação da sociedade brasileira definida por um projeto econômico cujos principais pontos são: industrialização integral para superação da pobreza; um Estado planejador que defina a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção, captando e orientando recursos financeiros e promovendo investimentos diretos naqueles setores pelos quais a iniciativa privada não se interessa e/ou seja insuficiente”. É nesse sentido que a palavra desenvolvimento é utilizada pelo Estado em suas políticas econômicas e discursos oficiais. Assim, para nós, o termo “desenvolvimento” é carregado de carga político-ideológica, atualmente refundado no termo “desenvolvimento sustentável”. Como base de nossas reflexões sobre, também, os mitos do desenvolvimento, pautamo-nos em Celso Furtado (1996), ao discutir o mito do desenvolvimento econômico, e em Elder Andrade de Paula (2005), que discute, a partir da Amazônia, o “mito” do “(des)envolvimento (in)sustentável”.

⁸ Observamos que ao usarmos o termo “consequência” não o tomamos como parte de uma relação de “causa e efeito”, mas como parte de um processo sempre inacabado e inconcluso, no qual as “causas” e os “efeitos” (ou as “consequências”), temporais e espaciais, também se movimentam ou são movimentados; por isso apontaremos o termo sempre entre aspas.

nem tanto, batem palmas do lado de fora das grades de ferro ou dos muros altos e pedem: “Tem alguma coisa pra dá?”

São estas partes das discussões – e provocações – que buscaremos desenvolver aqui.

1

A TÉCNICA, O ESPAÇO E OS SUJEITOS

1 – Por que estudar o fenômeno técnico?

Neste capítulo buscaremos desenvolver uma abordagem sobre o espaço e a Sociedade⁹ por meio das técnicas, demonstrando a materialização do fenômeno técnico como determinante na produção do espaço.

Esta análise é importante para a Geografia, porque a técnica é elemento central na produção espacial, ao mesmo tempo em que produz espaço; ela é produto e condicionante dos objetos fixos, dos fluxos e das relações sociais e econômicas do território. Entender a importância do fenômeno técnico é compreender a dinâmica da sociedade contemporânea, uma vez que a estrutura social, material, imaterial e simbólica do território foi e continua sendo regida pelas forças hegemônicas¹⁰ do capitalismo, que desenvolvem as técnicas como

⁹ “Em Sociologia, uma sociedade é o conjunto de pessoas que compartilham propósitos, gostos, preocupações e costumes, e que interagem entre si constituindo uma comunidade. A sociedade é objeto de estudo comum entre as ciências sociais, especialmente a Sociologia, a História, a Antropologia e a Geografia. Uma sociedade é um grupo de indivíduos que formam um sistema semi-aberto, no qual a maior parte das interações é feita com outros indivíduos pertencentes ao mesmo grupo. Uma sociedade é uma rede de relacionamentos entre pessoas. Uma sociedade é uma comunidade interdependente. O significado geral de sociedade refere-se simplesmente a um grupo de pessoas vivendo juntas numa comunidade organizada” (Scaravello, 2009, s/ p.). Por outro lado, também temos claro as posições de Cornelius Castoriadis (2007, p. 415), destacando, sobretudo, que “Esta instituição [a sociedade] é instituição de um mundo no sentido de que ela deve e pode cobrir tudo, que tudo, em e por ela, deve, em princípio, ser dizível e representável, e que tudo deve absolutamente ser incluído na rede de significação, tudo deve fazer sentido”.

¹⁰ Sobre Hegemonia, Gramsci afirma que “uma classe matem seu domínio não simplesmente através da força, mas por ser capaz de ir além de seus interesses corporativos, exercendo liderança moral e intelectual e fazendo concessões, dentro de certos limites, a uma variedade de aliados unificados

instrumento de manutenção e propagação das relações capitalistas de produção e de reprodução.

1.1 – A técnica

*Só o fenômeno técnico na sua total abrangência
permite alcançar a noção de espaço geográfico.
(Santos, 1997, p.31)*

Os termos técnica e tecnologia são utilizados em diversos discursos oficiais e não-oficiais, acadêmicos e políticos, na imprensa e no “senso comum”, muitas vezes sem compreensão correta da expressão, pois é comum serem utilizadas como sinônimos ou adjetivação de máquinas e objetos novos.

A etimologia desses termos provém do grego “tekhno” (de tékhné, 'arte') e “logía” (de lógos, ou 'linguagem, proposição'). Portanto, originalmente, a técnica seria a arte (habilidade, aptidão) e tecnologia seria a forma que essa arte se expressa. Atualmente, esses termos possuem significados diferentes, de acordo com a abordagem de análise.

O Dicionário Eletrônico Aurélio (Ferreira, 1999, s/ p.), por exemplo, descreve a *técnica* como: a maneira (ou habilidade especial) de executar algo ou um conjunto de processos de uma arte (ex.: técnica cirúrgica; técnica jurídica...). E apresenta o termo *tecnologia* como: o conjunto de conhecimentos (ou princípios científicos), que se aplicam a um determinado ramo de atividade (ex.: tecnologia mecânica). Nesse sentido, a técnica é “como se faz” e a tecnologia é “o conhecimento para se fazer”.

Já para Creswell (*apud* Santos, 1997, p. 31), a técnica se apresenta como “toda uma série de ações que compreendem um agente, uma matéria e um

num bloco social de forças que Gramsci chama de bloco histórico. Este bloco representa uma base social, na qual a hegemonia de classe dominante é criada e recriada numa teia de instituições, relações sociais e ideias” (Bottomore, 2001, p.177). Também Luciano Gruppi (1980, p. 70), discutindo hegemonia em Gramsci, aponta que “A hegemonia é isso: capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe. Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em que – através de sua ação política, ideológica, cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder”. Para a discussão sobre a hegemonia e a relação com os intelectuais e a organização da cultura, ver Gramsci (1991).

instrumento de trabalho ou meio de ação sobre a matéria, e cuja interação permite a fabricação de um objeto ou de um produto”.

O Dicionário do Pensamento Marxista (Bottomore, 2001, p. 371), por sua vez, aponta que a tecnologia é o produto: “artefatos que encerram valor e têm valor de uso”, e acrescenta que, para Marx, é a tecnologia, e não a natureza, que tem importância fundamental:

A natureza não fabrica máquinas locomotivas, ferrovias, telégrafo elétrico, máquina de fiar automática, etc. Tais coisas são produtos da indústria humana; material natural transformado em órgãos da vontade da vontade humana que exerce sobre a natureza, ou da participação humana na natureza. *São órgãos do cérebro humano, criados pela mão humana: o poder do conhecimento objetificado* (Marx *apud* Bottomore, 2001, p. 371).

Na economia, Paulo Sandroni (1999, p. 593-594) aponta a técnica como sendo o “conjunto de processos mecânicos e intelectuais pelos quais os homens atuam na produção”, e por isso o “nível de desenvolvimento técnico de uma sociedade determina seu grau de aproveitamento dos recursos naturais, a complexidade da divisão técnica do trabalho e a produtividade da mão-de-obra”. Já a tecnologia é definida, pelo mesmo autor, como sendo a “Ciência ou teoria da técnica. Abrange o conjunto de conhecimentos aplicados pelo “Homem”¹¹ para atingir determinados fins” (ibid). Deste modo, as inovações tecnológicas determinam, quase sempre, uma elevação nos índices de produção e um aumento da produtividade do trabalho.

Milton Santos (1997, p. 29), porém, aborda a técnica como sendo a principal forma de relação entre o “Homem” e a natureza, pois, para ele, “as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”. Essa forma de ver a técnica é pouco explorada, pois agrega o conceito de técnica como instrumento, objeto e processo

¹¹ Quando nos referimos ao homem para representar a totalidade da humanidade, realizamos isso não determinando qualquer posição em questão de gênero, já que em nosso ponto de vista ambos os sexos, independentemente da idade, são personagens essenciais da construção da história da humanidade. Portanto, esta palavra designa neste trabalho a totalidade social, composta de sujeitos diferentes que na coletividade promovem ações que alteram as espacialidades e, além disso, são eles os responsáveis pelas diversidades sociais e culturais, uma vez que isso é reflexo de um conjunto que simultaneamente é diverso e disperso, habitando os diferentes territórios do nosso planeta. Por essa conotação, usaremos esta palavra em entre as aspas e iniciada em maiúsculo, justamente para diferenciá-la, de acordo com o entendimento supracitado.

social:

Não se trata de apenas considerar as chamadas técnicas da produção, ou como outros preferem, as “técnicas industriais”, isto é, a técnica específica, vista como um meio de realizar este ou aquele resultado específico. Uma visão assim pode levar a noções como a de espaço agrícola, espaço industrial [se reportando a Y. Cohen], ou espaço econômico (Santos, 1997, p. 37)

Esta noção de técnica como um fenômeno abrangente, vai além do sentido restrito de “maneira de fazer” ou de “objeto”. Entendemos que esta é a melhor forma de abordagem deste termo, por isso, nesse trabalho, a “técnica” será entendida como fenômeno social e material, que *promove alterações espaciais ao meio social*. Mas, observamos: essa *promoção de alterações espaciais ao meio social* não pode ser compreendida no sentido de que há uma separação entre técnica e meio social, ou de que um dos elementos sucede o outro tanto no espaço como no tempo; ao contrário, técnica e meio social participam do mesmo movimento de produção/reprodução do espaço, sendo que o meio social “reflete” a técnica e a técnica “reflete” o meio social. Para sermos mais precisos: a dissociação entre técnica e meio social só é possível para fins de análise, pois, enquanto processo, ambos se fazem dialeticamente¹², ou seja, como movimento em que a técnica “se faz” meio social e em que o meio social “se faz” as técnicas desenvolvidas em cada tempo e em cada lugar.

E, ainda mais, devemos ser, neste início, bastante incisivos: a técnica não é *uma coisa* e o meio social *outra coisa*. A técnica é o próprio meio social se fazendo como relação temporal e espacial da relação Sociedade/Natureza¹³, a partir dos saberes e conhecimentos (técnicos), das habilidades e dos instrumentos (técnicos), das práticas e dos produtos (técnicos), gerados pelo conjunto de sínteses¹⁴ que

¹² Sobre dialética, pautamo-nos em Milton Santos (1988), que ao analisar as relações socioespaciais alude a três pares dialéticos: interno e externo, velho e novo e Estado e mercado. Tais pares – assim como “fixos” e “fluxos” e “objetos” e “ações”, por exemplo – sempre serão tomados como síntese de movimentos que os produzem e reproduzem, como, podemos salientar, no movimento de produção do “novo”, no qual o “velho” é parte constituinte.

¹³ Sobre a relação Sociedade/Natureza, advertimos que não tomamos tais termos como se, no real, fossem duas “coisas” distintas, mas, sim, como participantes de uma dialética em que a Natureza e Sociedade são unidade, totalidade e síntese.

¹⁴ Como “conjunto de sínteses” entendemos o “produto” das relações dialéticas de tempo e espaço

cada momento e espaço (histórico-geográfico) possibilitam como produção, construção e invenção¹⁵. Essa direção nos alerta para o cuidado que devemos ter em não estabelecer comparações de *técnicas* entre realidades temporais e espaciais diferentes, no sentido de definir *técnicas* umas “melhores” ou “piores” que outras (o que tem levado, em muitos casos, a juízos de valor, por exemplo, entre o “mundo feudal” e o “mundo moderno”, eles mesmos sendo lidos, de forma maniqueísta, como o “tempo das trevas”, para o primeiro, e como o “tempo das luzes”, para o segundo).

De forma tão ou mais profunda, tem se produzido discursos, imaginários e representações¹⁶, no campo do “desenvolvimento”, extremamente dualistas entre realidades bastante distintas, fazendo pensar, como “senso comum”¹⁷, que há sociedades, comunidades, etnias, povos, regiões, lugares e países ou “atrasados” ou “modernos”, com base em um pensamento hegemônico calcado sobre o modo de produção (modos de produzir *coisas* e de produzir *pensamentos*) capitalista, em que tudo deve ser dirigido à produção da acumulação, seja de capital econômico, cultural, simbólico ou social (cf. Bourdieu, 1998).

A lógica “comparativista” tende, no mínimo, a ocultar que: (1) cada técnica é parte de um momento e espaço específicos e deve ser, portanto, compreendida como parte do jogo de relações (econômicas, sociais, culturais, políticas, religiosas, simbólicas...) que o constituem; (2) na produção de discursos, imaginários e representações da “modernidade” há implícita uma lógica do tempo e do espaço

específicos, armados em suas mais diversas relações (econômicas, políticas, sociais, culturais...).

¹⁵ A referência é Jones Dari Goettert (2008), ao apontar que: “produção: todo espaço é produção humana que envolve relações de disputa, poder, conflitos, interesses e perspectivas, pressupondo, por isso, que não há espaço dado, nem absoluto, nem a priori e nem definitivo; construção: todo espaço deve ser compreendido como processo, podendo apontar diferentes materialidades e imaterialidades em momentos diferentes e mesmo no seu interior, abarcando, por isso, multiplicidades, heteronímias e diversidades, por vezes antagônicas e contraditórias, e, portanto, como processo, também o espaço é síntese singular de tempos – passado, presente e futuro –, como construção da história, do presente e do devir; e invenção: todo espaço é parte de um movimento de inventividade e, por conseguinte, de signos, significantes e significados, ou de identidades/alteridades que podem ser acionadas mais ou menos (ou mesmo nem serem acionadas) a depender das configurações postas”.

¹⁶ Aqui, tomamos como referência, para discursos, imaginários e representações, a concepção de “poder simbólico” discutido por Pierre Bourdieu (1998), salientando-o como o poder “[...] de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo”, sendo um “poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização” (p. 14).

¹⁷ Tomamos com precaução o uso do termo “senso comum”, pois, muitas vezes, seu significado tem remetido à noção de “desconhecimento” e até mesmo de “ignorância”; se diferente do “conhecimento científico”, o tomamos como parte de saberes – e também de conhecimentos – que, grosso modo, não são reconhecidos pela racionalidade hegemônica.

como linearidade, evolucionista e progressista, na qual a preponderância da ideia do “novo”¹⁸, em contraponto a tudo o que é passado (daí: atrasado, arcaico, ultrapassado, velho, descartável...), tem excluído qualquer alternativa de técnica e/ou produção que não se empenha na lógica correlata da acumulação; e (3), essa mesma produção se funda sobre um “racionalismo” racista, em que a forma de fazer e de pensar (como técnicas e tecnologias) “modernas” se assentam sobre um “tipo”, “modelo” ou “exemplo” de “Homem”: “branco”, “ocidental”, “racional”, “moderno”, “empreendedor”, “individual” e com mentalidade “arrojada”. Assim, o padrão hegemônico se impõe, desdobrando-se em julgamentos como os que tem ocorrido em Dourados, nos últimos anos, em que o discurso hegemônico contrapõe “produção” do agronegócio à “identificação” e especialmente à “demarcação” das terras indígenas imemorais... No fundo, o que também se busca justificar é a supremacia de um conjunto de técnicas e de tecnologias – “modernas” e “avançadas” – sobre um outro conjunto de técnicas e tecnologias – “arcaicas” e “atrasadas” (que, aliás, nem como técnicas e tecnologias têm sido consideradas).

É nesse sentido que, sobretudo, atentamos para o sentido proposto por Milton Santos (1997, p. 31), na citação em epígrafe no início deste sub-item, de que “Só o fenômeno técnico na sua total abrangência permite alcançar a noção de espaço geográfico”. Porque, isso depreendemos a partir do autor, que a técnica é parte do humano e que, neste sentido, Milton Santos procurou romper com uma visão primária e reducionista sobre a técnica: a técnica é ela mesma o meio social e o meio social é ele mesmo a técnica. Mas, então, por que “inventar” um “novo termo” para o “mesmo”? Pensamos que a questão não é essa, mas aquela que aponta como possibilidade a indissociabilidade e a indivisibilidade entre *fazer-se humano* e *fazer-se técnica*, quebrando com uma leitura que percebe, concebe e compreende as “coisas” do *pensar* de um lado e as “coisas” do fazer do outro. Para Milton Santos, por isso, o espaço geográfico não é nem os objetos naturais e artificiais separados das ações humanas, e nem as ações humanas separadas dos objetos naturais e artificiais: o espaço geográfico é, enquanto conjunto, a relação de “co-produção” dialética entre objetos e ações, relação na qual as técnicas assumem, como parte do *fazer humano*, papel central.

¹⁸ Salientamos, mesmo que brevemente, que sempre ao aludirmos ao “novo” o tomamos como “síntese” da relação e do movimento dialético entre o “velho” e o “novo”, ou, em termos temporais, entre passado, presente e futuro.

1.2 – Espaço e técnica

*[...] a técnica é também geografia [...]
a técnica é, também, necessariamente espaço.
(Santos, 1997, p. 39)*

Para a compreensão da importância da técnica para a análise espacial, é importante termos claro o que entendemos por espaço¹⁹, uma vez que este conceito é a base do pensamento geográfico atual, por isso, sua definição e seu alcance precisos devem pautar as reflexões sobre o *pensar* e o *fazer* Geografia.

Muitas noções e concepções de espaço foram formuladas desde a constituição da ciência geográfica moderna (fundamentalmente, no século XIX²⁰). Segundo Corrêa, na Geografia Clássica²¹, Ratzel definiu o espaço sobre dois aspectos, sendo um deles o “espaço vital”, que:

[...] expressa as necessidades territoriais de uma sociedade em função de seu desenvolvimento tecnológico, do total de população e dos recursos naturais. O espaço amplia-se paralelamente com o desenvolvimento técnico do homem, buscando extensões espaciais, justificados pelas necessidades da sociedade em alargar suas fronteiras. Assim, todos os fenômenos, natural e humano, estariam inter-relacionados ampliando a sociedade sobre o espaço (Corrêa, 2007, p.18)

Também na Geografia Clássica, Hartshorne, segundo Corrêa (2007, p.19), apresenta a noção de “espaço absoluto”, estabelecendo uma visão única de fenômenos naturais e sociais. Assim concebido, este espaço receberia as

¹⁹ Sobre os conceitos de espaço, território, lugar, região, paisagem e rede, principalmente, aqui não é nossa preocupação uma análise profunda sobre cada um deles. Mesmo que façamos uso, em maior medida, do conceito de espaço, por vezes os outros conceitos aparecem, mas menos como conceitos e mais como termos utilizados cotidianamente, uma vez, também, que suas fronteiras não são tão precisas, mesmo para a Geografia. Para uma leitura mais apurada sobre tais conceitos, ver Rogério Haesbaert (2002).

²⁰ “A geografia moderna - e, dentro desta, a geografia humana em particular - originou-se no contexto de afirmação nacional dos Estados europeus, conhecendo grande importância e rápido desenvolvimento exatamente nos países que vivenciaram dificuldades nesse processo” (Moraes, 2005, p. 107). E decorrência desse aspecto, várias noções de espaço foram desenvolvidas, intimamente ligadas às aspirações políticas de cada nação, por isso que emergiu uma geografia “alemã”, outra “francesa”, a “norte-americana” etc. “Propõe-se, portanto, uma leitura nacional, do próprio espaço e do mundo. Tal fato explica-se, em muito pelas aplicações prático-políticas do conhecimento geográfico na divisão de espaços e delimitação de fronteiras” (Moraes, 2005, p. 27 e 28). Ver também Antonio Carlos Robert Morais (2002).

²¹ Sobre “Geografia Clássica”, ver Manuel Corrêa de Andrade (1992).

transformações humanas sem impor nenhuma condição de contradição, ou seja, o espaço seria o receptáculo da sociedade, apenas o palco da história do “Homem” social²².

Para Kosik (*apud* Santos, 1978, p. 130), por sua vez, o espaço é pensado como um fato social que define fenômenos sociais:

[...] um fato histórico, na medida em que o reconhecemos como um elemento de um conjunto e realiza assim uma dupla função que lhe assegura, efetivamente, a condições de fato histórico: de um lado, ele se define pelo conjunto, mas também o define; ele é simultaneamente produtor e produto; determinante e determinado; um revelador que permite ser decifrado por aqueles mesmos a quem revela; e, ao mesmo tempo, em que adquire uma significação autêntica, atribui um sentido a outras coisas. Segundo essa concepção o espaço é um fato social e uma instância.

Para Milton Santos (1978, p. 122), o espaço é “um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente”. Nesse sentido, o espaço não se restringe apenas ao palco da sociedade e nem somente ao fenômeno social. O espaço conjuga os dois aspectos em um mesmo processo, isto é, o espaço se define como “um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções” (*ibid*, p. 122).

Nesse sentido,

O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem tanto domínio sobre o homem, nem está presente de tal forma no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar, o trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem entre si estes pontos, são elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam sua prática social. A práxis, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado sócio-econômico,

²² Esta perspectiva repõe, sobretudo, a concepção dominante de espaço (mas também de tempo) produzida por Kant como parte da construção do “pensamento moderno”, como apontado por Douglas Santos (2002).

mas é também tributária das imposições espaciais (Santos, 1978, p. 137).

Desta forma, ao ser o “conjunto das relações sociais”, o espaço se torna dinâmico, em constante mutação, um movimento continuado, contínuo e constante, pois, sendo a sociedade dinâmica, ela está em constante mudança, desde os valores morais até o ritmo de vida, por exemplo.

É nesse espaço que o “Homem” produz, reproduz e inventa novos objetos para serem utilizados no cotidiano e no trabalho. Ao fazer isto, ele acrescenta elementos ao *espaço vivido*²³, decorrente de suas ações. Nesse processo, o espaço “acrescido” é a síntese do espaço anterior mais os novos elementos (novos objetos e novas ações). Este novo espaço, por sua vez, influenciará outros espaços. Portanto, de acordo com Santos (1997), o espaço é formado por um conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações intrinsecamente ligados, onde um influencia o outro²⁴.

Assim, o espaço se constitui de objetos e ações, por isso, não são os objetos, em si, que “determinam” outros objetos, mas toda relação entre os objetos é mediada pelas ações. Mais que isso, devemos insistir que os próprios objetos também são, de alguma forma, ações, pois deles, neles e com eles, os sujeitos definem e são “definidos” por intencionalidades, aproximações, pertencimentos, apropriações e estranhamentos. É o espaço, o *conjunto todo* (ações/objetos e relações), que “determina” os próprios objetos e as próprias ações, como movimento indissociável junto a pessoas, grupos, classes e instituições:

[...] o espaço visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo uma lógica.

²³ Para os objetivos deste trabalho, nossa referência sobre “espaço vivido” é Armand Frémont (1980), apontando a ideia de região como este “espaço vivido”, como a possibilidade de compreender como o homem sente, percebe e constrói a realidade, não somente pelas motivações ligadas à sobrevivência, mas também a partir das suas crenças, aspirações e representações: “O “espaço vivido”, em toda a sua espessura e complexidade, aparece assim como o revelador das realidades regionais; estas têm certamente componentes administrativos, históricos, ecológicos, econômicos, mas também, e mais profundamente, psicológicos. [...] A região, se existe, é um espaço vivido. Vista, apreendida, sentida, anulada ou rejeitada, modelada pelos homens e projetando neles imagens que os modelam”.

²⁴ Não tomamos, aqui, “sistema” como algo fechado em si mesmo, mas como movimento que abarca a complexidade das relações entre o interno e o externo, entre o “de dentro” e o “de fora”.

Essa lógica da instalação e utilização das ações se confunde com a lógica da história, à qual o espaço assegura a continuidade. (...) [Baseando-se em Rotenstreich, o autor também aponta] que a própria história se torna um meio (um “enviromen”), e que a síntese realizada através do espaço não implica uma harmonia preestabelecida. **Cada vez se produz uma nova síntese e se cria uma nova unidade** (Santos, 1997, p. 34, grifo nosso).

Assim, o “ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço” (Santos, 1978, p. 61). Esta produção de objetos é permeada pela técnica, uma vez que ela é um instrumento de criação e dissipação de objetos. E não é de hoje que isto ocorre, já que desde os primeiros passos da humanidade o “Homem” transforma a natureza através de suas ações, pois desde “a domesticação de plantas e animais” o “Homem” está “mudando a Natureza, impondo-lhe leis” (Ibid, p. 61), ou seja, assim como o “Homem” (ser natural e simultaneamente social) “senti” em sua vivência a “força” dos outros elementos naturais, o meio ambiente e seus ecossistemas também “senti” os efeitos da presença humana.

Em decorrência dessa ação humana, a técnica é integrante do meio, sua presença ou ausência determina as características do território. Logo, as noções de técnica e de meio são inseparáveis, desde que demos ao termo *meio* “sua acepção mais larga, que ultrapassa a noção de entorno natural” (Balandier *apud* Santos, 1997, p. 34).

Dessa maneira, os “objetos técnicos têm de ser estudados juntamente com o seu entorno”, conforme propõe Winner (Santos, 1997, p. 34), porque cada objeto promoverá uma mudança espacial, mas isso não ocorre de forma homogênea em todos os lugares, já que em cada lugar há condicionantes únicos, sejam “naturais” ou “sociais”, decorrentes da heterogeneidade espacial humana.

Por isso, devemos considerar a técnica como um meio; desse modo, **“será objeto técnico todo objeto susceptível de funcionar, como meio ou como resultado, entre os requisitos de uma atividade técnica”** (Seris *apud* Santos, 1997, p. 32).

A partir dessas considerações, podemos analisar como os diferentes sistemas técnicos se formam ou se formaram em determinado lugar. Partindo desse substrato, pensar como os sistemas técnicos de diferentes idades influenciam as formas de vida possíveis nesta área e, “consequentemente”, o papel do fenômeno

técnico na produção e nas transformações do espaço geográfico.

Discussão que, neste sentido, já foi realizado por M. Akhrich (citada e discutida por Santos 1997, p. 93), que ao analisar as redes sócio-técnicas, criadas a partir da introdução de objetos técnicos (no caso, a eletricidade em meio subdesenvolvido), permitiu o seguinte desdobramento:

[...] entender, a partir do fenômeno técnico, a produção e a transformação de um meio geográfico, assim como, por outro lado, as condições de organização social e geográfica necessárias à introdução de uma nova técnica. Ela estava trabalhando sobre a difusão da rede elétrica na Costa do Marfim e avaliando o seu peso na produção de uma solidariedade forçada entre os indivíduos. Segundo essa autora [M. Akhrich] o objeto técnico define ao mesmo tempo os atores e um espaço (Santos, 1997, p. 33).

É possível compreender que a técnica possui um papel importante na produção do espaço, tanto na forma material quanto imaterial, pois é fundamentalmente social e histórica.

Por isso, que insistimos desde o início neste sub-item, como ressaltamos com Milton Santos (1997, p. 39), que “[...] a técnica é também geografia [...] a técnica é, também, necessariamente espaço”. A técnica, em seu sentido mais amplo possível – aquele em que pode ser compreendida como o *fazer* da relação Sociedade/Natureza –, é, assim, o espaço geográfico que se *faz* como movimento e dialética de *fixos* e de *fluxos*, de *objetos* e de *ações*, permeando o *existir humano*, “condição imprescindível” para a própria existência do espaço geográfico.

1.3 – Períodos

Todo e qualquer período se afirma com um elenco correspondente de técnicas que o caracterizam.
(Santos,1997, p.77)

Se os períodos se afirmam pelas técnicas correspondentes, podemos entender que em cada momento histórico há uma técnica hegemônica (ou um conjunto de técnicas hegemônicas) correspondente, porque, à medida em que o *tempo social*²⁵ continuamente muda, a organização do espaço muda igualmente²⁶. Como já falamos, o espaço é dinâmico, logo a produção do espaço também é. *De tempos em tempos*²⁷, o espaço sofre transformações e, “consequentemente”, as “determinantes”²⁸ espaciais nas diferentes épocas possuem lógicas diferentes, correspondentes às características das forças hegemônicas do período. Assim, as “determinantes” espaciais no século XV, por exemplo, não equivalem integralmente aos dinamizadores espaciais do século XXI.

Assim, conforme a dinâmica têmporo-espacial das sociedades, os espaços nos diversos territórios foram transformados. Em cada um desses espaços as técnicas presentes não foram e não são as mesmas do passado²⁹, porque:

²⁵ O tempo social – como o espaço – como uma produção humana, como apontado por Norbert Elias (1998).

²⁶ Isto não significa dizer que o espaço está condicionado pelo tempo ou que o tempo está condicionado pelo espaço, pois tempo e espaço são constructos humanos que “instrumentalizam” jeitos de fazer e jeitos de pensar. Nesse sentido, é sempre grande o equívoco quando nos propomos a pensar tempo e espaço como dois elementos separados e não como sínteses em cada momento, uma vez que tempo e espaço não passam “apenas” de categorias que separam o inseparável. Assim, a negligência com o tempo pode redundar em análises que dificultam compreender que o espaço é também a “acumulação desigual [e múltipla] de tempos” (cf. Milton Santos,1978), e que o tempo pode ser compreendido como o espaço em contínuo movimento, revelando-se como síntese entre passado, presente e futuro.

²⁷ A expressão “de tempos em tempos” não é fixa ou moldada por recortes temporais previamente estabelecidos. Como o tempo social é produção humana, e os sujeitos participam por vezes de “tempos lentos” ou “tempos acelerados”, a expressão “de tempos em tempos” pode se prestar à análise de tempos extremamente “curtos”, como a passagem de “território do comércio” em uma rua durante o dia para “território da prostituição” na mesma rua durante a noite, ou mesmo à passagem de “tempos longos” como do mundo feudal ao mundo capitalista.

²⁸ Ao aludirmos à ideia de “determinação” não queremos repor nem determinismos geográficos e nem determinismos econômicos, mas apenas à noção de que cada momento têmporo-espacial deve ser compreendido como parte de movimentos que resultam em sínteses, estas nunca fechadas ou acabadas.

²⁹ Conjuntos de técnicas aparecem em dado momento, mantêm-se como hegemônicos durante um certo período constituindo a base material da vida da sociedade, até que outro sistema de técnicas tome o lugar. É essa a lógica de sua existência e de sua evolução (Santos,1997, p.140-141).

O trabalho realizado em cada época supõe um conjunto historicamente determinado de técnicas. [citando Marx] “o que distingue as épocas econômicas umas das outras, não é o que se faz, mas como se faz, com que instrumentos de trabalho” [...] Cada técnica pode, desse modo, ter sua história particular de um ponto de vista mundial, nacional ou local. Esta seria a história contada a partir do momento de sua instalação em um determinado ponto do ecúmeno (Santos, 1997, p. 46-47).

Quando compreendemos que historicamente as técnicas mudam, se apresentado de forma diferenciada no espaço, podemos analisar as transformações espaciais em períodos históricos a partir das técnicas. Ou seja, a partir do fenômeno técnico, podemos analisar o espaço no tempo. Isso é possível porque as técnicas se materializam no espaço e a cada tempo se apresentam de forma diferenciada, e assim o tempo é espacializado por meio das técnicas, porque elas são as materialidades dos processos espaciais na história social:

A técnica nos ajuda a historicizar, isto é, a considerar o espaço como fenômeno histórico a geografizar, isto é, a produzir uma geografia de cunho como ciência histórica. [...] Assim empirizamos o tempo, tornando-o material, e desse modo o assimilamos ao espaço, que não existe sem a materialidade. A *técnica* entra aqui como um traço de união, historicamente e epistemologicamente. As técnicas, de um lado, dão-nos a possibilidade de empirização do tempo e, de outro lado, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham. Então, essa empirização pode ser base de uma sistematização, solidária com as características de cada época. Ao longo da história, as técnicas se dão como sistemas, diferentemente caracterizadas (Santos, 1997, p.40 e 44).

Partindo de tais pressupostos, Milton Santos (1992) organizou a periodização da história da Sociedade capitalista conforme as evoluções técnicas, em que cada importante modernização espacial delimitaria um período. Assim, a partir dos sistemas de engenharia, de transportes, de trabalho e, por “consequência”, das trocas mundiais, Santos (1992) apresenta uma subdivisão da história social do “Homem” e da técnica, partindo do “período do comércio” ao período tecnológico atual, caracterizado pelo meio técnico-científico-informacional. Esta periodização é subdividida por cinco períodos, desde meados do século XV até os dias de hoje:

1. o período do comércio em grande escala (a partir dos fins do século XV até mais ou menos 1620);
2. o período manufatureiro (1620-1750);
3. o período da revolução industrial (1750-1870);
4. o período industrial (1870-1945);
5. o período tecnológico (1945 até a atualidade).

A cada período destacado corresponde um tipo de inovação técnica, que o faz diferenciar-se do anterior. As modernizações³⁰ são responsáveis diretas pelo subsequente movimento, principalmente nos meios de produção e reprodução da sociedade, trazendo profundas modificações em todas as instâncias. Por este motivo, cada período é caracterizado por valores, interesses, modernizações e, “consequentemente”, espaços e sociedades diferentes.

Essa periodização apresentada por Santos (1992) não é a única proposta de classificação histórica relacionada à evolução das técnicas. O próprio Milton Santos aponta um número importante de cientistas que também se debruçaram sobre esta questão, como, por exemplo, Fu-Chen Lo (*apud* Santos, 1997b), que propõe a distinção entre cinco períodos marcantes na história das técnicas modernas (ver quadro 01): o de mecanização incipiente (1770 a 1840), o da máquina a vapor e estrada de ferro (1830 a 1890), o da energia elétrica e engenharia pesada (1880 a 1940), o da produção fordista em massa (1930-1990) e o da comunicação (iniciado em 1980).

³⁰ Ressaltamos que a ideia de “modernização” ou de “moderno” é tomada com cautela, pois sabemos das implicações político-ideológicas que os termos expressam.

Quadro 01 – Os períodos tecnológicos a partir de Fu-Chen Lo

Paradigma Técnico-econômico	Primeira mecanização (1770-1840)	Máquina a vapor e Estrada de Ferro (1830-1890)	Eletricidade e Engenharia Pesada (1880-1940)	Produção Fordista em massa (1930-1990)	Informação e Comunicação (1980-?)
Setores de Crescimento	-máquinas têxteis -química -fundição	-máquina a vapor -estrada de ferro e seus equipamentos -máquinas -instrumentos	-engenharia elétrica -engenharia mecânica -cabos e fios -produtos siderúrgicos	-automóveis -aviões -petroquímica	-computadores -bens eletrônicos de capital -telecomunicações -novos materiais -robótica e biotecnologia
Inovações	-máquina a vapor	-aço -eletricidade -gás -colorantes artificiais	-automóvel -avião -rádio -alumínio -petróleo -plásticos	-computadores -televisão -radar -máquinas-instrumentos -drogas	- telemática* -redes* -internet*

Fonte: Milton Santos (1997, p. 174).

Com modificações e acréscimos* nossos.

Independentemente das diversas periodizações existentes, é importante considerar que os conjuntos de técnicas surgem e se estabelecem como hegemônicos por um período e, por “consequência”, tornam-se a base material da *vida* em sociedade, até que um sistema técnico seja substituído por outro, respondendo às exigências do sistema econômico hegemônico em sua produção. Essas “substituições sucessivas”³¹ se dão com maior velocidade³² nos dias de hoje, para atender com maior rapidez o paradigma da competição.

Nos limites deste trabalho, estaremos trabalhando com mais afinco o período mais recente, iniciado após a Segunda Guerra Mundial e que se estende até o

³¹ Ressaltamos que, evidentemente, as “substituições sucessivas” não significam a completa obsolescência e destruição de todas as técnicas precedentes até então existentes, mas sim que elas continuam, mais ou menos, participando de uma nova síntese em que o “velho” persiste no “novo”, mesmo que apenas em condição de complementaridade e não mais como hegemonia. Santos [1988] ressalta como um dos pares dialéticos centrais para a compreensão das “metamorfoses do espaço habitado” é o duo velho/novo; os outros dois pares que aponta são o Estado/mercado e o interno/externo). Sobre a mesma questão, também Milton Santos (1997) tem discutido o conceito de “rugosidades”, como tudo o que fica do passado como “forma”.

³² A ideia de aceleração do tempo, proposta principalmente por historiadores, acrescentamos a de aceleração do espaço, uma vez que a produção e reprodução socioespacial, no capitalismo, tem como pressuposto a própria aceleração da produção e da reprodução da “vida” e das “coisas”.

presente, fase esta que Santos chama de “período tecnológico” ou “meio técnico-científico-informacional”.

Essa etapa da evolução das técnicas, historicamente, inicia-se com a tendência de construção e remodelação das relações entre os *espaços nacionais* no pós-guerra (1945), que gerou a necessidade de equipar os territórios mediante os recursos modernos, no intuito de promover integração entre eles. Simultaneamente, “as sementes da dominação” (Santos & Silveira, p. 47, 2001), pelas firmas multinacionais, são lançadas em escala mundial, proporcionando a expansão da ideologia de Racionalidade e Modernização, que então ultrapassa o setor industrial para atingir o setor público, as comunicações, a mídia, o ensino, a profissionalização, o trabalho etc. Este processo, aliado à inserção de novas tecnologias e o desenvolvimento de novos mecanismos de informação, promovem a chamada “Revolução Tecnológica”³³, que tem início no final da década de 1970 e se fortalece nos anos 1980 e 1990.

Nesse processo:

[...] o território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças às enormes possibilidades da produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das ideias e informações, das ordens e dos homens. É a irradiação do meio técnico-científico-informacional que se instala sobre o território [...] Resultado de um trabalho permanente e, sobretudo, da progressiva incorporação de capitais fixos e constantes, com ênfase em certos pontos, o território brasileiro metamorfoseia-se em meio técnico-científico-informacional. Esta é a cara geográfica da globalização (Santos & Silveira, 2001, p.53 e p.101).

Percebe-se que na lógica do capital e do poder hegemônico da economia internacional, o Brasil segue um movimento dinâmico que promove, pelo motor da tecnologia e da informação, subsidiada pela ciência, uma nova forma de produção do espaço, em que a velocidade e a instantaneidade da comunicação complementam o ritmo de produção, construindo novos fluxos e redes, incorporando novos produtos e, “consequentemente”, novas formas de consumo³⁴ que geram

³³ Segundo Sergio A. da Silveira (2001) a nova revolução tecnológica tem recebido muitas denominações: Castells a chamou Revolução das Novas Tecnologias de Informação, Negroponte preferiu denomina-la Revolução Digital, Jean Lojkin nomeou-a Revolução Infomacional e Jeremy Rifkin apontou como Era do Acesso, entre tantas outras classificações.

³⁴ Para muitos pensadores contemporâneos, viveríamos hoje muito mais uma “Sociedade de

novos hábitos, que são adquiridos por “opção” individual mas, fundamentalmente, por “determinação” do paradigma dominante.

O estudo destes processos é fundamental para o entendimento da realidade, dos fenômenos inerentes ao cotidiano das pessoas, no qual a cadeia de interligações do capital promove como resultado a interferência na vida de cada pessoa de forma mais acentuada ou de forma mais branda, até sobre a “população comum”³⁵ que nunca imaginou o funcionamento dos fluxos de capitais ou de mercadorias, que ocorrem simultaneamente enquanto vivencia mais um dia de trabalho ou um momento de convívio com a família.

Todavia, para compreendermos estes processos primeiramente analisaremos a constituição dos diferentes meios geográficos a partir dos diferentes períodos de assimilação das técnicas, porque ao mesmo tempo em que se sucedeu cada um destes momentos também ocorreu a produção de diferentes meios geográficos, e são justamente os meios geográficos a chave para analisarmos a influência das técnicas na vida das pessoas.

1.4 – Os meios geográficos

Segundo Milton Santos (1997, p. 186), a história dos meios geográficos pode ser dividida em três etapas: o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico informacional.

1.4.1 – O meio natural

O meio natural corresponde ao momento em que o “Homem” era condicionado ao ritmo da natureza e os poucos objetos técnicos existentes eram prolongamentos do corpo humano:

consumo” que um “Sociedade de produção” (ver Zygmunt Bauman, 2005).

³⁵ Ao usarmos a expressão “população comum” temos clara a advertência de Eric Hobsbawm (1999), para quem a história de qualquer pessoa, quando “revivida”, torna-se extraordinária.

Os meios naturais são, desde as origens da pré-história e por definição, meios relativamente técnicos: *Homo faber*. A partir do Paleolítico superior, os trabalhos do homem para defender-se, alimentar-se, alojar-se, vestir-se, decorar seus abrigos ou seus lugares de culto implicam técnicas já complexas. Inversamente, não conhecemos, mesmo nos centros mais urbanizados, meio técnico 'puro', do qual esteja excluída qualquer ação de elementos naturais (se bem que em última instância isto se possa conceber) (Friedmann *apud* Santos, 1997, p.1188).

Nesse sentido, as diversas relações sociais estabelecidas para suprir as necessidades humanas básicas, como alimentação, por exemplo, podem ser consideradas sistemas técnicos de manutenção da vida. Exemplo, nesse sentido, é o *pousio* dos campos e a rotação de culturas³⁶. “Esses sistemas técnicos sem objetos técnicos, não eram, pois, agressivos, pelo fato de serem indissolúveis em relação à Natureza que, em sua operação, ajudavam a reconstituir” (Santos, 1997, p.188).

No Brasil, podemos falar em meio natural de forma relativa, pois enquanto em regiões do litoral a partir de 1500 já começavam a sofrer alterações profundas no espaço pré-existente à colonização, em outras áreas da região³⁷ Norte e Centro-Oeste, durante anos subsequentes, não registraram presença humana além das comunidades indígenas que já habitavam esses lugares. Porém, se estabelecermos como referência as áreas litorâneas, que foram as primeiras a sofrerem a ação de meios técnicos “estranhos” e “estrangeiros”, podemos dizer que o meio natural ocorreu um durante período anterior à chegada do europeu e poucos anos depois de sua presença, mas não podemos distinguir os limites exatos do fim deste meio, uma vez que em cada espaço a materialização das técnicas se configurou de uma forma diferente.

³⁶ Rotação de culturas é uma técnica agrícola de conservação que visa diminuir a exaustão do solo. Isto é feito trocando as culturas a cada novo plantio de forma que as necessidades de adubação sejam diferentes a cada ciclo. Consiste em alternar espécies vegetais, numa mesma área agrícola. Já o sistema de *pousio* consiste em deixar parte as terras descansarem durante um tempo, para que estas recuperem os nutrientes.

³⁷ Existem vários conceitos de região, todos designam a forma e como os espaços são agrupados para análise, entre eles, apontado por Amorin (2007, p. 17), a região concebida é como sendo “recortes onde a manifestação do poder político encontra espaços para territorializar-se, o que promove um ordenamento do território usado, à medida que estes recortes acabam por ser espaços de implantação de projetos baseados em políticas públicas na área da saúde, da geração de emprego e renda com base no turismo, ou mesmo na gestão dos recursos hídricos”.

Assim, enquanto em alguns lugares havia áreas de floresta onde a vida era representada por formas vegetais e animais não-rationais, em outros “caçadores-coletores e, depois, grupos que se alimentavam unicamente de ostras, sem desenvolver objetos e sem deixar outro vestígio além dos sambaquis” (Dean *apud* Santos & Silveira 2001, p. 29), sobreviviam tranquilamente sem sofisticados objetos técnicos, pois os “diversos instrumentos de trabalho³⁸ e formas de fazer, lentamente elaborados” para domesticação de animais, e posteriormente para a prática da agricultura, não significavam “a implantação de prótese nos lugares, mas a imposição à natureza de um primeiro esboço de presença técnica, pois ritmos e regras humanas buscavam sobrepor-se as leis naturais” (Santos & Silveira 2001, p. 29). Todavia, era a natureza que comandava a vida humana: “Era um período de acomodação e morosidade na relação com o meio, pois permitia-se que a floresta voltasse a crescer durante décadas, antes de o plantio recomeçar num mesmo lugar” (*ibidem*, p.29).

Esse era um “tempo lento”, para Santos & Silveira (2001, p. 30), pois era regido pelo tempo da natureza e não pelo tempo do capital ou da máquina. Ali, em que o próprio tempo era vivido como coexistência “mito-natureza-realidade”, o “Homem” não “se distanciava”, como hoje, das condições de uma natureza que era ela mesma o viver humano, portanto, o “Homem” se via como integrante do ecossistema, não havia um pensamento economicista para distanciar os sujeitos da natureza, o que leva a exploração exaustiva dos elementos naturais visando a acumulação capitalista.

1.4.2 – O meio técnico

Em um segundo momento se constituiu o meio técnico (ou os meios técnicos), que se caracteriza pela materialização de objetos técnicos no espaço, formando territórios técnicos caracterizados pela presença considerável de

³⁸ Grupos étnicos diferentes, num desenvolvimento endógeno, criaram objetos dotados e eventual semelhança com técnicas de outros povos. Tratava-se talvez daquilo que André Leroi-Gourhan (1945) chamou de universalidade das técnicas, nascidas espontaneamente em lugares diferentes, e não de difusão técnica a contatos – lei da imitação de Gabriel Tarde (1921) –, pois a maior parte das tribos vivia isolada (Santos & Silveira 2001, p.29)

máquinas – instrumentos artificiais direcionados à produção material da sociedade moderna –, constituindo-se na “emergência do espaço mecanizado”, pois os “objetos que formam o meio não são, apenas, objetos culturais; eles são culturais e técnicos, ao mesmo tempo” (Santos, 1997, p.188-189). Assim, os espaços passam a ser compostos por objetos naturais e artificiais, em que estes últimos são determinantes na configuração espacial no sistema capitalista, uma vez que as “áreas, os espaços, as regiões, os países passam a se distinguir em função da extensão e da densidade da substituição, neles, dos objetos naturais e dos objetos culturais, por objetos técnicos”³⁹ (ibidem, p.189).

Os objetos técnicos, ao se instalarem no território, em especial nas últimas décadas, influenciaram as formas de trabalho no campo, nas indústrias, comércios, bancos e demais setores da economia, além de influenciarem a sociedade, principalmente pela produção em massa e seus esquemas de publicidade e convencimento ao consumo. Todavia, não foram em todos os espaços que estes objetos se instalaram, pois nos “países pobres”⁴⁰ a técnica não se materializou com a mesma densidade que nos países da Europa Ocidental, por exemplo.

É no período técnico que surge e se consolida a sociedade moderna, que sob a influência do Iluminismo e do Positivismo instaura um mundo concebido pela lógica racional, por meio da redução dos fenômenos a um conteúdo físico e fragmentado, por meio de objetos e métodos específicos (relacionados às ciências naturais como a física, inclusive quando se trata de analisar a sociedade) e utilizando a linguagem matemática como padrão de análise. A fonte dessa estrutura é “a concepção do conhecimento científico como um processo que se dá indo do mais simples e geral ao mais complexo e específico” (Moreira, 2006, p.27), na qual o entendimento da totalidade “acontecerá” a partir da junção dos fragmentos. Mas isto, *na prática*, não parece ocorrer como a concepção racional-positivista “determina”, pois, por exemplo, o processo que instaura um “mundo” a partir de uma grande subdivisão do conhecimento, permitindo um rol de especialidades, não é capaz de

³⁹ “A mecanização do espaço técnico é muito mais recente do que a 'mecanização da imagem do mundo', retomando o livro de Dijksterhuis. Ela somente se impôs ao longo dos dois últimos séculos, dos quais ela constitui o traço dominante, nos países ocidentais e no Japão. Ela se tornou um fenômeno planetário. Ela se metamorfoseia de 'geração' em 'geração'. Ela povoa o imaginário coletivo: a ciência-ficção somente imagina o futuro como sendo invadido e saturado por máquinas, às vezes dominado e às vezes aniquilado por elas” (Séris apud Santos, 1997, p. 189).

⁴⁰ Rigorosamente, seguimos o entendimento de que não existem “países pobres” e nem “países ricos”, mas um conjunto de relações de classe, temporais e espaciais, que definem “qualidades” diferentes e desiguais de existência.

estabelecer a fragmentação do próprio mundo ou do movimento do real de forma absoluta, pois o mundo, o *nosso mundo*, se funda, inevitavelmente, sobre uma totalidade.

É nesse momento – o da dominância de um modo de *fazer* e de *pensar* – que o racional, como forma laicizada de ver o mundo, se torna a verdade hegemônica e a técnica se constitui na forma material do mundo moderno-capitalista.

Assim, à medida que o racional substituiu o mítico, o religioso e o sobrenatural no entendimento das coisas, a ciência, paradoxalmente, também passa a ser o mito, a explicação para os fenômenos que norteiam a vida. Cristóvão Buarque (*apud* Hissa, 2002, p. 52) é elucidativo na análise deste processo:

Cada pequeno avanço da ciência correspondeu a um recuo no conjunto mítico dos valores éticos utilizados para explicar o mundo. A ciência evoluiu em um processo de desencantamento, correspondente nas explicações. Através dos modelos racionais a explicação das coisas foi sendo liberada da dependência que a vinculava às crenças que o pensamento tinha. O pensamento científico permitiu às ideias fugirem da ética que norteava as explicações prevaletentes, onde deuses bons e deuses maus provocavam o nascer e o pôr-do-sol, eclipses e terremotos, a criação e o funcionamento do mundo.

Essa construção permitiu a formação da ideia de Modernidade, *a posteriori*, em contrariedade ao mítico que passa a representar o primitivo – o que, para o *racionalismo*, procura significado do mundo nas coisas naturais e culturais, e não na racionalidade. O moderno, em contraponto, é representado pela razão, pelo método (objeto, fragmentação, neutralidade científica...), pela lógica matemática, cientificidade, técnicas de produção fabril, do conhecimento e, “consequentemente”, do espaço, manifestando-se por meio de um discurso “rigoroso, anti-literário, sem imagens, nem metáforas, analogias ou outras figuras de retórica” (Santos *apud* Hissa, 2002).

Essas transformações se espalharam por “todo o planeta”, como “modelo ocidental”⁴¹ de sociedade. Esta proliferação foi possível devido ao desenvolvimento das técnicas, principalmente de comunicações e transportes, o que permitiu que as

⁴¹ O próprio “Ocidente” como invenção na medida em que inventou seu “Outro”, o “Oriente” (cf. Said, 2007).

ideias e valores hegemônicos fossem disseminados, introduzindo a concepção de uma unidade e de uma comunicação global.

Simultaneamente, uma nova temporalidade foi desencadeada pelos ritmos de produção não mais assentados sobre um “tempo natural”, mas de movimentos calcados sobre a “necessidade”, “ansiedade”, “determinação” da lógica capitalista, que se produz e se reproduz sobre um princípio, uma prática, uma ética (cf. Weber, 2002) e uma estética da acumulação ampliada, fazendo com que o tempo – da produção – seja acelerado em cada novo “ciclo”. Como símbolo importante deste processo, o relógio mecânico foi adaptando o “Homem” ao tempo da nova produtividade, que exigia controles mais precisos para alcançar uma maior eficiência. A vida humana passa a ser regida pela máquina, com “o relógio” ditando o tom das ações humanas.

No Brasil, como território de expansão do *fazer* e do *pensar* europeus, o meio técnico pode ser reconhecido de modo embrionário a partir de um arquipélago de pontos dispersos no território, onde em cada ponto desenvolvem-se atividades econômicas rentáveis, como a agricultura e a pecuária. Nesses lugares se instalam os serviços públicos de fiscalização da economia, que promovem a formação das primeiras aglomerações urbanas, em que:

A máquina de Estado servia para preservar e ampliar as fronteiras, manter o regime e a ordem, assegurar a coleta de impostos e, com a ajuda da igreja, unificar a língua. A unidade política e linguística se dava ao mesmo tempo em que as diversas regiões, produzindo para o mercado externo, a este ligavam praticamente sem intermediário, de modo que sua evolução espacial e econômica era ditada por relações quase diretas. Daí a imagem de um vasto arquipélago formado, na verdade, por conjunto de “penínsulas” da Europa (Santos & Silveira 2001, p.32).

Essa face fragmentada de áreas econômicas dispersas, que praticamente não se relacionam entre si, começou a ser alterada no segundo momento de constituição do meio técnico, durante o momento de transição “entre o período anterior, herança da época colonial pré-mecânica, e a verdadeira integração nacional” (Santos & Silveira 2001, p.36), uma vez que, à medida que são inseridos os meios de circulação da produção industrial (rodovias, portos, aeroportos,

ferrovias...), um novo desenho se configura no mapa econômico do Brasil, pois o modo de produção industrial passa a exigir um inter-relacionamento dos pontos dispersos, para que haja fluxos de matérias-primas e de mercadorias necessárias para a consolidação do capital industrial, primeiro, e monopolista, depois.

Essa interligação iniciou-se por meio de um aparelho de “sistemas de engenharia” constituído principalmente por ferrovias e portos, que promoveram profundas transformações no circuito urbano das cidades existentes, promovendo o surgimento dos primeiros espaços de comando regional, rompendo, assim, com “a regência do “natural” para ceder lugar a um novo mosaico: um tempo lento para dentro do território que se associava com um tempo rápido para fora. Este se encarnava nos portos, nas ferrovias, no telégrafo e na produção mecanizada” (Santos & Silveira 2001, p.37).

Todavia:

É somente num terceiro momento que esses pontos e manchas são ligados pelas extensões das ferrovias e pela implantação de rodovias nacionais, criando-se bases para uma integração do mercado e do território. Essa integração revela a heterogeneidade do espaço nacional e de certo modo a agrava, já que as disparidades regionais tendem, assim, a se tornar estruturais (Santos & Silveira, 2001, p.31).

É nesse momento que se constitui a “região concentrada” (Santos & Silveira, 2001) do país, em que o Sudeste e o Sul formam, em *uma faixa no mapa*, a concentração da maior porção de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços do Brasil, constituindo-se como o princípio da formação de uma força econômica que influenciará politicamente a constituição de poderes hegemônicos na sociedade brasileira.

1.4.3 – O meio técnico-científico-informacional

O terceiro meio geográfico apontado por Santos (1997) se dá com o Período Tecnológico, o novo movimento do capitalismo determinado pela insolúvel associação entre produção, ciência e informação, nas últimas décadas (a partir de

1945, fundamentalmente). Este é o período da grande indústria transnacional, das grandes corporações, dos blocos hegemônicos, da internacionalização e interdependência radical dos mercados e, ideologicamente, do enfraquecimento (como estratégia e discurso neoliberal) dos Estados-nações; ou, simplesmente, a era da “globalização”.

Como apontado por Milton Santos:

Agora, os atores hegemônicos, armados com uma informação adequada, servem-se de todas as redes e se utilizam de todos os territórios. Eles preferem o espaço reticular, mas sua influência alcança também os espaços banais mais escondidos. Eis por que **os territórios nacionais se transformam num espaço nacional da economia internacional** e os sistemas de engenharia mais modernos, criados em cada país, são mais bem utilizados por firmas transnacionais que pela própria sociedade nacional. Em tais condições, a noção de territorialidade é posta em xeque e não falta quem fale em desterritorialização [reporta-se a Ianni e a Margolin] atribuindo-lhe alguns significados extremos, como o da supressão do espaço pelo tempo [reporta-se a Virilio] ou o da emergência do que chamam “não-lugar” [reporta-se a Auge] (Santos 1997, p.194, grifo nosso).

Nessa lógica, o movimento da sociedade baseia-se na combinação entre a tecnologia digital, política neoliberal e mercados globais, permeados pela competitividade, por vezes, e outras, majoritariamente, por monopólios, marcando duas lógicas na constituição dos espaços: a racionalidade e a artificialidade. Nesse processo, a “evolução” e movimentação permanente das técnicas e suas qualidades sistêmicas caracterizam-se cada vez mais pela aliança técnica/ciência, pela relação ciência/produção e pela importância relevada da informação, configurando o meio técnico-científico-informacional (cf. Santos, 1997).

Assim observou Milton Santos:

Neste período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação (Santos, 1997, p. 1990).

Esse é o momento em que a técnica não está mais “sozinha”, aliás, ela se funde à ciência e à informação na produção do meio. Agora, os objetos técnicos são técnico-científicos, técnico-informacionais ou técnico-científico-informacionais, porque a ciência e a informação assumiram um papel basilar diante do meio técnico, em que a “informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar a sua circulação”, e os progressos da ciência permitiram a produção de uma técnica cada vez mais funcional e especializada, em que “Esses objetos concretos tendem a alcançar uma especialização máxima a obter uma intencionalidade extrema” (Santos, 1997, p. 1991, 33).

Sobre a relação entre técnica, ciência e informação, Milton Santos (1997, p. 190-191) é incisivo:

Essa união entre técnica e ciência vai dar-se sob a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente à ciência e à técnica, torna-se um mercado global. A ideia de ciência, a ideia de tecnologia e a ideia de mercado global devem ser encaradas conjuntamente e desse modo podem oferecer uma nova interpretação à questão ecológica, já que as mudanças que ocorrem na natureza também se subordinam a essa lógica [...] Por outro lado, a informação não apenas está presente nas coisas, nos objetos técnicos, que formam o espaço, como ela é necessária à ação realizada sobre essas coisas. A informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar a sua circulação. Pode-se falar [o autor reporta-se a Gertel], de inevitabilidade do "nexo informacional".

Dessa forma, a dinâmica da ciência, da técnica e da tecnologia, e da informação representa um novo movimento, com contrastes locais e globais, influenciando o meio, o cotidiano, o mundo do trabalho, as relações econômicas, a política, a cultura, as singularidades de cada pessoa, grupo social, instituições, empresas, esferas do poder público, meio acadêmico, enfim, os aspectos *do viver/relacionar em sociedade* no modo produção capitalista.

Até então, os pontos centrais do capitalismo estavam consolidados pelo meio técnico, principalmente nas cidades. Agora, graças ao desenvolvimento das técnicas por meio da ciência e a sua difusão por meio da informação, podemos afirmar que “todo o mundo” está permeado pelo fenômeno técnico, inclusive o campo, que durante muito tempo foi representado como espaço “marginal” ao *lócus* privilegiado

do capitalismo – a cidade –, uma vez que hoje objetos técnicos como plantadeiras, colheitadeiras e sistemas técnicos de produção, como inseminação artificial e softwares específicos para o monitoramento da “saúde” do gado, são uma realidade cada mais comum em propriedades “rurais” ligadas ao agronegócio.

Cada vez mais os territórios se tornam especializados, pois, sob a égide da “globalização” e das redes informacionais, a materialização do meio técnico-científico-informacional no capitalismo exige que os territórios assumam uma função no cenário do espaço global, para que possam se integrar no circuito mundial, podendo variar conforme as possibilidades técnicas e a especificação de cada espaço. Ou seja:

As possibilidades, técnicas e organizacionais, de transferir à distância produtos e ordens, faz com que essas especializações produtivas sejam solidárias no nível mundial. Alguns lugares tendem a tornar-se especializados, no campo como na cidade, e essa especialização se deve mais às condições técnicas e sociais que aos recursos naturais. A nova fruticultura no vale médio do rio Negro provoca o que se chamou de big-bang de inversões em Chimpay, na Patagônia norte argentina (Correa *et al*, *apud* Santos, 1997, p. 192).

Todavia, o meio técnico-científico-informacional, apesar de estar presente em “toda a parte”, suas dimensões variam de acordo com continentes, países, regiões, superfícies contínuas, zonas mais ou menos vastas ou simples pontos. Por isso, há territórios com mais e outros com menos aspectos que caracterizam a dinâmica do período tecnológico:

Apesar da rápida difusão de toda e qualquer espécie de dados a qualquer lugar do globo, existem, ainda assim, defasagens segundo a receptividade de cada lugar. Na escala do planeta não existe uma distribuição completamente uniforme das novas variáveis tecnológicas e econômicas, gerando assim desigualdades de acordo com as localizações. Logo existem localidades mais ou menos atrativas às inovações tecnológicas, definindo assim seu grau de “comando” ou “dependência” de outros lugares mais desenvolvidos (Firmino, 2000 p. 32).

As particularidades do movimento de inserção da tecnologia e da informação na economia e nas relações sociais, a partir da esfera local, como “consequência” do global, é um fator importante, pois a “globalização”, grande “responsável” por esta inserção, se manifesta de forma diferente nos territórios. Neste sentido, Santos & Silveira (2001) afirmam que há “áreas de “globalização” absoluta” que participam diretamente dos fluxos financeiros e informacionais e que possuem a logística e a circulação integradas com os atores globais nacionais e/ou internacionais; e “áreas de “globalização” relativa” que compreendem as áreas que não estão integradas diretamente nessa ótica, ou que participam de forma incipiente.

Relacionando esta questão com o espaço cidade, Sassen (*apud* Pires, 2007, s/p.) afirma que em algumas cidades a economia da “globalização” consolida processos de estruturação de mercados financeiros globais e investimentos estrangeiros diretos, criando assim espaços de intersecção do global com o local. Este aspecto também pode ocorrer no campo, onde algumas propriedades estabelecem o controle da produção seguindo padrões internacionais, estabelecendo o cultivo ou a criação de gado voltado para exportação. Porém, em outros espaços, contudo, tal estruturação é incompleta ou mesmo inexistente.

Desse modo, os processos globais afetam a estrutura social local das cidades, alterando a organização do trabalho, a distribuição dos ganhos, a estrutura de consumo, criando novos padrões de desigualdade social urbana, mas também rural.

Ao contrário do que se poderia imaginar com o processo de “globalização”, o espaço local não perdeu sua importância com o desenvolvimento das telecomunicações e da indústria de informação, uma vez que na dispersão das atividades econômicas, na “globalização”, as cidades adquiriram novas formas de composição do capital e de centralização territorial, associadas aos novos arranjos de gerenciamento e comando operacional dessas atividades em escala planetária (Pires, 2001, p. 158).

Assim, o espaço reflete a dinâmica da nova ordem de circulação dos capitais, das informações e mercadorias, que produz um novo cenário para o global. Ou seja:

O mundo de hoje é o cenário do chamado "tempo real", porque a informação se pode transmitir instantaneamente. Desse modo, as ações se concretizam não apenas no lugar escolhido, mas também na hora adequada, conferindo maior eficácia, maior produtividade e maior rentabilidade aos propósitos daqueles que as controlam [...] Todos esses novos instrumentos de trabalho **colonizam o território de forma seletiva**, de tal modo que os pedaços de maior densidade técnica acabam por oferecer mais possibilidades do que os menos dotados desses recursos técnicos de conhecimento. Essa crescente instrumentalização do território agrava as disparidades entre quem pode conhecer o território e quem é menos favorecido para fazê-lo. Por isso e paralelamente criam-se áreas mais informadas e menos informadas (Santos & Silveira, 2001, p. 98-99, grifo nosso).

Essa participação desigual dos territórios de forma diferenciada no capitalismo contemporâneo é classificada por Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001) em “espaços luminosos” e “opacos”, “espaços da rapidez e da lentidão” e “espaços que mandam” e “espaços que obedecem”.

“Espaços luminosos” são aqueles que possuem maior densidade técnica e informacional e atraem atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização, enquanto “espaços opacos” são áreas que não “brilham” e não “iluminam” por meio de objetos técnicos o território, são as áreas que não possuem uma infra-estrutura que atraia capitais que exijam muita tecnologia e organização (Santos & Silveira, 2001, p. 264).

Geralmente, quando possuem uma estrutura de circulação material e imaterial que permita a fluidez veloz do capital, os “espaços luminosos” também se tornam “espaços da rapidez”, que são,

[...] do ponto de vista material, os dotados de maior número de vias (e de vias com boa qualidade), de mais veículos privados (e de veículos mais modernos e mais velozes), de mais transportes públicos (com horários mais frequentes, convenientes e precisos e também mais baratos). Do ponto de vista social, os espaços da rapidez serão aqueles onde é maior a vida de relações, fruto da sua atividade econômica ou sócio-cultural, ou então zonas de passagem, respondendo a necessidades de uma circulação mais longínqua (Santos & Silveira, 2001).

Já os “espaços da lentidão” não possuem a fluidez supracitada e são mais comuns que os primeiros, pois são as áreas, do ponto de vista material, que possuem vias de circulação mais lentas e de qualidade inferior. E do ponto de vista social, são os lugares onde as relações decorrentes de atividades econômicas ou sócio-culturais são mais restritas.

Diante dessa lógica, há espaços com maior presença no capitalismo moderno (“globalizante”) do que outros, promovendo uma dinâmica territorial com a dependência de um espaço para outro. Isto é, os espaços que não possuem um aparato técnico, econômico, científico e informacional concatenado com a lógica atual capitalista, procuram se inserir nesse meio através de outros espaços que estão concatenados com o meio técnico-científico-informacional e que, de acordo com Santos & Silveira (2001, p. 262-264), são “espaços luminosos” e da “rapidez”.

Assim, esses espaços acabam exercendo um papel de comando em relação aos outros, em decorrência do acúmulo de funções diretoras que possuem em relação aos demais. Portanto, é possível falar que há “espaços que mandam” e “espaços que obedecem” (Santos & Silveira 2001, p. 264).

Todos esses elementos constituem o novo meio geográfico do período tecnológico: o meio técnico-científico-informacional, que, em síntese, pode ser entendido como sendo o espaço geográfico materializado pela associação entre a técnica, a ciência e a informação a *serviço* das forças e redes hegemônicas da produção capitalista. É o meio equipado para *servir* com precisão e dinamismo ao modo de produção em sua fase contemporânea e, como “consequência” desse processo, influenciando o modo de vida em sociedade, fortalecendo uma dada racionalidade e impondo a rapidez dos fluxos comerciais e informacionais ao cotidiano.

No Brasil, a produção de um meio técnico-científico-informacional inicia-se na década de 1970, a partir de iniciativas Estatais, quando o modelo de industrialização tardia e dependente do capital externo começa se estagnar, uma vez que:

A dependência, que se tornou crescentemente interna à economia brasileira, se manifestava agora pelo crescimento das remessas de lucros e royalties, pagamento dos empréstimos externos etc., não dando margem à apropriação interna do excedente econômico (Mamigonian *apud* Santos & Silveira, 2001, p. 48).

Este quadro começará a ser amenizado à medida que o governo federal começa a realizar investimentos para promoção de uma nova dinâmica às exportações e garantir “mais proteção ao grande capital, menor retribuição ao trabalho, ao preço de uma política social ainda menos generosa e, necessariamente, de uma ordem ainda maior no campo político-social” (Santos & Silveira 2001, p.48). É nesse momento que, dentre outros aspectos, são implantados os complexos industriais em diversas regiões do país, como:

O Complexo Petroquímico de Camaçari na Bahia, o Complexo Siderúrgico de Itaquí no Maranhão, o Projeto Carajás, a indústria de derivados de cloro em Alagoas, complexo eletrometalúrgico de Tucuruí. Paralelamente, o Programa Nacional do Alcool (Proálcool) muda a geografia do interior paulista a partir de 1975, com o ingresso maciço da cultura cana-de-açúcar (Santos & Silveira 2001, p.49).

Simultaneamente, ocorre a ampliação da rede de transportes com a construção de novas rodovias e a constituição de uma rede nacional de aeroportos administrada pela Infraero, com 16 aeroportos no Sudeste, 13 no Nordeste, 11 no Norte, 9 no Sul e 6 no Centro-Oeste. Além disso, ocorre a “revolução” das telecomunicações, que, segundo Dias (1989), manifesta-se em quatro etapas:

Até 1969, os meios técnicos do sistema de telecomunicações eram apenas as ondas curtas e cabos submarinos de baixa capacidade de transmissão; entre 1969 e 1973 instala-se um sistema nacional de telecomunicações por rede hertziana; de 1974 a 1984 incorpora-se ao sistema o satélite INTELSAT e, por fim, entre 1985 e 1988, há o desenvolvimento dos satélites Brasilsat I e II (Dias *apud* Santos & Silveira 2001, p. 49).

Somando a estas mudanças, incorpora-se na década de 1970 ao território nacional, a “modernização da agricultura”⁴², objetivando a expansão da fronteira

⁴² Segundo Manoel Calaça (2006), a modernização do campo/da agricultura é entendida como um conjunto de transformações implementadas pela agregação de capital ao espaço através da mudança da base técnica de produção, com intensa motomecanização do processo produtivo. Verifica-se como resultado, alteração das relações de trabalho, do uso da terra, da produção agrícola,

agrícola⁴³ para aumentar a produção de *commodities*⁴⁴ visando, especialmente, o aumento das exportações.

Como “consequência” dos processos supracitados, inicia-se um processo de “especialização territorial” ocorrendo uma “tendência à concentração da produção de bens e serviços mais ‘nobres’ e escassos em alguns pontos do Sudeste e do Sul” (Santos & Silveira 2001, p.50).

Assim, de modo geral, podemos perceber que o país sofreu mudanças profundas no seu circuito produtivo, o que proporcionou, como “consequência”, a alteração do modo de viver dos diversos espaços do território brasileiro, pois passamos de “um tempo lento, diferenciado segundo as regiões,” para “um tempo rápido, um tempo hegemônico único, influenciado pelo dado internacional: os tempos do Estado e das multinacionais” (Santos & Silveira 2001, p. 52).

1.5 – O cidadão, o meio técnico-científico-informacional e o espaço vivido

O termo cidadania designa a nacionalidade do indivíduo, como, por exemplo, ao indivíduo que nasceu no Brasil: cidadania brasileira; ou, em outra definição, cidadania é a expressão do gozo aos direitos e deveres civis e políticos em um Estado-nação. Desse modo, o cidadão é o sujeito que vive a cidadania, ou seja, os direitos e deveres individuais e coletivos que as leis asseguram como legítimos e essenciais.

Esta é a concepção contemporânea do termo, uma vez que a expressão originalmente designava cidadania como apenas a realização de um indivíduo ao

da composição da população, incluindo uma intensa mobilidade da população a introdução de novos postos de trabalho no campo e de exigência de qualificação técnica e de profissionalização tanto dos trabalhadores, como dos produtores rurais e destruição de tradições culturais, da prática caipira, presentes no meio rural.

⁴³ O termo fronteira agrícola está ligado à incorporação de novas áreas para introdução da atividade agrícola para produção comercial de produtos para a exportação, sobretudo.

⁴⁴ Mercadorias na forma de “papel”, negociadas em grandes bolsas para esse fim, geralmente ligadas a produtos agrícolas e a minérios (como exemplo, a soja – uma *commoditie* agrícola – tem a Bolsa de Chicago como um de seus centros de negócio).

direito de ter um emprego, pois o termo cidadão ou a ideia de cidadania surgiu na Europa com o início do processo técnico, como explica Santos (2000):

Essa ideia de cidadania surge, curiosamente, ao mesmo tempo em que se gesta na Europa o processo técnico, facilitando a expansão do capitalismo. Assim, o processo técnico aparece como uma possibilidade de ameaça à realização completa do indivíduo (Santos, 2000b, p.10).

Assim, a discussão sobre a cidadania foi gestada no surgimento do processo técnico⁴⁵, quando esse fenômeno fez o “Homem” sentir-se à mercê de “sua” criação (do processo técnico), ou seja, a presença das técnicas promovia uma nova forma de organização espacial e do trabalho, sujeitando o social ao ritmo do artificial, fazendo com que alguns postos de trabalho fossem extintos e os demais existissem enquanto a técnica não se desenvolvia o suficientemente para substituí-los por máquinas. Esse foi o cenário em que ocorreram as primeiras discussões em relação à concepção de cidadania.

Hoje, no meio técnico-científico-informacional, desfrutar a cidadania significa mais que o direito de possuir um emprego, pois a partir dos ideais da Revolução Francesa (liberdade, fraternidade e igualdade) foram instituídos instrumentos legais para assegurar o direito de ser cidadão, porque, nas sociedades nacionais contemporâneas, especialmente, a cidadania necessita de “formas jurídicas de leis, de uma constituição que assegure ao indivíduo forte a expansão de sua fortaleza, da sua completude e assegure que a sociedade seja feita de indivíduos dotados de direitos que lhes permitam ser ainda mais fortes” (Santos, 2000b, p. 11). Apesar disso, como sabemos, o aparato legal não é suficiente para que na prática a cidadania se efetive em todos os grupos sociais, uma vez que a tendência atual da sociedade é de suprimir o ideário de cidadão para a grande maioria da população, visto que o “mundo que se está instalando não se preocupa com a difusão do bem-estar da sociedade como um todo, prefere antes concentrá-la em certas partes da sociedade e convidar as demais a aceitar o peso da propaganda” (Ibid).

⁴⁵ O Processo técnico é entendido como o fenômeno de produção e inserção de objetos técnicos, como máquinas e motores, nas diversas formas de produção capitalista a partir da Revolução Industrial.

Por isso que, no contexto do meio técnico-científico-informacional, surgem novas formas de supressão ao direito de cidadania em seu sentido pleno, dos cidadãos possuírem as mesmas oportunidades e os mesmos direitos. Isso ocorre à medida que novas técnicas instauradas no espaço promovem contrastes sociais, que beneficiam uma minoria e marginalizam a maioria, visto que as “próprias modernizações provocam desigualdades de oportunidades entre os cidadãos. A situação de monopólio acarreta uma distribuição regressiva das rendas” (Santos, 2004, p.280).

Podemos aludir, além disso, à existência de uma marginalização técnica, na qual os objetos técnicos promovem a exclusão de acessos e benefícios ao sujeito destituído de oportunidades ou que possui dificuldade no *manuseio* de alguns equipamentos que necessitam de conhecimento específico. Nesse caso, ocorre, muitas vezes, a “desarticulação” entre *objetos* e *ações*, pois ao mesmo tempo em que as ações são produto, produção e produtoras de objetos, também os objetos são produto, produção e produtores de ações, mas que (tanto os objetos como as ações) se manifestam e são percebidos, concebidos, usados e apropriados desigualmente pelas pessoas, que se encontram, em um espaço dividido e desigual, em condições de desigualdade tanto diante dos *objetos* como diante das *ações*. É por isso que podemos também afirmar, em aproximação a Lojkne (1999), que denomina parte dos objetos de “máquinas informacionais” (pois “informam”, mas a informação – como o saber – como comumente dizemos, também é poder), que os próprios *objetos* estão carregados de intencionalidades, o que pressupõe que não podem ser entendidos como participantes de uma condição de neutralidade⁴⁶.

Para Lojkne (*apud* Moraes & Vaz, 2004, s/p), as “máquinas informacionais”:

[...] são máquinas cuja eficiência primária reside na substituição do homem pela máquina [...], mas, paradoxalmente, máquinas que pressupõem, para serem eficazmente utilizadas, uma interatividade homem-máquina, com um papel de destaque para o interventor homem.

⁴⁶ Para Milton Santos (2000c, p. 31), as técnicas são “neutras” (entre aspas, pelo próprio autor) mas também “o resultado depende das intenções dos atores, aos quais as técnicas apenas oferecem possibilidades”.

Ratificando o exposto por Lojkne, e desdobrando a ideia para a relação espaço/técnicas/pessoas e inclusão/exclusão, Moraes & Vaz (2004, s/p.) asseveram que:

À medida que se artificializa o espaço, e menos indivíduos têm acesso a estes meios artificiais, dá-se o que propomos ser a exclusão social técnica. Ou seja, as técnicas produzidas e inseridas no espaço, para serem utilizadas pela sociedade, causam em uma ampla escala, a exclusão, pois os sistemas técnicos que continuam se ampliando, obrigam a adaptação de qualquer que seja o indivíduo e muitos não conseguem se adaptar.

Como parte desse processo, vemos uma corrida pelo entendimento e aperfeiçoamento no manuseio do aparato de objetos técnicos que surgem a todo instante. Como “consequência”, constata-se grupos de pessoas que, ora estão integrados com os equipamentos e serviços que envolvem tecnologia (computador, *pen-drive*, *e-mail*, compras pela *internet*, caixa eletrônico, cartão de crédito, *dvd*, *ipod*), ora estão fora deste meio, porém ao seu modo buscando envolver-se, e o grupo que está totalmente marginalizado dos “benefícios técnicos” de forma direta.

Os motivos desta diferenciação variam e se alojam em diferentes “níveis”, como: **social**, em que um adolescente de “periferia”, por exemplo, possui menos oportunidades de estar em contato com o computador que um adolescente de classe média ou alta; **cultural**, em que um grupo social ou indivíduo, decorrente de aspectos culturais (como religiosos), “não entende” a importância de se integrar nesta dinâmica, como por exemplo, membros de comunidades indígenas, camponeses, idosos, pescadores e trabalhadores braçais; **econômico**, em que um grupo social ou indivíduo possui o desejo e/ou necessidade de integrar-se diretamente aos “benefícios” dos equipamentos e serviços que envolvem tecnologia, porém por questões sociais têm dificuldades ou não se integra. Discernir por esses três “níveis” – social, cultural e econômico – o “acesso” aos “benefícios técnicos”, não requer compreendê-los separada ou isoladamente, pois, sabemos, tais níveis se interpenetram, sendo só possíveis de separação para fins de análise. Pois, geralmente, sujeitos desprovidos das condições de “acesso” aos bens, de toda ordem, o são em função de participarem de relações socioespaciais nas quais o

modo de vida é centrado sobre a escassez, a pobreza e a precariedade, o que requer pensar os “níveis” social, cultural e econômico de forma integrada.

A produção e reprodução de um “espaço dividido” (em aproximação a Milton Santos, 2004a) é a manifestação espacial de promoção da marginalização de algumas pessoas em relação aos “componentes” do meio técnico-científico-informacional, condicionamento esse (que ocorre por “causa” do processo de produção e distribuição espacial dos objetos técnicos de forma seletiva no território), pois cada objeto provém da associação técnica-ciência-informação. Os objetos, sobretudo, “cumprem” o propósito da reprodução ampliada do capital, ao mesmo tempo em que (ao deterem um alto custo de produção, que somado à margem de lucro pretendida) geram produtos com preços elevados em relação à renda de grande parte da população. Assim, à medida que o uso ou a aquisição destes objetos depende da condição financeira de cada indivíduo, exclui quem não pode arcar com estes custos.

Esse processo de desenvolvimento e materialização no espaço de novos objetos, de forma cada vez mais rápida e impondo um ritmo de especialização constante ao espaço e à população, é “consequência” do estágio atual do capitalismo “globalizado”, em que o ritmo da produção é imposto à sociedade, ao indivíduo, não importando as “consequências” que isso pode acarretar na vida das pessoas. Desse modo, a “vontade dessa globalização perversa a que estamos assistindo é reduzir o papel do cidadão. É a transformação de todo mundo em consumidor, usuário e, se possível, coisa, para mais facilmente se inclinar diante de soluções anti-humanas” (Santos, 2002, p.141).

Nesse sentido, pode-se falar em “globalização” no sentido de construção de um mundo que funciona de forma unitária somente para alguns (Santos, 2004a), pois até a informação, que no meio técnico-científico-informacional se torna universal na instantaneidade e dispersão mundial⁴⁷, para muitos grupos sociais ela se torna restrita, porque no processo capitalista de comercialização de produtos, a informação, além de ser ela mesma uma mercadoria, também é parte dos próprios produtos mercantilizados e, desta forma, o seu uso depende de condições financeiras de acesso. Assim, a “globalização” se torna marginalizadora, à medida

⁴⁷ “[...] nesse contexto a comunicação surge como um novo paradigma [...] da escola à empresa, da família à justiça e ao governo, em todos os campos [...] daqui em diante, [...] a palavra de ordem: é necessário comunicar” (Ramonet apud Aguiar, 2004, s/ p.).

que é incluyente para alguns e excluyente para outros. Além disso, é importante salientar, que no contexto “globalizado”, a disposição dos mecanismos de acesso à informação é vital no mundo empresarial, uma vez que o domínio sobre a circulação e apreensão da informação constitui uma nova forma de poder.

Isso é possível observar em cidades onde apenas alguns bairros dispõem de rede de internet e “TV a cabo”. Assim, mesmo que tenha condições financeiras para adquirir os equipamentos necessários à instalação e custear as despesas mensais, alguns moradores não podem acessar a internet em casa ou assistir aos diversos canais disponíveis no serviço de “TV paga”, uma vez que a logística de disposição desses serviços beneficia apenas uma parte do espaço, aquele onde os moradores, em média, possuem uma renda superior. O mesmo também ocorre nas áreas rurais, onde os moradores de distritos ou até mesmo propriedades rurais não podem adquirir certos serviços de, por exemplo, “TV a cabo”, devido à localização de suas moradias, pois esses serviços são produtos direcionados a uma parcela específica da população e não todos, mesmo que possam pagar.

Esses exemplos são também, em alguma medida, reveladores do que Milton Santos (2000, p. 53) tem chamado de “globalitarismo”, no qual o domínio do espaço vivido é regido por forças hegemônicas capitalistas, desde o sentido mais restrito ao mais abrangente (da escala do corpo à escala global, podemos inferir). Nesse sentido, as palavras de Odette Seabra (2007, s/p) são esclarecedoras sobre a relação entre poder, “globalização”, totalitarismo e cotidiano:

[...] além de pressupor a não democracia – o que se está dando agora – representa, ao mesmo tempo, essa vocação atual para seguir a vontade de um grupo de empresas e de países hegemônicos; a globalização é ela própria um sistema totalitário que chega à vida cotidiana [...] É a eliminação do debate. E mais, nos dizia, a globalização não subsistiria sem sua própria fabulação. Condena-se a população brasileira a morrer sem cuidados médicos e dizem que estamos caminhando para uma saúde pública melhor. A globalização é fábula porque quando nos falamos sobre a aldeia global querem dizer que todos sabem o que se passa no mundo.

Esse comando sobre os meios geográficos desiguais induz a população em geral a seguir um ritmo diferente ao do espaço vivido, à medida que o espaço se artificializa com a materialização dos objetos técnicos. Um novo compasso é imposto; é a “música global” se impondo ao local. Isso ocorre desde as esferas mais simples aos grandes centros urbanos, pois no meio técnico-científico-informacional a técnica é a base da interligação entre os espaços, processo que influencia ações e pensamentos. Nesse processo, as “verticalidades” e “horizontalidades”⁴⁸ se cruzam, mas a primeira procura impor as regras à segunda. Assim, o espaço vivido, que também é “espaço banal” (cotidiano), é constantemente submetido a um “jogo de dominação” oriundo de espaços e territórios distintos, mas que pelo sistema econômico vigente interferem nas relações cotidianas, pois, afinal, os espaços, os territórios, os lugares, as regiões, as redes, as paisagens, não são o palco onde a vida se anima e se realiza, mas são, eles mesmos, a própria vida, o espaço vivido.

1.6 – “Globalização”

A “globalização” pode ser entendida como um processo de conexão global calcado no uso extremo da tecnologia de transmissão de dados (informações, conceitos, ideias e capitais) que estabelecem uma integração entre os países e as pessoas no mundo. Este processo possui um caráter econômico e social, pois através dele as pessoas, os governos e as empresas trocam informações, realizam transações financeiras e comerciais e espalham elementos culturais pelos “quatro cantos” do planeta. Por isso que esta realidade transmite a ideia de “aldeia global”,⁴⁹ pois as redes de conexões deixam as distâncias cada vez mais curtas, facilitando as relações culturais e econômicas de forma rápida e eficiente. Todavia, é importante destacar que este fenômeno mundial foi instaurado a partir de interesses

⁴⁸ As verticalidades são formadas por pontos, as horizontalidades por planos. As verticalidades dão-nos o que se denomina espaço dos fluxos, a paisagem eficaz, o reino do cálculo, o domínio da racionalidade cega e triunfante. As horizontalidades dão-nos o espaço banal, o espaço da vida, do cotidiano compartilhado por todos, o reino em que todas as emoções são permitidas. Mas não existe “separação real entre essas duas realidades. Suas racionalidades coexistem e se interpenetram, modificam-se mutuamente, cada qual se afirmando, a cada instante, em função de seus próprios objetivos” (Santos, 2002, p.110-111).

⁴⁹ “Aldeia Global” sugere que, afinal, formou-se a comunidade mundial, concretizada com as realizações e as possibilidades de comunicação, informação e fabulação abertas pela eletrônica. [...] Baseia-se na convicção de que a organização, o funcionamento e a mudança da vida social, em sentido amplo, compreendendo evidentemente a “globalização”, são ocasionados pela técnica e, neste caso, pela eletrônica” (Ianni, 1997, p. 16).

econômicos, e pela reprodução e manutenção dos interesses capitalistas que a “globalização” continua se expandindo pelo planeta, uma vez que a todo o momento formas de agir, pensar e de se relacionar com as pessoas e o espaço são moldadas por esse processo, que não que se *apresenta* como um “bicho assustador”, mas “algo bom”, que pode melhorar a vida das pessoas.

Porém, o que percebemos, é que a “globalização” estimula o consumo para sustentação do sistema econômico em vigor. Assim, o que vemos é o aumento dos lucros de empresas e firmas, principalmente as multinacionais, pois o “receituário” prega a integração entre os países e as pessoas do mundo todo, em uma espécie de “aldeia global”, buscando ocultar um processo que se ancora sobre modos de *pensar* e de *fazer* hegemônicos, de classe.

Com o advento da “globalização”, o “poder’ de ação dos elementos que moldam o espaço⁵⁰ foram acentuados, devido à capacidade técnica-científica-informacional que foi acrescida em alguns lugares, pois nem todos os espaços possuem uma grande densidade de infra-estruturas, firmas e fluxos, por isso podemos falar, de acordo com Santos & Silveira (2001, p. 260 e 261), em “Zonas de Densidade e de Rarefação”.

Nesta mesma direção, Haesbaert (2007, p. 166) aponta que a “globalização”, enquanto processo, “produz redes que conectam os capitalistas com as bolsas mais importantes do mundo e aceleram a circulação da elite planetária, por outro lado gera uma massa de despossuídos”, que “fica marginalizada do processo de produção” (ibidem). Por isso, os espaços ocupados por essa parcela da sociedade é designada, pelo autor, por “aglomerados de exclusão”⁵¹, estando à margem do comando central do capital. Partindo desse pressuposto, Harvey (1992, p. 202) aponta que “o domínio do espaço reflete o modo como indivíduos ou grupos poderosos dominam a organização e a produção do espaço mediante recursos legais e extralegais, a fim de exercerem um maior controle”.

Portanto, temos um espaço moldado de acordo com as relações existentes, locais, regionais, nacionais e internacionais (e suas inter-relações e especificidades), que o “difere” e simultaneamente o “igual” (“desenvolvimento desigual e

⁵⁰ O espaço possui uma feição multifacetada, pois agrupa objetos e ações diversificados, instalados de acordo com a dinâmica de produção e manutenção de seus elementos constituintes, isto é, os fixos e os fluxos, os sujeitos e as firmas (Santos, 1997).

⁵¹ “Assim, podemos afirmar que o aglomerado, mais que do que um espaço “à parte”, excluído e amorfo, deve sua desordem principalmente ao fato de que nele se cruzam uma multiplicidade de redes e territórios que não permitem definições ou identidades claras” (Haesbaert, 2007, p.166).

combinado”), pois cada espaço possui uma história que o diferencia de outros espaços, porém, no espectro geral, ocorre um processo “universal” que influencia ora mais, ora menos, todos os espaços. Esta tendência é resultado de forças que atuam “globalmente” e que se instalam localmente com mais ou menos intensidade, de acordo com a densidade do tecido espacial. Essa densidade é fruto do nível de conexão que um lugar possui com o capitalismo (local, regional, nacional, global).

Deste modo:

Criam-se, também assim, espaços da hegemonia, áreas preñes de ciência, tecnologia e informação, onde a carga de racionalidade é maior, atraindo ações racionais de interesse global. Chegamos, assim, a um momento da história no qual o processo de racionalização da sociedade atinge o próprio território e este passa a ser um instrumento fundamental da racionalidade social, isso é extremamente importante para entender como esses espaços hegemônicos se instalam no processo de globalização, como o lugar da produção e das trocas de interesse mundial no nível mais alto, lugares em que exerce um tempo mundial e onde se instalam as forças reguladoras da ação nos demais lugares. É assim que os lugares diversos e os tempos diversos se unem, hierarquicamente, no que, paradigmaticamente, pode ser chamado de um espaço mundial e um tempo mundial (Santos, 1994, p. 46).

Esse espaço mundial, paradoxalmente, também é o espaço local, o *lócus* do cotidiano (também denominado de espaço vivido [Frémont, 1980]). Esse recebe a todo o momento elementos criados em lugares distantes, que são instalados à medida que se tornam importantes nas relações espaço/capital, “Homem”/espaço, “Homem”/”Homem”. Essas relações possuem peculiaridades distintas em pontos do *mesmo* território, por isso, apesar de uma influência global, o território não é homogêneo em toda a sua extensão. Logo, a maior expressão das relações socioespaciais se produzem e se reproduzem no que Santos (2000, p. 108) tem chamado de “espaço banal”, “o espaço de todos: empresas, instituições, pessoas; o espaço das vivências”, pois é partir dessa esfera que o mundo é vivido⁵², seja em seu sentido mais restrito (local), seja no sentido mais amplo (global). O movimento

⁵² “Há um conflito que se agrava entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chega a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los. Daí o interesse de retomar a noção de espaço banal, isto é, o território de todos, frequentemente contido nos limites do trabalho de todos; e de contrapor essa noção à noção de redes, isto é, o território daquelas formas e normas ao serviço de alguns” (Santos, 2005, p.142).

do território, presente em qualquer relação humana, *se faz e é feito* nos modos de *fazer* e nos modos de *pensar* socialmente desenvolvidos, o que pressupõe que pensemos o próprio território a partir, efetivamente, de seu “uso”, seja em seus “usos” materiais e em seus “usos” imateriais⁵³:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (Santos 2002b, p.17).

Dessa forma, a partir do espaço banal, podemos compreender a ação territorial da esfera global, pois essa é a escala das sensibilidades maiores e da sociabilidade coletiva. Isso ocorre porque na “esfera da sociabilidade, levanta-se utilitarismos como regra de vida a exacerbação do consumo, dos narcisismos, do imediatismo, do egoísmo, do abandono da solidariedade, com a implantação galopante, de uma ética pragmática individualista” (Santos, 2000, p. 54), Esses aspectos são classificados por Milton Santos como *Globalitarismo* (2000, p. 53), já que promovem a constituição de uma lógica que aliena e submete a maior parte da população ao “jogo do capital”. Esse, por sua vez, é dinâmico e produtor de realidades dissonantes e extremas, pois em um *mesmo* território temos elementos de um planeta inteiro (materiais e imateriais), tornando alguns espaços conectados com o mundo (o local como fragmento do global), enquanto há espaços, no *mesmo* território, em que esses elementos planetários se apresentam com menor vigor, e vemos, cotidianamente, mais o local do que o global. Todavia, em ambos os espaços a desigualdade ocorre, há o rico e o pobre, o proletariado e as firmas... Percebemos que, independente da nova “cara” do capitalismo (a “globalização”), o arranjo fundamental continua, denotando o verdadeiro tom dessa “melodia” planetária, a reprodução do sistema capitalista.

Além desse fator, outros elementos se apresentam na realidade espacial, pois

⁵³ O espaço, entendemos, é usado – como também produzido, construído e inventado – sempre nas formas e conteúdos de “uso” material e “uso” imaterial, ou seja, o fazer e o pensar o espaço apenas são separáveis para fins de análise.

as horizontalidades e verticalidades, os fixos e os fluxos⁵⁴ adquirem um elemento diferente na ótica globalizada: a tecnologia como propulsora da produção/reprodução e da comunicação.

[...] a globalização tem como uma das bases esse casamento entre ciência e técnica, essa tecno-ciência, que depende da técnica, que depende do mercado. Por conseguinte, trata-se de uma técnica e de uma ciência seletivas. A ciência frequentemente produz aquilo que interessa ao mercado, não à humanidade, de tal maneira que o progresso técnico e científico não é sempre um progresso moral (Santos, 1998, p.1).

Essa aliança entre o mercado e a tecnologia gera objetos voltados a aperfeiçoar a produção e os fluxos materiais e imateriais. Nesse sentido, a informação é fundamental e norteadora da nova “roupagem” do sistema, uma vez que ela cria novas condições de aperfeiçoamento do que já está posto, além de criar novas possibilidades de reprodução ampliada do capital. De maneira que, o que vemos diante de nossos olhos, são elementos gerados a partir desse casamento entre tecnologia e informação, que produzem espaços modelados à dinâmica do mercado, logo com os componentes do meio técnico-científico-informacional, que nada mais são do que o meio geográfico preparado hegemonicamente para as necessidades capitalistas. Por esse motivo, novas relações e novas modelagens se prolongam nos territórios, resultantes dessa configuração atual do espaço global. Assim observamos:

- Inserção de equipamentos baseados principalmente na informática, para dinamização da produção e dos serviços, diminuindo o número de empregos e forçando a população a buscar entender a operar máquinas para realizar as atividades cotidianas;

⁵⁴ “Os fixos nos dão o processo imediato do trabalho. Os fixos são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens. Não é por outra razão que os diversos lugares, criados para exercitar o trabalho, não são idênticos e o rendimento por eles obtido está em relação com a adequação dos objetos ao processo imediato do trabalho. Os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão, também, a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo. Desse modo, as categorias clássicas, isto é, a produção propriamente dita, a circulação, a distribuição e o consumo, podem ser estudados através desses dois elementos: fixos e fluxos” (Santos, 1988, p.77).

- Utilização de recursos tecnológicos para comunicação e logística, agregando novas tecnologias de transporte e a utilização da Internet e dos meios de comunicação via satélite;
- Utilização da internet e das tecnologias de comunicação no cotidiano de parcela da população, enquanto que os demais absorvem esses recursos de forma indireta nos serviços, produtos e informações que buscam no setor terciário;
- Aumento da informalidade e do subemprego como “consequência” do número de postos de trabalho na indústria e campo, resultante da inserção da tecnologia de produção;
- Terceirização como forma de diminuição dos custos de produção;
- Expansão das multinacionais por diversos países visando novos mercados consumidores e o barateamento da produção fabril pela fragmentação dos processos de fabricação em escala mundial, visando explorar, sem o rigor das leis dos países desenvolvidos, a mão-de-obra, a energia e a matéria-prima dos países subdesenvolvidos;
- Aumento dos problemas ambientais decorrentes de uma produção industrial calcada no uso maciço de recursos naturais (principalmente fósseis) e com mal (quando nenhum) gerenciamento dos resíduos e substâncias derivados do processamento dos elementos transformados;
- Formação de Blocos Econômicos visando o fortalecimento das relações comerciais entre os países membros, visando o aumento das transações comerciais;
- Fortalecimento da Financeirização, com o crescimento dos Bancos e a concentração monetária de grande parte das empresas na especulação das bolsas de valores;
- Disseminação da língua inglesa, de ideologias dominantes e do consumismo através de uma cultura de massa, calcada na mídia e no marketing (Ortiz, 2004);
- Aumenta-se a migração para os países desenvolvidos e os mesmos instalam medidas para impedir/barrar o movimento migratório (Póvoa Neto, 2009).

Esses são apenas alguns dos aspectos desse processo complexo e abrangente, muitas outras características poderiam ser relatadas, mas nos limites

desse trabalho não abarcaremos todas⁵⁵.

É possível observar como o movimento globalizante se apresenta de forma profunda na sociedade, transformando-a constantemente. Por isso, o mundo é moldado ao caráter do capital, enquanto que aparentemente a maior parte da população está “anestesiada” pela ideologia dominante que condiciona o ser à individualidade e à “inércia social”, ou seja, à “imobilidade” diante do que está posto, ou simplesmente, à alienação⁵⁶.

Desta forma, a alienação é a propulsora da não-ação diante da subjugação, uma vez que as mazelas sociais são encaradas com naturalidade, como se a pessoa, ao passar fome em um país que alcança altos índices de produção agrícola, fosse algo da normalidade humana⁵⁷, enquanto que “ocorre o desperdício e toneladas de alimentos vão diariamente para o lixo”, como comumente se ouve⁵⁸. Tudo isso é “consequência” do estímulo ao consumo, pois no que “se refere à produção e consumo de alimentos, verificamos que as firmas multinacionais, além de influenciar a produção dos países pobres, estimulam (através da propaganda!) o consumo cada vez maior de produtos industrializados” (Stacciarini, 1996, p. 43). Somando isso, temos a distribuição desigual dos alimentos, uma vez que:

Com efeito, em 2002, a produção mundial de alimentos foi estimada em 1,83 bilhão de toneladas, o que resultaria em se poderem distribuir 300 quilogramas de comida para cada um dos 6,1 bilhões de seres humanos. Contudo, a distribuição se efetua de maneira muito irregular, o que leva a esforços diversos para se garantir o acesso à alimentação (Almeida, 2009, p. 3).

⁵⁵ Veja maiores detalhes em Milton Santos (1994): a produtividade espacial como dado na escolha das localizações; o recorte horizontal e vertical dos territórios; o papel da organização e o dos processos de regulação na constituição das regiões; a tensão crescente entre localidade e globalidade à proporção que avança o processo de “globalização”, fundamentalmente.

⁵⁶ “Alienação - No sentido que lhe é dado por Marx, ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim, alienados aos resultados de sua própria atividade (à atividade ela mesma), e/ou à natureza na qual vivem, e/ou a outros seres humanos na qual vivem e – além de, e através de – também a si mesmos (às suas possibilidades humanas constituídas historicamente)” (Bottomore, 2001, p. 5).

⁵⁷ “A redução do cultivo de produtos alimentares em favor da agricultura comercial de exportação foi e é cada vez mais uma realidade. O Brasil é um dos maiores exportadores de produtos agrícolas do mundo enquanto ostenta o título de país com uma imensa população gravemente desnutrida. Chega-se ao absurdo de colher dez vezes mais soja (para exportação) do que feijão - alimento básico da população (Stacciarini, 1996, p.42 e p43).

⁵⁸ Não queremos dizer, com isso, que a desigual distribuição do que os trabalhadores produzem é resultado do desperdício; ao contrário, tanto o desperdício é parte da lógica de descartabilidade das “coisas”, como a produção social no capitalismo tem como contradição central a apropriação privada da produção.

Percebe-se que a “globalização” enunciada é uma “fábula” (Santos, 2000, p.18, 40 e 41), pois apresenta um discurso de unificação planetária, um “sonho de mundo só” (ibid), de igualdade entre os espaços. Mas isso é parte da ideologia da “globalização” de um lado e da alienação de outro, porque na prática esse processo acentua a dominação capitalista. Esse caráter não pode ser revelado, por isso estimula-se a difusão de percepções fragmentadas do real.

É a partir dessa generalização e dessa coisificação da ideologia que, de um lado, se multiplicam as percepções fragmentadas e, de outro, pode estabelecer-se um discurso único do “mundo”, com implicações na produção econômica e nas visões da história contemporânea, na cultura de massa e no mercado global [...]. É dessa forma que a sociedade e os indivíduos aceitam dar adeus à generosidade, à solidariedade e à emoção com a entronização do reino do cálculo (a partir do cálculo econômico) e da competitividade (Santos, 2000, p. 44 e p. 54).

Assim, a “globalização”, como elemento da “nova roupagem”⁵⁹ do capitalismo, estimula a formação, muitas vezes, de uma consciência economicista até mesmo naqueles que não sabem nem ler e escrever, e muito menos conhecem as temáticas específicas da economia. Essa mentalidade é incorporada inconscientemente pelos processos ideológicos de manutenção e reprodução do poder capitalista, porque o “mundo passou a ser influenciado pelo padrão de racionalidade gerado com cultura desse mesmo capitalismo. A administração das coisas, gentes e ideias” (Ianni, 1997, p.114). Deste modo, “aos poucos, ou de maneira repentina, os princípios de mercado, produtividade, lucratividade e consumismo passam a influenciar as mentes e os corações de indivíduos, as coletividades e os povos” (Ibid, p.147), pois são “várias as formas de alienação que se desenvolvem e multiplicam com o capitalismo, visto como processo civilizatório. Na medida em que se transforma continuamente as condições sociais de vida nos países em que ele já se encontra enraizado” (Ibid,

⁵⁹ Visto que desde que se consolidou, este sistema passou por muitas transformações (Capitalismo Comercial, Industrial, Financeiro e Informacional), onde demonstrou grande capacidade reestruturadora diante de suas crises.

p. 158). O capitalismo se produz e se reproduz como condição de “civilização”⁶⁰.

Observamos essa questão no cotidiano, por exemplo: quando aparece nos jornais uma discussão a respeito dos problemas sociais e burocratas governamentais empregam um discurso baseado em índices para afirmar que a realidade vivida faz parte do desenvolvimento do país; a maioria das pessoas não questiona o modelo de desenvolvimento visado, que urge à custa do aumento da pobreza. Isso ocorre porque já está embutida na mentalidade que o desenvolvimento é importante, não se sabendo que tipo de desenvolvimento realmente é necessário para o país. Assim, as discussões surgem em torno de parâmetros econômicos e não se fala em “civilização” e “cidadania”, mas apenas que uma e outra decorreriam do desenvolvimento. Por isso concordamos com Santos, em o “Espaço do Cidadão” (1987, p.13), quando aponta que os processos históricos e sociais no Brasil, sob égide do capital, “em lugar do *cidadão* formou-se um *consumidor*, que aceita ser chamado de *usuário*”, ou seja, um “servo não-consciente” de um universo consciente: o capitalismo.

Por isso o desemprego aumenta, ocorre o aumento da pobreza, a classe média perde qualidade de vida, o salário médio tende a baixar, a fome e o número de desabrigados se generalizam em todos os continentes, e como “consequência” disso as pessoas se sujeitam a trabalhar na informalidade e a trabalhar mais com menos direitos. “Apesar de um aumento econômico, os salários e a qualidade de vida baixou; houve uma concentração de renda” (Castells apud Ruschel e Ramos Jr., 2009, p. 3 [ver também Forrester, 1997]). Enquanto isso ocorre, o desemprego parece algo normal (é uma condição para a “globalização”), e em decorrência os “efeitos” desta realidade passam a ser vistos com naturalidade.

Sobre isso, em diálogo com Touraine, Ruschel e Ramos Jr. (2009, p.3) apontam que:

[...] o conceito de sociedade ocidental foi construído tendo como fundamento a defesa dos interesses coletivos e das necessidades sociais para a manutenção de uma convivência pacífica e harmoniosa. Entretanto, a modernidade aparece para dizer justamente o oposto; Touraine considera que “ao contrário, que a sociedade não existe senão porque reconhece e defende a existência de fundamentos não sociais da ordem social”.

⁶⁰ Sobre o “Processo civilizador”, ver Norbert Elias (1993; 1994).

Percebemos que o “Homem” deixou de ser o centro do mundo, perdendo espaço para o dinheiro⁶¹. “O dinheiro começa, então, a se impor como algo autônomo face ao resto da sociedade e, mesmo, da economia”⁶² (Santos, 1998, p.1). Ele assume esse papel devido à geopolítica econômica, defendida pelos economistas, e à imposição midiática, uma vez que o poder da comunicação está nas mãos de um pequeno número de agências ligadas ao mundo das finanças e da produção. Essas controlam a interpretação de como o real é entendido, ou seja, a interpretação das coisas é realizada de acordo com olhares pré-determinados. Sobre esse processo, Milton Santos afirma:

É a maneira como, sobre essa base material, se produz a história humana que é a verdadeira responsável pela criação da torre de babel em que vive a nossa era globalizada. Quando tudo permite imaginar que se tornou possível a criação de um mundo veraz, o que é imposto aos espíritos é um **mundo de fabulações, que se aproveita do alargamento de todos os contextos** [o autor se baseia em seu livro *A natureza do espaço*] **para consagrar um discurso único**. Seus fundamentos são a informação e o seu império, que encontram alicerce na produção de imagens e do imaginário, e se põem ao serviço do império do dinheiro, fundado este na economização e na **monetização da vida social e da vida pessoal** (Santos, 2006, p. 17, grifos nossos).

Porém, apesar das imagens e ideias serem apresentadas sob esta ótica dominante, Santos afirma que é possível desvendar a obscuridade por trás desta fábula, e a partir daí desenvolver novas práticas. Nesse sentido, ele apresenta o seguinte exemplo:

⁶¹ “O dinheiro, já que possui propriedade de comprar tudo, de apropriar objetos para si mesmo, é, por conseguinte, o objeto par excellence. O caráter universal dessa propriedade corresponde à onipotência do dinheiro, que é encarado como um ser onipotente... o dinheiro é o proxeneta entre a necessidade e o objeto, entre a vida humana e os meios de subsistência (Marx, In: Fromm, 1983, p. 144 e p.145)

⁶² “As recentes reformas bancárias levam em conta essa autonomia das grandes empresas em relação ao capital financeiro, de tal maneira que elas tomaram-se capazes de reinvestir, forçando os Estados e as instituições internacionais a criarem, a partir delas. Bancos. O dinheiro começa, então, a se impor como algo autônomo face ao resto da sociedade e, mesmo, da economia. Essa movimentação, autônoma do dinheiro em estado puro - porque não é dinheiro produtivo e sim o dinheiro em sua forma dinheiro - até poucos anos antes era considerada inacreditável” (Santos, 1998, p.1).

O "speaker" da Câmara dos Deputados americana, o republicano Newt Gingrich, em artigo publicado no mundo inteiro (ver "Le Monde" de 2 de março de 1995), fala sem pudor da vocação de seu país para mostrar o caminho à humanidade. Um de seus argumentos se baseia no papel que esse país deve desempenhar na revolução da informação. De que projeto, de que realidade se trata? O fato é que, em passado recente, também a Europa fora vista como preceptora do universo, porque detentora da rapidez. [...] O que se diz ser a supressão do espaço pelo tempo nada mais é do que a afirmação de **um tempo despótico**, medido por um relógio mundial que **só funciona plenamente nos espaços desse tempo despótico** que designamos por espaços de globalização. **Essa temporalização e essa espacialização não existem, contudo, senão para alguns atores da cena mundial** (Santos, 2002, p.112, grifos nossos).

O que Santos quer dizer também é que, apesar do poder hegemônico tentar impor as regras, o espaço vivido é criado e recriado no nível do cotidiano em todos os grupos sociais, o que permite que a cada lugar tenha-se características próprias, apesar da força universalizante da sociedade ocidental, pois são nas horizontalidades do espaço banal que surgem os "contra-espacos"⁶³, ou seja, as oposições ao viés dominante. Por meio dos contra-espacos a população pobre pode se fazer agente de novas formas e novos sentidos espaciais, que extrapolam o lócus do contra-espaco original e estimulam outros. Isso ocorre no cotidiano, no espaco vivido, de forma espontânea ou conduzido por determinações do lugar. Neste sentido:

Por serem "diferentes", os pobres abrem um debate novo, inédito, às vezes silencioso, às vezes ruidoso, com as populações e as coisas já presentes. É assim que eles reavaliam a tecnoesfera e a psicoesfera, encontrando novos usos e finalidades para objetos e técnicas e também novas articulações práticas e novas normas, na vida social e afetiva. Diante das redes técnicas e informacionais, pobres e migrantes são passivos, como todas as demais pessoas. É na esfera comunicacional que eles diferentemente das classes ditas superiores, são fortemente ativos. [...] Trata-se, para eles, da busca do futuro sonhado como carência a satisfazer - carência de todos os tipos de consumo, consumo material e imaterial, também carência do consumo político, carência de participação e de cidadania. Esse futuro é imaginado ou entrevisto na abundância do outro e entrevisto,

⁶³ "O contra-espaco tem um caráter diverso em seu conteúdo e formas. É contra-espaco o arranjo espacial de uma greve de operários, uma ocupação de terra com fim de assentamento, uma favela, um ritual de capoeira ou candomblé, como também um modo individualizado e recluso de morar, por meio do qual põe em questão a ordem hegemônica de espaco, determinando os modos de vida, os que vivem embaixo e dentro dela" (Moreira, 2002, p. 63).

como contrapartida, nas possibilidades apresentadas pelo Mundo e percebidas no lugar. [...] Então, o feitiço se volta contra o feiticeiro. O consumo imaginado, mas não atendido - essa "carência fundamental" no dizer de Sartre -, produz um desconforto criador. O choque entre cultura objetiva e cultura subjetiva torna-se instrumento da produção de uma nova consciência (Santos, 1997, p.261)

Essa nova consciência, a que se refere Santos, é a "cultura popular" (em aproximação ou em contraposição à uma "cultura de massa"⁶⁴), que possui raízes na terra que se vive (o entorno), é fruto das "determinações" cotidianas e mecanismo de libertação social em relação aos enfiamentos do dia-a-dia. Podemos apresentar como exemplo deste aspecto o movimento Hip Hop, que representa uma forma de oposição, de expor o contraponto, de voz dos "excluídos"⁶⁵. Esse movimento se originou de um contra-espço da população negra da Jamaica e dos Estados Unidos na década de 1960, e hoje representa um movimento de reivindicação de espaço e voz das "periferias" de vários países, traduzido nas letras questionadoras e agressivas, no ritmo forte e intenso e nas imagens grafitadas pelos muros das cidades, em oposição à ordem dominante. Esse contra-espço e todas as outras formas de oposição, assim, se fazem:

[...] possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir, a não ser no campo estratégico das relações de poder. Mas isso não quer dizer que sejam subprodutos das mesmas, [...]. Também, são, portanto, distribuídas de modo irregular: os pontos, os nós, os focos, de resistência, disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes, provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento (Foucault *apud* Silva, 2006, p. 85).

Assim, os contra-espços se materializam produzindo não só espaços materiais diferentes, mas também ideias, concepções, percepções, imaginários⁶⁶ e

⁶⁴ Sobre "cultura popular" e "cultura de massa", ver Alfredo Bosi (1992).

⁶⁵ A discussão sobre "inclusão" e "exclusão" é ampla, mas destacamos a posição de José de Souza Martins (1998), para quem não há, rigorosamente, exclusão, mas formas de "inclusão precária".

⁶⁶ A ideia de produção de novos imaginários, sobre tudo como "imaginários espaciais", é discutida por

“pensares” diferentes, em oposição à pretensa verticalização e universalização das forças hegemônicas:

Um saber vertical – que é saber técnico –, que se pretende saber mundial, tenta se impor aos saberes horizontais autênticos. Isso permite dizer que a famosa distância cultural assim gerada pertence mais ao domínio da fábula que ao da realidade, já que esse saber vertical, tão eficaz, carece de sentido. Na verdade o saber local, horizontalizado, pode ser mais universal que esse saber pretensamente mundial destinado a criar um mundo uniforme e sem objetivo (Santos, 2002, p.113-114).

Podemos perceber que o saber local se torna mais importante que o global para o indivíduo, pois é esse saber que faz sentido para sua vida e a partir dele que há compreensão do mundo. O cotidiano é marcado por aspectos históricos, socioeconômicos e políticos, decorrentes de sua configuração espacial, esses elementos irão influenciar o modo de pensar e o modo de agir de cada sujeito. Nesse sentido, o local pode ser a chave do processo de análise do que está posto e o que pode ser mudado, ou seja, entre o real e a possibilidade de uma nova realidade.

Por isso, o lugar onde se mora pode ser o início para o movimento questionante, ao se observar a falta de serviços públicos, como postos de saúde, segurança e escolas, e a falta de infra-estruturas coletivas como saneamento básico e asfalto, esses aspectos podem servir como gênese para o questionamento e início da oposição, nesse processo, o contra-espço.

Isso ocorre, porque as nossas vivências influenciam nossas ações, pois o “ato de “habitar” está na base da construção do sentido da vida, realizada nos modos de apropriação e compreensão dos lugares da cidade, a partir da casa, na vida cotidiana enquanto prática sócio-espacial” (Carlos, 2004 p.140). Deste modo, o lugar onde se vive é o elemento chave das ações cotidianas, pois se vai “do lugar ao espaço, e não do espaço ao lugar [...] A localização das coisas constitui o lugar, o lugar o espaço e o espaço a sociedade” (Moreira, 2002 p. 50).

A partir do lugar e com o uso deste lugar, é que os habitantes se identificam integrantes e agentes espaciais, realizando ações banais da vida, conferindo um

conteúdo ao presente construído a partir de uma experiência vivida num determinado tempo-lugar. “Nesse sentido a construção do lugar se revela, fundamentalmente, enquanto construção de uma identidade que dá conteúdo e sentido à prática sócio-espacial” (Carlos, 2004 p.140).

Assim, as horizontalidades assumem um papel fascinante e possibilitador, o de se construir novas realidades, se opondo ao poder centralizador do capitalismo que tenta impor um modelo social:

[...] o espaço-tempo desses atores hegemônicos da cena atual, repousando em pontos isolados da ação, se funda sobretudo na técnica, enquanto os demais pontos assistem a uma recriação não planejada da história. Confundir esse espaço e esse tempo hegemônicos com o tempo e o espaço dos 6 bilhões de homens e mulheres que povoam a Terra é um grave equívoco. Principalmente porque, como dizia Gaston Berger [o autor tem por base a *Fenomenologia do Tempo*], nosso mundo novo se caracteriza também pelo fato de que as massas entraram em movimento. As massas se mobilizam nos lugares, nos espaços de horizontalidade e de emoção, em que produzem a linguagem com a qual elas afrontam o mundo. Nesse caso, a criação territorial de novas coerências horizontais aparece como fundamental. Trata-se de estimular essa criação em todos os domínios, pois só assim o domínio linguístico não ficará isolado (Santos, 2002, p.112-113).

Esse cenário de possibilidades que as horizontalidades podem representar, explica porque que a técnica não se faz presente com a mesma força em todos os espaços, porque cada vez que uma modernização é imposta ao lugar, automaticamente assume o papel de novidade, ou seja, representa o novo. “A chegada do novo causa um choque. Quando uma variável se introduz num lugar, ela muda as relações preexistentes e estabelecem outras. Todo o lugar muda” (Santos, 1988, p.8).

Nesse processo, o novo irá se somar ao conteúdo pré-existente no espaço, pois cada lugar combina variáveis de tempos diferentes (rugosidades). Assim, não existe um lugar onde tudo seja novo ou tudo seja velho. “O arranjo de um lugar, através da aceitação ou rejeição do novo, vai depender da ação dos fatores de organização existentes nesse lugar, quais sejam, o espaço, a política, a economia, o social, o cultural” (Ibid, p. 98). Por isso, a imposição de lógicas globais, como objetos

técnicos, por exemplo, podem assumir papéis diferenciados, dependendo da ação receptora dos lugares, uma vez que o “novo pode ser recusado se traz ruptura que retire a hegemonia das mãos de que a detém” (ibid, p.98) no espaço vivido, ou seja, se a inserção do novo significa abstrair o poder das forças hegemônicas locais, pode ser recusado para que a ordem estabelecida não seja alterada.

Por tudo do que já apontamos até agora, neste sub-item, duas questões merecem rápidas digressões: a da relação espaço e lugar; e a da relação “de fora” e “de dentro”. A pretensa diferença (e por vezes “oposição”) entre espaço e lugar deve ser tomada, sempre, com cautela, pois, por exemplo, podemos falar de “espaço local” e “lugar do mundo”. Esta “oposição” tem seu desdobramento na própria maneira como tem se processado o modo de produção capitalista, buscando impor um “espaço” a todos os lugares, reduzindo o poder deste a quase nada. Mas esta “oposição” deve ser – agora e para que não caiamos na armadilha de mais um binarismo teórico-conceitual – repensada, pois as palavras, termos, categorias e conceitos podem *querer dizer*, às vezes, *mais que o mundo diz*, pois o próprio mundo é, também, a linguagem pela qual o pensamos, o imaginamos, o refletimos e nos posicionamos nele. Espaço e lugar devem ser tomados apenas, em suas “diferenças”, para fins de exposição e análise, pois a questão central é como cada pessoa, grupo, classe, instituição, firma... se põe, se pensa, se imagina, se reflete, se posiciona e atua no mundo. Por vezes, também se pensa o *espaço* como algo mais abstrato, mais geral, enquanto o *lugar* como algo mais concreto, mais particular (Tuan, 1980; 1983), mas o “perigo” disso é a reprodução de uma “oposição” que não se encontra, de um espaço que não se troca, enfim, de um mundo sem dialética.

Nessa mesma perspectiva, vale pensar a relação entre o “de fora” e o “de dentro”, no sentido de não “demonizar” o exógeno e nem de “endeusar” o endógeno. Como assim? Em aproximação a Rogério Haesbaert (2008), podemos dizer que toda cultura é híbrida, seja a “hipermoderna” ou a mais “primitiva”, pois elas, de uma ou de outra forma, se produzem e se produziram de encontros possíveis em dados momentos, espaços e contextos. Em segundo lugar, a ideia de que “tudo o que vem da globalização é desterritorializador” deve ser lida sem predileção por um ou outro lado: a exaltação do “de fora” ou a romantização do “de dentro”. O desafio, em nosso mundo cada vez mais ligado ou interligado, é dar passagem às sínteses possíveis, tendo como protagonistas as gentes dos lugares e suas relações de liberdade, igualdade e solidariedade com gentes de outros lugares os mais diversos

possíveis. Pois, em geral, discursos e práticas “globalizantes” têm obliterados falas e práticas nos lugares, enquanto que discursos e práticas “localistas” (que podem reproduzir localismos, bairrismos, regionalismos, nacionalismos, coronelismo, mandonismos...) podem servir para a reprodução de lógicas de dominação, exploração e subserviência fundadas no local.

1.7 – O “jogo de escalas”⁶⁷

Todo homem ou mulher quando vem ao mundo já nasce com uma herança (no mínimo, genética). A partir de sua socialização no ambiente familiar, a herança histórica e social é consolidada psicologicamente pela interação com os pais, e à medida que aumenta sua percepção cognitiva, também aumenta sua percepção do mundo. Não é por acaso que geralmente na adolescência ocorrem conflitos entre pais e filhos. Porque geralmente nesse período (além das mudanças biológicas que alteram o comportamento) percebe-se que o mundo é maior do que se podia observar no seio familiar, que os pais não são super-heróis e possuem falhas (principalmente em relação ao que exigiam ou orientavam, e que o adolescente descobre que eles não praticam), que as possibilidades de vida não se resumem ao que lhe fora ensinado na infância. A partir desse momento inicia-se um movimento de reconfiguração das percepções escalares no sujeito. O real, em suas múltiplas escalas, começa a ser entronizado e moldar a personalidade e os comportamentos do ser. Nesse período, a visão de mundo pode alicerçar-se em bases tradicionais do espaço vivido, ou abrir para novas possibilidades a partir do contato com outras pessoas, de novas experiências e dos conhecimentos que são adquiridos. Atualmente, esse processo é dinamizado e amplificado pelo grande leque informacional disponível na sociedade, uma vez que:

[...] o papel que a informação e a comunicação alcançaram em todos os aspectos da vida, o cotidiano de todas as pessoas assim se enriquece de novas dimensões. Entre estas, ganha relevo a sua dimensão espacial, ao mesmo tempo em que esse cotidiano enriquecido se impõe como espécie de quinta dimensão do espaço banal, o espaço dos geógrafos (Santos, 1997, p.321).

⁶⁷ Em aproximação aos “jogos de escalas” temporais (cf. Revel, 1998).

Esse que é o momento da formação da consciência de mundo (ou inconsciência, se atentarmos ao processo de alienação), também é o período do embate entre local (que a percepção sentia com maior intensidade) e as novas escalas do real. Esse conflito iniciado não tem fim, pois a todo momento da vida o sujeito viverá relações ora mais locais, ora mais globais, uma vez que a “ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao Mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade” (Santos, 1997, p.338).

A partir desse pressuposto, urge indagações em relação ao papel de cada um na sociedade, pois o que somos diante da nossa percepção espacial? Seres locais ou globais? As firmas, instituições e pessoas podem ser caracterizadas como “locais”, “regionais”, “nacionais” e/ou “globais”? Uma pessoa, por exemplo, pode não ter acesso à internet, mas consumir, mesmo que esporadicamente, um brinquedo fabricado na China. O que ela é? Local, regional, nacional ou global? Então, poderíamos pensar sobre os diferentes “graus de conectividade” (local, regional, nacional e global...). Mas como definir isso?

Para realizar essa discussão poderíamos partir para o caminho dos conceitos, procurando restringir o significado das diversas delimitações de estudo do espaço (local, regional, nacional e global...), e posteriormente enquadrando os aspectos do real nessas “molduras teóricas”. Porém, entendemos que a discussão acerca de cada uma dessas concepções já possui uma variada bibliografia, com diversas “visões” específicas para cada uma delas. Assim, decidimos proceder nossa proposta de análise no âmbito da questão escalar, pois a partir desta podemos nos portar a diferentes frações espaciais sem necessariamente conceituar teoricamente cada uma, o que não é objetivo desse trabalho.

Assim, para iniciarmos essa discussão, é importante direcionarmos qual o nosso posicionamento sobre a terminologia de escala, pois diferentes autores já se dedicaram à análise escalar (como Boudan, Moles, Brunet, Lacoste, Grataloup, Racine, Rafesttin e Ruffy, discutidos por Castro [2007]).

Compreendemos, por escala, toda a dimensão de acontecimentos que influencia a vida de cada pessoa, grupo, instituição, firma... Dessa forma, abre-se um leque de questões, e estas, por sua vez, serão analisadas a partir de sua origem

e a dimensão de seus impactos. Assim, um fenômeno global é todo aquele cuja origem é extra-nacional e seu impacto é planetário; o nacional é todo aquele que se origina de espaços de um Estado-Nação e seus impactos são percebidos nos limites desse país; regional é aquele que advém de uma região pré-definida e seu impacto somente é percebido por esse espaço específico; local é a dimensão que não extrapola a delimitação de um município, este também é o perímetro de impacto dessa esfera. Contudo, devemos observar que uma dimensão se sobrepõe à outra e que a dimensão regional sobrepõe quase todas, menos a global, pois uma região⁶⁸ pode abranger vários espaços locais, ou um território com várias províncias e países. Porém, quando o impacto de um fenômeno atinge uma proporção planetária, automaticamente se torna global. Percebe-se que cada dimensão tem origem local e que o ponto de diferenciação é a extensão espacial do impacto.

Essa compreensão escalar tem aproximação com as posições de Santos (1997, p. 152), que aponta que:

A noção de escala se aplica aos eventos segundo duas acepções. A primeira é a escala da “origem” das variáveis envolvidas na produção do evento. A segunda é a escala do seu impacto, de sua realização [...] No primeiro caso, temos a escala das forças operantes e no segundo temos a área de ocorrência, a escala do fenômeno.

Dessa forma, temos sempre a condição de fluxo, o ponto que emana e o que recebe, remetendo à condição metafórica de “espaços que mandam e espaços que obedecem” decorrentes do conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações que compõem o espaço (Santos, 2001, p. 264).

Percebemos que a condição escalar dos eventos se origina do interior dos sistemas que eles pertencem, no movimento de constituição e reprodução espacial, por isso as ações e objetos que estão no limite de nossa percepção podem ter origem em pontos muito além de nossa visão, pois são frutos de processos que não se limitam a uma extensão territorial dada ou predefinida. Esses processos estão

⁶⁸ Apesar de ampla discussão cerca da legitimidade da região diante das forças globais, essa concepção continua operante, pois, em concordância com Santos (1997), o tempo acelerado aumenta a diferenciação de eventos, logo também a diferenciação de lugares, assim à possibilidade de recorte continua, mesmo que esse tenha vida curta diante da velocidade das transformações globais, pois o que importa é a coerência funcional.

próximos e distantes, pois não há isolamento espacial e nem tão pouco uma mundialização completa dos acontecimentos. Por isso, cada lugar possui formas espaciais⁶⁹ diferentes, decorrentes dos variados processos que compõem a história da humanidade, ou, dito de outro modo, de cada porção de espaço e tempo humanos.

Assim, se podemos falar em espaço como totalidade, concepção geral, pois há uma história geral da humanidade, também é possível falar que há diferentes níveis espaciais (local, regional e nacional), porque há uma história mais específica dos lugares. Portanto, como somos seres sociais, logo somos seres espaciais, pois a noção de sociedade é intrínseca à concepção de espaço (porque todas as ações e objetos que compõem o espaço se originam das relações sociais), dessa forma, simultaneamente, somos sujeitos locais, regionais, nacionais e globais, à medida que o conjunto das ações (conscientes e inconscientes) determina os objetos, que determina as formas, que determinam o espaço.

Assim, um índio no interior da Amazônia, que vive segundo a história local de sua tribo e que nunca teve contato com um produto eletrônico, pode ser um sujeito global? “Sim”, à medida que o espaço de seu cotidiano está inserido politicamente nos limites territoriais de um país (espaço nacional), que está inserido na lógica global (espaço global); e “não”, pois na escala do impacto o global não é percebido. Percebe-se que há um “relativismo” na escala do impacto, pois depende da história e forma de cada espaço, o que não anula a escala da origem. Desta forma, somos sempre globais, porque o espaço do nosso cotidiano é um subespaço planetário; o que é diferente em cada lugar é a conectividade com os processos espaciais (a escala do impacto), como uma construção específica de cada lugar, por isso que podemos falar que *a nossa globalidade depende da nossa localidade*.

Assim, nos reportando ao exemplo do início dessa discussão, a pessoa que comprar um brinquedo fabricado na China promove uma ação que tem repercussão local (compra e venda), regional (movimento comercial de uma região), nacional (dinâmica econômica nacional) e global (economia mundial). Como agente ou sujeito (sujeito-sujeito e sujeito-sujeitado) espacial, cada pessoa, grupo, instituição, firma... participa de múltiplos “jogos de escala”, e esses devem participar de nossas reflexões quando buscamos compreender o *lugar do/no mundo* de cada um e de

⁶⁹ Neste momento nos referimos somente à densidade social das formas, os objetos, não o conteúdo natural (relevo, vegetação...).

cada uma, na medida mesma em que cada lugar é o mundo e o mundo é cada lugar (em aproximação a Santos [1997], de que “ser universal é falar do lugar”, em bela paráfrase de Leon Tolstói, “ser universal é falar da aldeia”).

1.8 – Redes

Os processos “globalizantes” são instituídos de forma organizada, materialmente e imaterialmente, a partir de grandes centros capitalistas, como as metrópoles, que irradiam os signos e o poder hegemônico. Essa influência chega a outros lugares por meio de movimentos em rede, entre os pontos mais articulados e menos articulados.

As redes são fenômenos sociais e técnicos e, em alguns casos, são articulações que o “Homem” em sociedade cria para responder suas necessidades, tais como a comunicação, a alimentação, a proteção e o lazer. Essas articulações ligam o desejo e o objeto de desejo, isto é, entre quem quer vender e quem “quer” comprar, o que deseja falar e quem “quer” escutar, o que quer servir e o que “quer” ser servido, tudo sobre a égide do capitalismo, uma vez que, segundo Marx, o “sistema de produção dos meios materiais de existência condiciona todo o progresso da vida social, política e intelectual” (*apud* Fromm, 1983, p. 144), ou seja, as redes como elas se constituem hoje, são reflexos do atual estágio da economia mundial.

Assim, as redes se constituem como elementos dinamizadores do sistema e são produtos da “evolução” do próprio sistema, que potencializam as capacidades comerciais e promovem novas relações econômicas, sociais e culturais. Todavia, esta forma atual das redes se deve em muito ao avanço tecnológico, principalmente do setor das telecomunicações. Deste modo:

[...] graças ao processo das técnicas e das comunicações, a esse território das regiões superpõe-se um território das redes. Mas não se trata de um espaço virtual, como alguns pretendem. As redes são realidades concretas, formadas de pontos interligados que, praticamente, se espalham por todo o planeta, ainda que com densidade desigual, segundo os continentes e países (Santos, 2002, p. 82).

As redes são realidades concretas, que permeiam os territórios, mesmo que não estejam aparentemente visíveis. Além disso, deve-se “ter em mente que as redes não se formam por acaso. Elas são resultado do trabalho de numerosos atores que, em diferentes lugares e momentos, e com capacidades distintas de ação, exerceram e exercem seu papel como sujeitos da história” (Sposito, 2006, p.48). Esse processo se desenvolve de várias formas e de acordo com as singularidades de cada grupo social. Logo, as redes não são puramente econômicas, apesar de utilizarem recursos técnicos em sua fluidez (fenômeno normal no século XXI, já que vivemos certa era do tempo rápido – ou aceleração do tempo –, mediado pelos avanços na tecnologia de transportes e de comunicação), uma vez que o trabalho pessoal em redes de conexões é tão antigo quanto a história da humanidade, a diferença é que ele, contemporaneamente, passou a ser estudado e compreendido como uma ferramenta organizacional. Nesse sentido:

O que é novo no trabalho em redes de conexões é sua promessa como uma forma global de organização com raízes na participação individual. Uma forma que reconhece a independência enquanto apóia a interdependência. O trabalho em redes de conexões pode conduzir a uma perspectiva global baseada na experiência pessoal (Lipnack & Stamps *apud* Marteleto, 2001).

As redes são um fenômeno formado a partir de bases-objetos (materiais e imateriais) e por fluxos. As bases correspondem aos elos e os fluxos aos processos de conexão. Assim, as bases se constituem por meio de objetos técnicos (materialidade) e de relações sociais (imaterialidade). Os primeiros são pontos fixos e constituem o arcabouço instrumental do capital e das infra-estruturas sociais, são redes de rodovias, esgotos, portos, aeroportos, saneamento básico, telefonia etc. Já os segundos são atores sociais, pois se constituem a partir do contato entre indivíduos ou grupos de sujeitos, que interagem entre si, como associações, sindicatos, partidos políticos, familiares, comunidade escolar, tribos etc.

No campo da conexão, também os fluxos se constituem por meio da materialidade e imaterialidade, a partir do movimento, ou seja, o movimento de mercadorias de um ponto do território ao outro, que é um fluxo, assim como o movimento digital de informações através de e-mails, que também é um fluxo. Assim, o fluxo é o movimento, as bases materiais (fixos) são as estruturas e as

bases imateriais (as relações sociais) permeiam-se, dando sentido à rede, pois uma estrutura de cabos de fibra ótica só pode ser considerada uma rede porque ela se constitui como instrumento de fluxo de informações para um grupo de pessoas em diferentes pontos do planeta, ou seja, o fixo só tem sentido no fluxo, e o fluxo só tem sentido nas relações sociais.

Partindo desses pressupostos, podemos dizer que as redes são instrumentos das horizontalidades e verticalidades. As horizontalidades fortalecem as relações em micro-escala (nível local, vizinhança) e as verticalidades as relações em macro-escala (nacional e global).

Todavia, independente do nível escalar, o aspecto mais marcante e difundido na literatura pertinente em geral é o de estabelecimento de redes econômicas, que seriam formadas por pontos que possuem uma densidade técnica no território, favorecendo o desenvolvimento e a fluidez do processo de acumulação das grandes empresas globais, ou seja, os espaços que possuem maior quantidade de capitais fixos (estradas, pontes, silos, terra arada...) e de capitais constantes (maquinário, veículos, sementes especializadas, fertilizantes, pesticidas...), uma vez que o capital móvel (fluxos) é antecedido do capital imóvel (Santos, 1997). Neste sentido, segundo Santos (1997, p.194), “Eis por que os territórios nacionais se transformam num espaço nacional da economia internacional e os sistemas de engenharia mais modernos, criados em cada país, são mais bem utilizados por firmas transnacionais que pela própria sociedade nacional”.

Essas redes econômicas são estabelecidas de diversas formas nos territórios, uma vez que o processo de acumulação capitalista ocorre em diversos contornos na sociedade. Por isso, as redes podem se materializar em um conjunto de rodovias que ligam importantes municípios (economicamente) de uma região, ou conjunto de portos ou aeroportos que ligam o espaço nacional ao exterior, ou até mesmo por rede de fios e cabos (ou mesmo redes invisíveis via satélites) que conjuntamente distribuem o serviço telefônico e de internet no território, além do conjunto de empresas que estabelecem relações comerciais, entre si, no âmbito nacional e/ou internacional.

Somando a isso, há outro aspecto nas redes econômicas que não é observável na materialidade do espaço: trata-se dos fluxos informacionais que são responsáveis por milhões de dados que migram constantemente entre diversos pontos no mundo e que se convergem em informações (essenciais nas relações

comerciais na era da “globalização”) e na transferência eletrônica de valores decorrentes dessas transações. É neste âmbito que a internet se apresenta como ferramenta essencial no processo de acumulação capitalista, ligando territórios e encurtando o tempo, processo que Harvey (1992) chama de “compressão espaço-tempo”, que é a tendência de eliminação do tempo diante do espaço, ou seja, a diminuição do tempo do percurso entre os espaços, graças ao desenvolvimento das comunicações.

Essa agilidade é o “reflexo” do grande aparato tecnológico estabelecido no meio técnico-científico-informacional, onde há combinação entre a materialidade (capitais fixos e constantes), entre o conhecimento e a informação, todos a serviço da acumulação, gerando, por “conseqüência”, um arsenal de objetos e conceitos (alienantes por vezes) que influenciam a vida e promovem apelações ao consumo, como parte fundamental da produção de uma “sociedade do consumo”.

Podemos perceber que as redes (hegemônicas) são instrumentos da “globalização”, por isso ambos – redes e “globalização” – se retro-alimentam, mas no que podemos também dizer que as redes são processos antagônicos, pois ora colocam o espaço na ótica internacional (verticalidades), ora fortalecem a lógica da localidade (horizontalidades), porque isso se coloca tanto como característica da “globalização” em seu sentido de imposição, mas também, quando tomadas como *meios* de “comunicação livre”, em seu sentido de resistência.

Portanto:

As redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidade. Mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns. O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede: São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostas (Santos, 2005, p. 139).

Deste modo, *o espaço global também é o espaço banal*, onde as horizontalidades também se fortalecem em rede. Neste aspecto, muitas vezes na contramão da individualização do paradigma dominante, também as “redes

sociais”⁷⁰ se instalam na sociedade, aglutinando pessoas que possuem ideias ou interesses comuns ou simplesmente por alguma *utopia* em construir um mundo melhor.

Assim:

Várias são as pessoas que oferecem suporte à família e ao indivíduo, promovendo, assim, uma melhoria na qualidade de vida daqueles beneficiados [os autores têm como referência Brito-Dias; Ferreira; e Lewis]. Dentre elas, destacam-se os próprios membros familiares, outros parentes da família extensa (avós, tios, primos), amigos, companheiros, vizinhos e profissionais, que podem auxiliar de diversas maneiras: (a) fornecendo apoio material ou financeiro, (b) executando tarefas domésticas, (c) cuidando dos filhos, (d) orientando e prestando informações e (e) oferecendo suporte emocional (Dessen & Braz, 2000, p. 221)

Redes sempre existiram. O que temos hoje é a hiper-aceleração das relações em rede, de redes que podem conectar (e desconectar) instantaneamente, sujeitos, grupos, instituições, firmas... em escalas até então não possíveis, pelo menos na velocidade em que elas tem se dado.

Paradoxalmente, no entanto, a conectividade acelerada em redes multiplicadas, hodiernamente, tem também produzido relações socioespaciais que também produzem “desconectividades” igualmente aceleradas: o mundo da fixidez dá lugar, cada vez mais, na *era das redes*, ao mundo da fluidez, no qual todas as relações participam de uma lógica em que “tudo o que é sólido desmancha no ar”⁷¹. “Estar plugado”, hoje, representa a condição de ser/estar no mundo, o que, contraditoriamente, tem resvalado para o movimento acelerado das próprias relações, como, por exemplo, na ideia de “amor líquido” apontado por Bauman. Na *era das redes*, tudo se liquefaz e a única solidez possível parece ser o movimento – fora dele paramos e a imobilidade é, no mundo do capital, a pior das posições

⁷⁰ Segundo Dessen & Braz (2000, p. 221), com base em Lewis e em Craig & Winston, “rede social” é: “um sistema composto por “vários objetos sociais (pessoas), funções (atividades dessas pessoas) e situações (contexto)” [...] “que oferece apoio instrumental e emocional à pessoa, em suas diferentes necessidades. Apoio instrumental é entendido como ajuda financeira, ajuda na divisão de responsabilidades, em geral, e informação prestada ao indivíduo. Apoio emocional, por sua vez, refere-se à afeição, aprovação, simpatia e preocupação com o outro e, também, a ações que levam a um sentimento de pertencer ao grupo”.

⁷¹ “Tudo que é sólido desmancha no ar” é uma frase já clássica de Marx, que pretendia observar que tudo é movimento, dialético. Recentemente, Marshall Berman (1986) discutiu esse movimento em torno da “aventura da modernidade”, usando da própria frase de Marx como título da obra.

possíveis. Não parece ser por acaso, então, que Milton Santos tem enfatizado, como contraponto ao espaço da rapidez, luminoso e do mando, o “tempo lento” dos pobres. Também, paradoxalmente, a condição de “imobilidade” dos pobres, imposta pela lógica global capitalista, pode se transformar na força criadora e de resistência frente à própria lógica da “exclusão”.

2

DOURADOS: DO MEIO TÉCNICO AO MEIO TÉCNICO- CIENTÍFICO-INFORMACIONAL

O município de Dourados-MS é “produto” de iniciativas estatais, uma vez que, historicamente a produção deste espaço foi estimulada por programas governamentais. Constatamos isto ao analisarmos sua historicidade e observarmos que o município se consolidou a partir de uma colônia agrícola (Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND) e foi direcionado por programas que buscavam o desenvolvimento da parte meridional do antigo Mato Grosso – posteriormente, a partir de 1979, o Sul do Mato Grosso do Sul.

Esse espaço foi equipado com objetos técnicos para que se tornasse fornecedor de produtos primários ao país e para o exterior, especificamente os produtos provindos da agropecuária. Como “consequência” deste processo, os equipamentos técnicos instalados permitiram a produção de um meio técnico e, atualmente, de um meio técnico-científico-informacional, uma vez que, *a priori*, estes objetos possuíam a finalidade de atender as demandas da produção agropecuária, mas também se expandiram para outros segmentos, e hoje atendem a indústria, o comércio, o ensino e a população⁷² em geral.

Tais questões, aqui abordaremos, buscando percorrer uma ordem cronológica, de acordo com os diferentes períodos de produção espacial, buscando elucidar como o território de Dourados foi produzido até o estabelecimento do meio técnico-científico-informacional. Neste caminho, nos pautaremos em Silva (2003, p. 29-32) que descreve quatro etapas do desenvolvimento do município, porém relacionando-os com os diferentes meios geográficos de Santos (1997 p. 187-197).

⁷² O termo “população” também tomamos com ressalvas, pois deve ser compreendido como parte das invenções (cf. Le Brás, 2000) e dos poderes (cf. Foucault, 2008) “modernos”.

(No entanto, não entraremos em detalhes em relação ao fim do *meio natural* no espaço em que hoje se situa Dourados, por entendermos que este estudo precisa de uma análise histórica e espacial minuciosa do período anterior ao século XIX, o que não é objetivo deste trabalho).

Assim, nos remeteremos ao estudo histórico-espacial a partir da constituição do meio técnico no espaço supracitado, mas cabe ressaltar neste momento que o limite temporal da presença de um meio geográfico e o surgimento de outro não ocorre abruptamente, uma vez que a passagem de um para o outro pode se dar lentamente, ao mesmo tempo em que, na medida que elementos do meio emergente se instauram, objetos do meio anterior continuam a se materializar por certo período no espaço (e até nem mesmo desaparecer totalmente). Por isso, ao retratarmos o início da produção do meio técnico, por exemplo, não significa que não possa ter existido simultaneamente objetos do meio natural, mas sempre há um conjunto de objetos e de ações que posteriormente se constituem como marco de consolidação do meio emergente, consolidando “funções” socioespaciais com base em um “princípio hierárquico”, em que um novo *meio* se institui e se constitui com suas “funções” e se sobrepõe às “funções” precedentes sem, necessariamente, destruí-las completamente (em aproximação a Raffestin, 1993).

2.1 – O meio técnico

A partir da implantação da técnica temos a espacialização do tempo, ou seja, o tempo materializado através dos objetos, por isso, a técnica permite representar a estrutura espacial de cada lugar.

Partindo desse pressuposto, buscamos compreender a formação do meio técnico em Dourados. Nesse sentido, segundo Araújo & Oliveira Neto (2007, s/p.), a região que abrangeria o território que posteriormente se tornaria município de Dourados, no século XIX, era caracterizada por:

[...] uma diversificada população indígena, remanescente da ocupação espanhola e da Guerra do Paraguai, que ocupava o território de maneira dispersa, com extensas áreas disponíveis. Por outro lado, o povoamento branco era inexpressivo, possuindo baixa densidade populacional, visando somente à segurança nacional, servindo de reserva de colonização e território de passagem dos exploradores do ouro levado para São Paulo (Araújo & Oliveira Neto 2007, s/p.).

No fim do século XIX, inicia-se o “ciclo”⁷³ da erva-mate (1880-1940) onde, segundo Silva (2003, p. 29), a “extração ervateira foi introduzida e controlada por uma grande empresa estrangeira – Companhia Matte Laranjeira” – que se estabeleceu no cone sul do antigo Mato Grosso e influenciou o desenvolvimento desta região, pois possuía a concessão de uso de uma longa faixa de terra em monopólio que chegou a 3 milhões de hectares, com um lucro seis vezes maior que a receita do estado, em 1924, permitindo-lhe inclusive realizar empréstimos ao governo (Araújo & Oliveira Neto, 2007, s/p.).



Fonte: Gressler & Swensson *apud* Araújo & Oliveira Neto 2007, s/p.

⁷³A ideia dos “ciclos” é problemática, porque, rigorosamente, os “ciclos” não se fecham, uma vez que a produção não desaparece por completo nos “ciclos” seguintes. Mesmo fazendo uso do termo, observamos que a ideia de “ondas” seja mais pertinente.

Simultaneamente à consolidação do poder político-econômico da Matte Laranjeira no antigo Mato Grosso, no sul do estado ocorriam mudanças estruturais decorrentes do capitalismo internacional que se instalou maciçamente na região, introduzindo novas mercadorias, aprofundando a divisão do trabalho e suprimindo o período manufatureiro das casas comerciais⁷⁴. Assim, de 1891 a 1929, segundo Araújo & Oliveira Neto (2007, s/p.) se instalam:

[...] os grandes latifúndios de pecuária extensiva, como a Brazil Land and Cattle Packing Co. do grupo belga Farquar, que criava o gado na região e a Cia Matte Laranjeira, empresa cediada em Buenos Aires e instalada na Região de Dourados em 1892. É importante ressaltar, também, a criação da estrada de ferro Noroeste do Brasil (NOB), em 1904, como um importante fator de circulação e escoamento da produção regional. Esse dado técnico promoveu um incremento na readequação econômica e (re)valorização do espaço produtivo na porção sul do antigo Mato Grosso.

Em meio a estas transformações, a partir da primeira década do século XX até 1940, ocorre, segundo Silva (*apud* Abreu & Santos, 2003, p. 179), o surgimento do núcleo urbano de Dourados, decorrente da exploração da erva-mate e da pecuária extensiva que é promovida na região. A constituição deste espaço é “consequência” da formação de um meio técnico embrionário que se formava a partir da presença do capital internacional e agrário, uma vez que apesar de não apresentar uma grande densidade de objetos técnicos, o espaço já se constitui como território do capital e as atividades realizadas não buscam somente a preservação e continuidade da vida, como os sistemas técnicos do meio natural apresentados por Santos:

[...] os sistemas técnicos não tinham existência autônoma. [...] As motivações de uso eram, sobretudo, locais, ainda que o papel do intercâmbio nas determinações sociais pudesse ser crescente. [...] A harmonia socioespacial assim estabelecida era, desse modo, respeitosa da natureza herdada, no processo de criação de uma nova natureza. Produzindo-a, a sociedade territorial produzia, também, uma série de comportamentos, cuja razão é a preservação

⁷⁴ “A ação das empresas ligadas diretamente ao capital financeiro, que eliminou a mediação da casa comercial, começou por intensificar o processo de concentração da propriedade fundiária e da produção em Mato Grosso” (Alves *apud* Araújo & Oliveira Neto 2007, s/p.).

e a continuidade do meio de vida. Exemplo disso são, entre outros, o pousio, a rotação de terras, a agricultura itinerante (..) Esses sistemas técnicos sem objetos técnicos não eram, pois, agressivos, pelo fato de serem indissolúveis em relação à Natureza que, em sua operação, ajudavam a reconstituir. (Santos 1997, p. 188).

Como podemos perceber, as atividades realizadas neste período visavam a produção capitalista e não eram sistemas técnicos de manutenção da sobrevivência, pois a produção de erva-mate era quase na totalidade destinada ao mercado externo. Além disso, a estrada de ferro e o trem que caracterizam a presença da máquina, foram os marcos de distinção do meio técnico em relação ao natural.

Outro aspecto determinante no desenvolvimento do município, foi o Programa de Colonização “Marcha para o Oeste”, durante o Governo Vargas, que promoveu a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) em 1943⁷⁵. Segundo Silva (2003, p.30), a partir da criação da CAND inicia-se o primeiro processo de intervenção Estatal no município (1943-1969), que redirecionou a economia local, que se baseava em grande medida no extrativismo, para a policultura dos colonos⁷⁶.

Segundo Abreu (2001, p.59), a Colônia Agrícola Nacional de Dourados teve um caráter de povoamento, com múltiplos objetivos:

a) garantir a ocupação territorial, aumentando o contingente populacional das áreas limítrofes com os países vizinhos; b) “desafogar” áreas de possíveis conflitos sociais, como o Nordeste brasileiro, por exemplo, dadas as condições de miserabilidade enfrentadas pela grande maioria da sua população, já em constante migração para outras áreas do País (principalmente São Paulo e Amazônia) e agora, para o Sul de Mato Grosso; c) **confirmar a parte austral mato-grossense como extensão do Sudeste, participando como mercado de consumo dos produtos paulistas, bem como extensão da área de produção** (Abreu, 2001, p. 59, grifo nosso).

⁷⁵ Em decorrência do grande número de pessoas advindas de várias partes do país para ocupar as terras da CAND, inicia-se a exploração da região sul do estado por empresas de colonização.

⁷⁶ O governo do Estado Novo (1937-1945) propõe a nacionalização das fronteiras, com objetivo econômico, contra o expansionismo do latifúndio da Companhia Mate Laranjeira; e estratégico, pois buscava maior soberania nacional. “Por isso, por meio de Decretos-Leis, são fundados diversos territórios nacionais, dentre os quais o Território Federal de Ponta Porã (criado em 13 de setembro de 1943 e extinto em 1946) e a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, CAND, (criada em 28 de outubro de 1943 e efetivamente implantada em 1948)” (Araújo & Oliveira Neto 2007, s/p.).

Como resultado desse processo ocorre uma migração intensa para a Região de Dourados⁷⁷, destacando-se na época a presença dos “granjeiros”⁷⁸, migrantes gaúchos, “beneficiados pelo crédito do Banco do Brasil e atraídos pelo preço da terra ocupam o território e passam a desenvolver uma cultura mecanizada de cereais, já incorporada de novas técnicas” (Araújo & Oliveira Neto, 2007, s/p.).

A presença dos granjeiros e novas intervenções Estatais, especialmente a partir dos anos 1970 (aprofundando-se nos anos 1980) com o processo de “modernização da agricultura”, que se apresentaram no espaço supracitado, foram os responsáveis pela inserção do Município de Dourados no meio técnico-científico-informacional.

2.2 – O meio técnico-científico-informacional

Conforme Silva (2003, p. 29), o primeiro momento de desenvolvimento de Dourados ocorreu durante o “ciclo” da erva-mate (1880-1940), o segundo ocorreu durante a implantação da CAND (1943-1969)⁷⁹, o terceiro ocorre a partir da década de 1970, utilizando-se dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND).

No Centro Oeste, durante o 2º PND, foram implantados programas especiais como PRODEPAN (Programa de Desenvolvimento da Região do Pantanal) e PRODEGRAN (Programa Especial de Desenvolvimento da “Região da Grande Dourados”), focados no ideário nacional desenvolvimentista de “racionalização do espaço” para a produção em larga escala, visando às exportações e o equilíbrio da balança comercial.

⁷⁷ A Expressão Região de Dourados ou Região da Grande Dourados designa o espaço constituído pelos municípios que possuem como pólo o município de Dourados, uma vez que nele acumula um conjunto de funções diretoras que os demais não possuem e por isso são dependentes dele em algum aspecto como comércio, serviços, lazer etc.

⁷⁸ Os migrantes gaúchos, eram chamados de granjeiros, porque grande parte deles eram agricultores e no sul era comum chamar a propriedade agrícola de granja.

⁷⁹ Nas décadas de 1960 e 1970, o governo federal implanta órgãos e lança sucessivos planos nacionais com o intuito de promover a integração nacional do país a partir da desconcentração econômica do Sudeste. Nesse sentido foram criadas a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, em 1959), a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, em 1966) e a SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, em 1967), além do 1º (1971-1974), 2º (1975-1979) e 3º (1980-1985) PND (Plano Nacional de Desenvolvimento).

Nesse processo, novas relações são estabelecidas no município, alterando novamente a produção socioespacial instaurada a partir da CAND. Segundo Silva (2003, p.30), essa é a terceira fase de desenvolvimento do município, que se caracterizou pela:

Introdução das culturas tecnificadas de trigo e soja por lavoureiros sulistas fortemente induzidos por políticas federais de apoio a exportação. Esse terceiro ciclo demarca também o início de um processo mais consistente de industrialização regional com a implantação de nossas primeiras plantas industriais para o beneficiamento da produção de grãos [...] todas sob o controle de capitais regionais. (Silva 2003, p.30).

Em “consequência” das mudanças no campo e da introdução da agroindústria, o espaço urbano de Dourados também passou por reestruturações de toda ordem em decorrência da introdução de um maior conteúdo de ciência, tecnologia e informação nos processos de sua produção. Neste sentido, Gressler & Swensson (*apud* Araújo & Oliveira Neto, 2007, s/p.) afirmam:

O setor urbano também não ficou alheio às mutações ocorridas na área rural e evoluiu rapidamente. [...]. Entretanto, o fato mais significativo das investidas dos granjeiros, em terras do Mato Grosso do Sul, foi o da formação, em Dourados, de toda uma rede de relações terciárias, representadas principalmente por empresas ligadas ao comércio de cereais, à venda de implementos e máquinas agrícolas, assistência técnica, firmas de planejamento rural, instituições estaduais e federais de administração, sucursais bancárias, faculdades.

Como é possível perceber, a atuação governamental no território douradense, nessa terceira fase de desenvolvimento, foi crucial para a inserção de Dourados no meio técnico-científico-informacional, por isso descreveremos esse processo com maiores detalhes a partir da Abreu (2001), que analisou planejamento governamental organizado pela SUDECO no chamado “espaço mato-grossense” – a partir da década de 1970.

2.2.1 – As ações da SUDECO

Em 1967 foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), com o intuito de “permitir” o processo de integração nacional à lógica do capital nacional e mundial, além de permitir a ligação entre o Norte e o Sudeste/Sul do Brasil centrada sobre um ideário desenvolvimentista de integração rodoviária. Até 1973, este órgão deu prioridade à orientação de uma política rodoviária de eixos de penetração, voltada para a “integração” e o escoamento da produção, ligando o sul do antigo Mato Grosso a São Paulo.

A partir da década de 1970, durante o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), foi criado o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE), “com o objetivo de viabilizar a circulação das mercadorias, do capital e das pessoas” (Abreu, 2001 p. 65). Este programa implantou ou melhorou, no “espaço mato-grossense”, 3 mil km de rodovias, entre as quais o trecho de Campo Grande até Rio Brillhante, Dourados e Ponta Porã, na fronteira com o Paraguai (339 km); e o trecho de Dourados até a divisa com o Paraná, até Paranavaí-PR (304 km), além da BR-163 (trecho Rondonópolis/Campo Grande/Dourados, com 700 km), que no espaço mato-grossense o PRODOESTE estabeleceu como uma das rodovias federais prioritárias⁸⁰.

Como resultado desse processo, observando-se um mapa rodoviário, é possível verificar a forma de um leque, partindo de São Paulo, em direção ao interior, ao mesmo tempo em que os principais eixos, no Centro-Oeste, pouco se articulam entre si. [baseando-se em Diniz & Lemos] o salto rodoviário a que foi submetido o interior do País, nos anos sessenta e setenta, teve papel fundamental para a integração do mercado nacional, estabelecendo o elo de ligação entre o Norte-Sul e o Leste-Oeste (Abreu, 2001, p 64).

⁸⁰ “O então Mato Grosso constituiu-se e consolidou-se (no dizer da SUDECO) como Fronteira Agrícola do País, sendo considerado como fronteira de recursos com grande potencialidade, o que, na prática, apresentava duplo papel, de povoamento e de crescimento econômico, através da instalação de áreas-programas, diretamente vinculadas técnica e financeiramente ao Governo Federal, via SUDECO, estando suas diretrizes centradas nas metas de “Integração Nacional” do I Plano Nacional de Desenvolvimento” (Abreu, 2001, p. 65).

Dessa forma, as vias de comunicação, sobretudo as rodovias, reorientam o desempenho do Centro-Oeste na economia nacional (e também internacional, mas sob dependência, sobretudo, do Sudeste). Nesse processo, os núcleos urbanos expandiram-se a partir das ligações com São Paulo, embora continuassem sem conexão interna, na própria região. Foi neste contexto que o município de Dourados surge como destaque regional, “face à ampliação da produção agrícola do sul do então Mato Grosso, que se tornou uma fornecedora de produtos alimentícios e matérias-primas para os centros importadores, principalmente São Paulo” (Abreu, 2001, p 69).

Desse modo, evidenciamos que no início dos anos de 1970:

[...] o Estado canalizou recursos para a agricultura e pecuária (inclusive em relação à pesquisa)⁸¹ e incentivou as exportações, fornecendo estímulos aos produtos com preços elevados no mercado externo, especialmente à soja, objetivando nitidamente substituir a agricultura diversificada e de subsistência pela agricultura comercial de exportação – a monocultura (Abreu, 2001, p.72).

Como meio de viabilizar esta meta, o Estado elaborou, a partir da realização de diagnósticos e prognósticos, o Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste (PLADESCO)⁸², que definiu 13 áreas para incorporação de uma política de concentração de recursos, dentre as quais o PRODEGRAN (Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados), criado em 1976, conforme aponta Abreu:

⁸¹ “Nessa direção foi criada, em 1973, a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias), que se transformou na “garota propaganda” desse processo, pelo menos até meados dos anos oitenta, quando já começaram a ser divulgadas alternativas como o plantio direto e o controle natural de pragas, por exemplo. Além disso, foram implantados vários cursos de Agronomia e Medicina Veterinária, com o objetivo de fomentar a pesquisa agropecuária, bem como disseminar a necessidade de racionalização/modernização do setor e a utilização de técnicas, insumos e mecanização, veiculada pelas empresas multinacionais instaladas no País. A UFMS e a UFMT são exemplos desse processo, tendo a SUDECO, inclusive, patrocinado, no caso da UFMS, móveis e equipamentos para laboratórios para o curso de Agronomia, em Dourados-MS” (Abreu, 2001, p.72).

⁸² Foi o primeiro plano elaborado pela SUDECO para uma programação de ações a serem realizadas a longo e médio prazos, dentro das metas nacionais de expansão do mercado e de ampliação da produção de produtos não-tradicionais como, por exemplo, minérios, soja, para exportação (Abreu, 2001, p.86).

Criado pela Exposição de Motivos CDE nº 007/76, de 07 de Abril de 1976, o Programa Especial da Região da Grande Dourado visava ao aproveitamento da potencialidade agrícola de que dispõe a região sul do Estado de Mato Grosso, envolvendo inicialmente 22 municípios - uma área de 84.661 km² ou 84,6 milhões de hectares - cujo pólo de desenvolvimento seria a cidade de Dourados. [...] A constatação era que apenas 15,3% da área estava ocupada com atividade agrícola e os outros 80 % destinavam-se à pecuária extensiva com baixo nível de utilização de tecnologia (..). Os limites do Programa abrangiam cerca de seis milhões de hectares considerados amplamente satisfatórios para atividade agrícola e fácil comunicação com os mercados do Centro-Sul. Na justificativa da SUDECO, tratava-se de uma área com elevada produtividade e que se encontrava sob o impacto direto da influência do Estado de São Paulo, em virtude das inter-relações comerciais com as áreas de mercado do Centro-Sul. A ideia era fomentar a infra-estrutura necessária para potencializar vantagens comparativas já estabelecidas, pois que, ao sul de Mato Grosso, os solos eram férteis, com grandes faixas de basalto - terra roxa - para produção de arroz, milho, soja, amendoim, feijão e trigo. Vislumbrava-se a ampliação da produção agropecuária objetivando a exportação, o que era objetivo do II Plano Nacional de Desenvolvimento, por um lado, e, de outro, à retração na importação de produtos como o trigo, por exemplo, que passa a ter na “Região da Grande Dourados” especial atenção (Abreu, 2001, p. 172).

Figura 02- “Região da Grande Dourados”



Fonte: Abreu, 2001.

As metas e objetivos do PRODEGRAN eram fortalecer as atividades produtivas da região e a “vocação”⁸³ regional para a exportação de produtos agrícolas e agroindustriais. Nesse sentido, urgiam algumas proposições de atuação, tais como:

⁸³ Na política de desenvolvimentista da SUDECO o Centro Oeste foi dividido em várias áreas de atuação, cada qual foi estimulada de acordo com que o Estado entendia que seria sua potencialidade econ mica. Neste sentido, o termo “vocação” designava o conjunto de vantagens comparativas que permitia que alguma atividade econ mica se desenvolvesse com maior desempenho do que outras em determinado território.

[...] incentivar o aumento da produtividade; utilizar práticas conservacionistas, de maior tecnificação e modernização das práticas de comercialização; introduzir novas culturas; promover o combate a erosão urbana; e intensificar a infra-estrutura capaz de potencializar essas realizações. Além dessas, havia também discursos acerca de “equipamentos sociais”; uma perspectiva que se perde no decorrer da programação efetivamente elaborada e realizada (Abreu, 2001, p. 173).

Para alcançar estas metas, o PRODEGRAN organizou subprogramas de atuação nas áreas de armazenamento, energia elétrica (rural), transportes (estradas vicinais), controle de erosão urbana, pesquisas agropecuárias, assistência técnica ao produtor rural, promoção da suinocultura, elaboração de planos urbanos de uso do solo e instalação da Bolsa de Cereais de Dourados⁸⁴ (detalharemos cada subprograma, a seguir).

a) Armazenamento

A proposta de implantação de uma infra-estrutura de armazenamento calcava-se na projeção de ampliação da produção em torno de 10 milhões de toneladas de cereais e grãos, baseada na incorporação da “Região da Grande Dourados” na dinâmica da economia de mercado, onde a produção incentivada encontrava respaldo na balança comercial do mercado mundial.

Neste processo:

A CIBRAZEM, seria o órgão federal responsável pela infra-estrutura de unidades armazenadoras na “Grande Dourados”. Foram consumidos Cr\$120.000.000,00 (US\$4,42 milhões), sendo Cr\$90.000.000,00 (US\$3,31 milhões) provenientes de recursos federais e Cr\$ 30.000.000,00 (US\$1,10 milhão) da própria CIBRAZEM, em um conjunto de silos metálicos nas cidades de Ponta Porã, Dourados, Maracaju, Sidrolândia e Rio Brillante, para agregar em torno de 60 mil toneladas de capacidade estática de armazenamento. No entanto, foram gastos Cr\$169.000.000,00 (US\$6,22 milhões) para conclusão de 11.000 toneladas, com a construção do silo metálico em Rio Brillante⁸⁵. Uma perspectiva de recursos e de capacidade de armazenamento, como se vê, muito

⁸⁴ Apesar de planejada, segundo Abreu (2001, p.181) a Bolsa de Cereais de Dourados nunca entrou em operação.

⁸⁵ Além de outros quatro, que foram concluídos à posteriori.

inferior a idealizada (Abreu, 2001, p.174).

Apesar de inferior ao planejado, esta estrutura de armazenamento foi fundamental para a instauração de uma monocultura tecnificada de exportação.

b) Energia

Segundo Abreu (2001, p.176), a “problemática da energia elétrica foi apontada pelos técnicos e ex-funcionários da SUDECO como o setor prioritário do Programa”, uma vez que a energia seria fundamental do ponto de vista da incorporação das tecnologias propostas para a agricultura, bem como para a agro-industrialização.

Como “consequência” da eletrificação e a subsequente inclusão de novas tecnologias ao campo para atender a expansão da monocultura, inicia-se o processo de êxodo rural e abandono da prática da policultura; isto induz o agricultor⁸⁶ a satisfazer suas necessidades do mercado urbano. Somado a isso, as linhas de crédito disponíveis se voltam para a produção comercial como a soja e o trigo, pois estão atreladas à incorporação da tecnologia disponível: tratores, semeadoras, colheitadeiras etc, que o agricultor descapitalizado não consegue incorporar.

Além do mais:

Outro aspecto importante está relacionado com o custo da eletrificação rural. Segundo o então presidente da Cooperativa de Eletrificação, Moacyr de Azevedo, o financiamento era realizado, em média, para seis anos, sendo que, quando os trabalhos começaram, os juros eram 9% ao ano. Daí passaram a 12%, depois a 15%, chegando no início dos anos oitenta, a 45%. Isto para o usuário rural, principalmente o pequeno agricultor, seria um juro elevadíssimo, mesmo porque o número de associados à Cooperativa era diminuto, de modo que os prejuízos provenientes do aumento dos custos da dívida eram divididos entre poucos (Abreu, 2001, p.177).

⁸⁶ Teixeira (1989), sobre a região de Dourados, apontava, em relação à expansão da “fronteira agrícola”, a importância de um “novo homem” (o sulista, principalmente) como condição para o “desenvolvimento”.

Esses aspectos promovem, segundo Abreu (2001, p.177), as razões para a expulsão do “Homem” do campo em que os periódicos oficiais⁸⁷ não fazem referência.

c) Transporte

Como já apontamos, a SUDECO investiu na construção de rodovias na “Região da Grande Dourados”. No Contexto do PRODEGRAN, previu-se a construção de 600 km de estradas-tronco até 1979, viabilizando o escoamento da produção agrícola dos municípios de Caarapó, Dourados, Ponta Porã e Maracaju.

Esta infra-estrutura era fundamental para o desenvolvimento econômico da região, segundo o discurso da época, como descreve a Revista Interior:

[...] sua deficiente malha viária (quer federal, quer estadual), que vem impedindo um acesso racional de sua produção agropecuária aos grandes mercados consumidores e, conseqüentemente, ocasionando grandes perdas, desestimulando o desenvolvimento mais acentuado da área e dificultando a implantação de uma tecnologia moderna em toda sua dimensão (Revista Interior, nov./dez 1982, *apud* Abreu 2001, p.177).

Podemos observar que a política governo possuía o respaldo de alguns meios de comunicação do período, o que reflete a sintonia do poder público com o anseio do capital hegemônico da região.

d) Pesquisa agropecuária, assistência técnica e apoio logístico

Com o objetivo de aumentar a produtividade e ampliar as áreas de plantio, foram implantados os subprogramas de pesquisa agropecuária e de assistência

⁸⁷ Os periódicos oficiais aqui mencionados se referem ao conjunto de publicações governamentais que tratam das ações Estatais nesse período.

técnica, em que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)⁸⁸ foi a responsável pela elaboração e execução da pesquisa agropecuária, e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), em colaboração com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) (MT), seriam os órgãos responsáveis pela programação de assistência técnica.

Na pesquisa agropecuária foram previstos Cr\$24.000.000,00 (US\$2,25 milhões), para a implantação da Unidade de Pesquisa da EMBRAPA, onde, de 1976 a 1977, adquiriu-se uma área de 137,5 ha. para a implantação e operação desta Unidade, instalação de sua infra-estrutura e implantação de subprojetos de pesquisa, principalmente de soja, trigo e milho. Além disso, em 1978 foram investidos Cr\$42.119.000,00 (US\$2,34 milhões) para a pesquisa direcionada para a introdução de novos cultivos, dos quais Cr\$22.000.000,00 (US\$1,22 milhão) do PRODEGRAN e Cr\$20.119.000,00 (US\$1,11 milhão) da EMBRAPA.

Já na programação de assistência técnica para os produtores da “Grande Dourados”, a EMBRATER era a responsável por transmitir novas técnicas e a tecnificação ao plantio das culturas tradicionais, além de implementar a produção de novas culturas, como é o caso do trigo.

Dos recursos para a pesquisa, o PRODEGRAN liberou Cr\$22.000.000,00 (US\$1,22 milhão), além de Cr\$20.119.000,00 (US\$1,11 milhão) da própria EMBRAPA, o que totalizou Cr\$42.119.000,00. Para a assistência técnica, estavam previstos gastos de Cr\$10.000.000,00 (US\$938,5) e liberados Cr\$27.003.000,00 (US\$1,5 milhão), bem mais do que foi programado, apesar da desvalorização (Abreu, 2001, p. 180).

No que se refere ao apoio logístico, realizou-se a instalação da Escola de Agronomia de Dourados, da então Universidade Estadual de Mato Grosso⁸⁹, e financiou-se a construção de galerias de águas pluviais, uma vez que, segundo Aguinaldo Lélis (*apud* Abreu, 2001, p.183), ex-funcionário da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), em Dourados o PRODEGRAN:

⁸⁸ A instalação da unidade de pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em Dourados, objetivava o desenvolvimento de modernos e adequados sistemas de produção para os principais produtos agrícolas já explorados na região, além de assentar a ocupação de vasta área ainda não utilizada (Revista Interior. Nov./Dez 1982, p.15 *apud* Abreu, 2001, p.180).

⁸⁹ Posteriormente tornou-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (FUFMS).

[...] financiou galerias de águas pluviais porque Dourados, me lembro até hoje, tinha um problema sério de inundação, então, quando chovia muito, várias partes da cidade ficavam alagadas, então, se fez um sistema de galerias pluviais gigantesco com recurso federal do PRODEGRAN, mas [...] ele tinha a preocupação de ser um programa de desenvolvimento econômico. De incorporação de área e de aumento de produção. [...] **Agora, de qualquer forma, o grande viés foi a eletrificação e infra-estrutura econômica** (Abreu, 2001, p.183, grifo nosso).

A observação do texto em destaque pode ser confirmada pelo quadro abaixo, que demonstra os montantes de investimentos para cada subprograma do PRODEGRAN.

Quadro 2 - PRODEGRAN no espaço mato-grossense de 1975/1981

(xCr\$1.000/US\$1.000)

PRODEGRAN - SUBPROGRAMAS	
TRANSPORTE	180.000 (US\$1.939,87)
ENERGIA	140.000 (US\$ 1.508,79)
PESQ. ASSIT. TÉC.	69.114 (US\$ 744,84)
TOTAL	389.114 (US\$ 4.193,51)

Fonte: Abreu, 2001, p. 189 (Obs: cotação dólar mês/ano de 1981 = US\$ 92,78939726).

Como percebemos, as áreas de maior investimento estão relacionadas à infra-estrutura de transporte e eletrificação (Cf. Abreu, 2001, p.190)

2.2.2 – As ações da SUDECO e a consolidação do meio técnico-científico-informacional

Como “consequência” da atuação governamental na “Região da Grande Dourados”, ocorreu a incorporação de técnicas e tecnologias agrícolas mais avançadas, o que promoveu o desenvolvimento de um comércio específico para a venda de equipamentos e sementes. Além disso, ocorreu a ampliação da área

plantada, inclusive com a substituição de pomares, hortas, galinheiros e currais de porcos das propriedades da antiga Colônia Agrícola Nacional de Dourados pelo cultivo exclusivo da soja, onde os agricultores plantavam até em volta de suas casas. “Nesse processo, o agricultor deixa de produzir para sua subsistência, passando a comprar o gás, o óleo, a manteiga, os ovos, o leite, a carne e outros produtos de primeira necessidade” (Abreu, 2001, p.174), que agora são adquiridos na área urbana, o que impulsiona o desenvolvimento do comércio destas áreas, principalmente em Dourados, que nesse momento se estabelece como um pólo comercial para a “Região da Grande Dourados”.

Além disso, somado à política do PRODEGRAN, a implantação da EMBRAPA, da EMBRATER e da Faculdade de Agronomia, em Dourados, foram ações fundamentais na reordenação estrutural do município, tornando-o um centro de referência em pesquisa agropecuária. Isso se deve à visão Estatal em relação ao potencial agrícola do município, o que justificava investimentos que promoveram grandes transformações. Segundo Abreu:

Essa é uma avaliação que [...] teria ressaltado o papel da “Grande Dourados” como celeiro agrícola do País, o que atraiu imigrantes, o capital comercial, o capital agroindustrial e o capital financeiro - que ampliou consideravelmente o número de agências bancárias⁹⁰ (Abreu, 2001, p. 188).

Como “consequência” desse processo de desconcentração do capital, na década de 1980 o censo registrou a inversão da população, que deixa de ser eminentemente rural, passando a ser composta por maioria urbana, conforme demonstra a tabela abaixo.

⁹⁰Somente em 1981 foram implantadas 10 agências bancárias em Dourados, totalizando 25 agências para uma cidade que nesse período contava com pouco mais de 100 mil habitantes (Abreu, 2001, p. 188).

Tabela 01: Evolução da População Rural e Urbana do município de Dourados.

Ano	Rural			Urbano		
	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total
1970	22.304	22.257	44.561	15.877	15.748	31.625
1980	10.247	11.399	21.646	42.184	42.670	84.854
1991	6.215	6.913	13.128	62.217	60.639	122.856
2000	7.282	7.739	15.021	76.652	73.276	149.928

Fonte: IBGE Censo Demográfico

Elaboração: Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente - SEPLAN / SUPLOR

Fonte: www.dourados.ms.gov.br (2009)

Esta alteração foi uma implicação das políticas agrícolas voltadas para o cultivo de grãos, com alto grau de cientificidade e capitalização, que alteraram as relações de trabalho, o uso de solo, bem como as relações comerciais, que passaram a se voltar para a produção de exportação e o equilíbrio da balança comercial. Como “consequência” da inversão populacional, o tecido urbano é alterado, uma vez que na década de 1970 a população urbana do município de Dourados era de 31.599 habitantes e em 1980 essa população saltou para 84.849 habitantes, ou seja, em uma década houve um crescimento populacional superior a 100%.

Para abrigar este contingente de pessoas advindas do campo e das regiões sul e sudeste, atraídas por novas oportunidades de emprego que urgiam naquele período, o poder público local e federal implementou uma política de construção de conjuntos habitacionais, mas que beneficiavam especificamente a classe média, enquanto que a população de baixa renda passou a ocupar as áreas periféricas (Calixto, 2007).

Foram construídos na década de 1970 três conjuntos, os BNH's 1º, 2º e 3º Planos, implantados em áreas da propriedade da Prefeitura Municipal com recursos do governo federal. Esses conjuntos foram implantados na porção norte da área urbana, que era uma área de relevo mais elevado e receberam prioridade na política de pavimentação asfáltica implantada a partir de 1975.

As áreas próximas a esses conjuntos foram alvo de valorização e especulação imobiliária, tornando a região norte a área “nobre”⁹¹ do município.

⁹¹ Descrevemos essa porção da cidade como área “nobre”, por ela ser mais dotada de estrutura urbana (asfalto, rede elétrica, saneamento básico...) e por possuir em sua configuração, uma grande

Todavia, não foram somente estas as mudanças provocadas pela nova dinâmica vivida pelo município na área urbana. Sobre este processo, Calixto (2007, s/ p.) afirma:

A década de 1970 marcou o delineamento da passagem de uma cidade em que praticamente todos os habitantes se conheciam, compartilhavam momentos e ocasiões comuns, seja colocando as cadeiras nas calçadas para “bater papo”, seja participando de atividades comemorativas ou festas tradicionais (festa da padroeira, festa junina), para uma cidade marcada pela diferenciação socioespacial, pelo distanciamento e pelas relações indiretas, uma vez as novas formas de apropriação e uso do espaço urbano redefinem conceitos, valores, modos de vida, trazendo reflexos não apenas no modo de morar, mas também de agir, pensar, reivindicar, enfim, no modo de pensar o espaço.

Em grande medida, isto ocorreu porque o perímetro urbano passou a abrigar, além da população oriunda do campo, pessoas advindas de outras regiões do país, atraídas pela nova dinâmica econômica do município, onde, além da agropecuária, se estabeleceu um forte comércio e uma rede de serviços públicos e privados, promovendo novas relações.

Em relação especificamente ao comércio, Pereira & Lamoso (2004, s/ p.) afirmam:

A atividade comercial se fortaleceu mesmo com a acentuação do êxodo rural, dada a migração de muitos profissionais liberais e empreendedores privados que se instalaram nos centros urbanos. A expansão comercial favoreceu a urbanização dos municípios da BMI⁹² e com isso houve modificações nas condições de vida da população rural, pois as pessoas passam a buscar bens e serviços de consumo diferentes dos antigos, contribuindo para o crescimento do comércio.

quantidade de moradias edificadas em terrenos com mais 350m², com metragem acima 150 m², além de ser habitada, em geral, por pessoas de classe média e alta.

⁹² A área delimitada como Bacia do Médio Ivinhema (BMI) é composta pelos municípios de Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Rio Brillhante e Vicentina.

Em relação à atividade comercial, é importante destacar a expansão do comércio ligado diretamente à “modernização do campo”, que é, ao mesmo tempo, complementar e necessária na formação do complexo agroindustrial.

Esta constatação pode ser observada a partir das informações do IBGE, conforme aponta Queiroz:

Com uma política de mecanização maciça da agricultura que, segundo o IBGE, no período de 1970-1985, houve um aumento de 700% no número de tratores na região, concentrados em 30% dos estabelecimentos rurais, ocorreu a expansão de uma burguesia rural, voltada para produção de culturas comerciais (soja, principalmente) e pecuária extensiva (Queiroz *apud* Araújo & Oliveira Neto, 2007, s/p.).

Nesse sentido, também é possível observar uma expressiva mecanização do campo em Dourados, por meio do Censo Agropecuário de 1995, que apresenta, em termos quantitativos, do total de 13.230 máquinas para plantio do total estadual, 5.819, um número bastante expressivo, concentrado no município. Quando se refere às máquinas para colheita, a situação é ainda mais concentradora: do total de 4.944 existentes no estado, 2.495 estão no município de Dourados (IBGE, 1995-1996). Isto se reflete na atividade agrocomercial, que sustenta logisticamente a agropecuária, pois diversas unidades agro-comerciais estão instaladas na cidade e dão suporte para a atividade agropecuária. Cabe ressaltar que este suporte não é exclusivo da cidade de Dourados, envolvendo municípios em seu entorno (Parente, 2003 s/ p.).

A expansão da cultura de grãos foi acompanhada das políticas de desconcentração industrial, o que promoveu a implantação de Distritos Industriais, principalmente nas chamadas cidades-pólo de Mato Grosso do Sul, que contribuíram para a consolidação do processo de agroindustrialização. É o caso do distrito industrial de Dourados, implantado nesse período e que também foi estimulado por políticas de fomento ao desenvolvimento:

[...] a Comissão Interestadual das Bacias do Paraná e Uruguai (CIBPU) que, seguindo critérios como, ritmo de urbanização e infraestrutura econômica, escolheu como potencialidades geoeconômicas as cidades de Dourados, Corumbá, Três Lagoas e Campo Grande,

canalizando assim os investimentos públicos (Araújo & Oliveira Neto, 2007, s/p.).

[...] onde o Estado concentra todos os esforços promocionais na implantação de distritos industriais visando - seguindo a ótica do planejamento burocrático - fomentar/disciplinar o desenvolvimento desse pólo e, a partir dele, a economia regional desenvolver-se, de modo que o crescimento se processa e se propaga para as áreas sob sua influência (Souza, 1998, p. 07).

A agroindústria, na década de 1990, passa a exercer o papel de “motor da economia regional” (Silva, 2003, p.30). Nesta fase, inicia-se a última etapa do desenvolvimento econômico do município, sendo também o momento da consolidação do meio técnico-científico-informacional, uma vez que:

A última etapa do processo de desenvolvimento regional, que se inicia a partir do começo dos anos 90 do século passado [século XX], caracteriza-se pela diversificação dos projetos integrados de avicultura e suinocultura. A exemplo dos ciclos anteriores, esse último é desencadeado também por forças externas. São grandes grupos transnacionais que assumem o controle de nosso processo de industrialização. Nesse contexto, conglomerados internacionais assumem as unidades implantadas pelo capital regional na etapa anterior, configurando uma nítida tendência de centralização de capitais e oligopolização da economia local. Como ilustração desse processo temos o caso da fábrica de óleo COPAZA absorvida pela RENTPAR; o abatedouro de frangos da antiga COOAGRI incorporado pela AVIPAL (capitais chineses) [...] e o abatedouro Bordon de Dourados absorvido pela SEARA (grupo Bunge Born) (Silva, 2003, p.30)

É, nessa etapa, podemos afirmar que, o município de Dourados se consolida como “espaço nacional da economia internacional” (Santos, 1997, p.194), “Luminoso” e “da Rapidez” (Santos & Silveira, 2001 p. 262-264), pois nele se acumula uma maior densidade técnica e informacional, o que provoca uma maior fluidez do capital, inclusive internacional, sendo esse aparato técnico superior aos municípios vizinhos, transformando-o em “pólo” da dinâmica econômica regional.

Todo o conjunto de objetos técnicos no território douradense é resultante do processo de produção de um espaço de comando em relação ao seu entorno, que foi alicerçado por ações de governo, principalmente, pois a partir das conexões e fluxos relacionados à economia – processo estimulado pelo Estado – outras conexões e fluxos se estabeleceram no território douradense, tornando-o um espaço de comando, por isso que Dourados hoje é referência em muitas atividades.

Assim, como “cidade centro”, ela dispõe de vários serviços públicos que são referência para os municípios vizinhos, também pela presença de um grande número de entidades representativas dos poderes públicos das três esferas administrativas (municipal, estadual, federal), como por exemplo: IAGRO, INCRA, IBGE, PROCON, AGENFA, FUNAI, FUNASA e Correios.

Um exemplo decisivo nesse sentido é o setor Saúde, que oferece atendimento⁹³ a 34 (trinta e quatro) municípios, com uma população referenciada de aproximadamente 750.000 habitantes (conforme a Programação Pactuada e Integrada – PPI – da Assistência), por meio de 80 estabelecimentos de saúde com cadastro no CNES⁹⁴, sendo 37 privados, 2 filantrópicos e 41 da Rede Municipal de Saúde, além de 618 leitos disponíveis nos estabelecimentos hospitalares.

No setor de Finanças, Dourados possui 14 agências bancárias, sendo 8 privadas e 2 agências da Caixa Econômica Federal e 4 do Banco do Brasil, além de diversos terminais de auto-atendimento distribuídos em vários pontos da cidade. Nesse seguimento, também há superioridade de Dourados sobre os municípios do entorno em relação ao número de agências e a movimentação financeira (conforme aponta o quadro abaixo).

⁹³ Os serviços de referência em saúde compreendem os Níveis Ambulatorial e (Hemodiálise, Oncologia e Rádio – Diagnósticos) e Hospitalar (cirurgia cardíaca e neurológica I). Além disso, também dispõe dos Programas mínimos preconizados pelo Ministério da Saúde que são a Assistência a Saúde da Mulher, da Criança, Saúde Bucal, Tuberculose, Hanseníase, Hipertensão e Diabetes, oferecemos também o Programa de Prevenção do Tabagismo e Fatores de Risco do Câncer, Saúde do Trabalhador, SAE/CTA, Saúde Mental, Controle de Vetores, Vigilância Sanitária

⁹⁴ Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde.

Quadro 03: Número de agências bancárias e movimentações financeiras (2008)

Municípios	Bancos	Movim. Financeira (R\$)
Dourados	14	890.061.023,32
Maracajú	4	176.450.139,38
Rio Brillhante	2	113.883.418,02
Itaporã	2	71.654.394,59
Caarapó	2	90.219.622,19
Glória de Dourados	2	38.433.964,13
Jateí	Não inf.	Não inf.
Fátima do sul	3	84.273.356,03
Deodápolis	2	29.652.011,93
Douradina	1	37.608.497,54
Vicentina	1	7.527.399,48
Juti	Não inf.	Não inf.
Nova Alvorada do Sul	1	34.777.494,06

Fonte: IBGE (2008)

Outro elemento importante, está relacionado ao acesso à informação e às novas tecnologias da contemporaneidade. Nesse sentido, Dourados concentra um grande número de empresas especializadas na comercialização de equipamentos, produtos e serviços relacionados à informática, equipamentos para agricultura, eletrônicos e eletrodomésticos em Dourados, por exemplo. Somando a isso, também há várias empresas atuando no setor de comunicação, como emissoras de TV e rádio, jornais, *sites* especializados em notícias/jornalismo, além de empresas de publicidade, provedores de internet, livrarias, *lan-houses* e *ciber-cafés* (abaixo, quadros com dados demonstrativos).

Quadro 04: Empresas do setor de comunicação em Dourados

Rádios	Televisão	Jornais	Revistas
Rádio Clube de Dourados (AM)	TV Dourados (Sucursal da RIT TV)	Editora e Jornal "O Progresso" (diário)	Opinião (mensal)
Rádio Caiuás (AM)	TV Sulamérica (Sucursal da Rede Globo de Televisão)	Jornal "Diário MS" (diário)	Revista Mulher (mensal)
Rádio FM Boa Nova	Via Cabo TV (TV por Assinatura)	Jornal Correio do Estado	
Radio Tupinambás		Jornal da Grande Dourados (quinzenal)	
Rádio Grande FM 92			
Rádio Cidade			
Rádio FM 94			

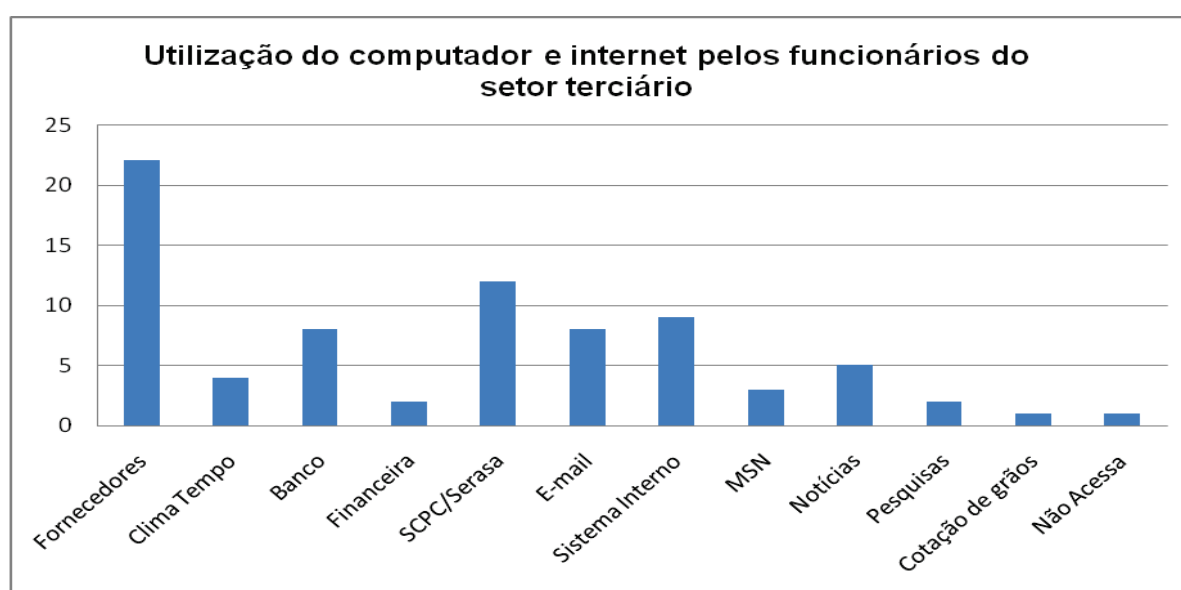
Fonte: www.dourados.ms.gov.br (2009).

Quadro 05: Pessoas que vivem em domicílios com computador

Município	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com computador, 2000
Dourados (MS)	8,29
Ponta Porã (MS)	6,19
Fátima do Sul (MS)	5,14
Maracaju (MS)	5,44
Rio Brilhante (MS)	3,85
Nova Alvorada do Sul (MS)	3,32
Douradina (MS)	2,11
Amambai (MS)	5,15
Vicentina (MS)	1,54
Itaporã (MS)	1,4
Antônio João (MS)	2,32
Laguna Carapã (MS)	1,85
Caarapó (MS)	3,97
Aral Moreira (MS)	1,56
Juti (MS)	1,27

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2009)

Além do número de empresas atuantes no seguimento informacional, o uso do computador também ocorre em maior quantidade em Dourados em comparação aos municípios de seu entorno (conforme quadro acima). Esse aspecto também percebemos durante o trabalho de campo, já que 72% das empresas pesquisadas utilizavam a máquina de cartão de crédito e 84% realizavam buscas via *internet* no sistema SCPC/Serasa, e outras formas de utilização do computador também foram detectadas (conforme aponta o gráfico abaixo).

Gráfico 01

Fonte: Trabalho de campo (2009).

Em Dourados existe um total de 53 Cursos de Ensino Superior (45 convencionais e 8 tecnológicos), que são ofertados por 05 Instituições: o Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN; a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS (sede); a Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD; a Faculdade Teológica Batista Ana Wollerman e as Faculdades Anhanguera.

A disponibilização de novos cursos aumentou progressivamente, à medida que as instituições de ensino foram crescendo e se fortalecendo em Dourados (esse aspecto pode ser observado no quadro seguinte).

Tabela 02: Número de matrículas no ensino superior, segundo o ano letivo e instituição.

Instituição de Ensino	Período Letivo							TOTAL
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	
Centro Univers. da Grande Ddos (UNIGRAN *)	-	-	-	-	-	6.000	6.000	12.000
Universidade Esta. de MS - UEMS (Normal Superior)	95	133	175	128	138	139	88	897
Universidade Est. de MS - UEMS (Graduação)	923	923	725	1.177	1.580	1.934	2.705	9.967
Univers. Fed. da Grande Ddos – UFGD ⁹⁵	2.654	2.975	3.140	2.971	2.970	3.086	3.238	21.034
Uniderp (FAD + IESD)	0	2	213	358	930	1.161	1.533	4.197
Instituto Teológico Ana Woleman	2.088	2.095	2.082	2.089	2.101	2.104	2.105	14.664
TOTAL	5.760	6.128	6.336	6.723	7.719	1.424	15.669	62.759

* Valores estimados

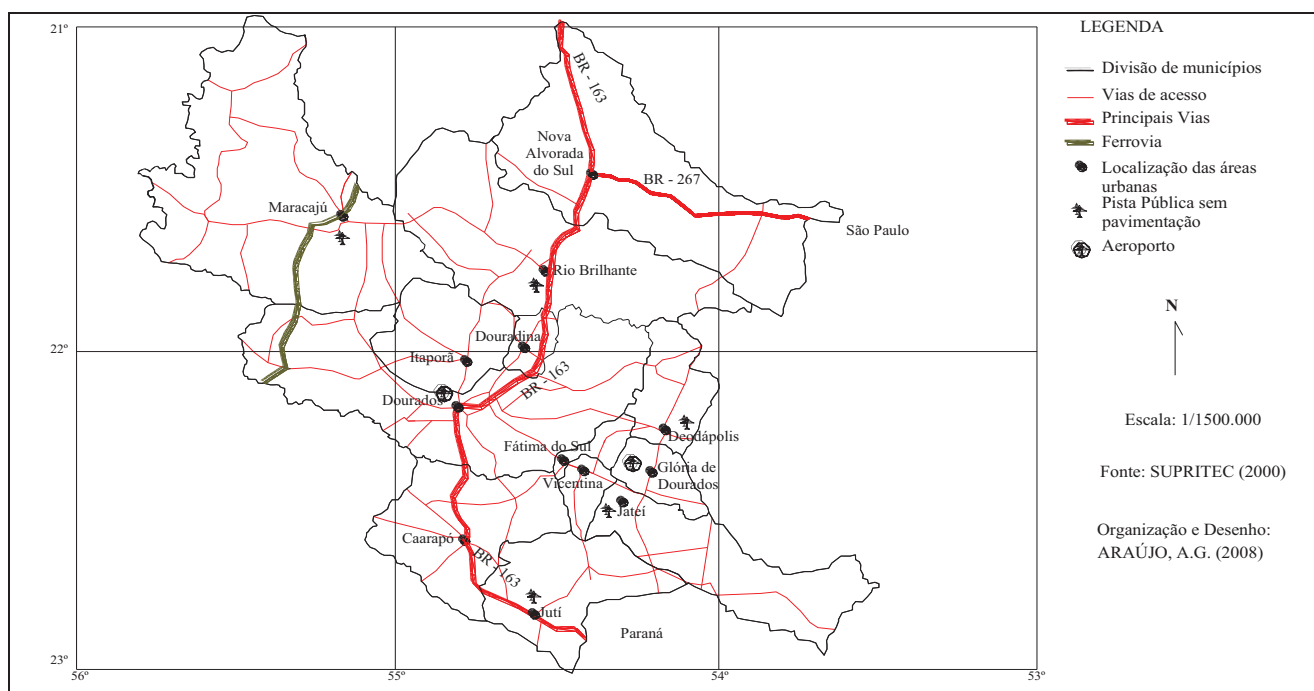
Fonte: www.dourados.ms.gov.br (2009)

Destacamos, por último, que muitas relações que Dourados estabelece com seu entorno se dá pela disponibilidade de transporte diverso. Isso ocorre por meio de 19 empresas de transporte rodoviário⁹⁶, que usufruem de conexões rodoviárias, asfaltadas e com condições razoáveis de conservação, para todo o Estado do Mato Grosso do Sul, para outros estados da federação e para o exterior. Além disso, é uma das poucas cidades do sul do estado que possui aeroporto.

⁹⁵ Até 2004 essa instituição era o Campus de Dourados da UFMS, mas a partir de 2005 ela foi desmembrada e tornou-se a UFGD.

⁹⁶ `A saber: Eucatur – União Cascavel Ltda, Expresso Araçatuba S/A, Expresso Maringá Ltda., Expresso Queiroz Ltda., Hélio Coletivos e Cargas Ltda., Mônaco Transporte Rodoviário Ltda., Nacional Expresso Ltda., Satélite/ Transacreana, Transvale Transp. Rodov., Viação Cruzeiro do Sul Ltda., Viação Dourados, Viação Motta / Unesul, Viação Neto, Viação Nossa Senhora Medianeira Ltda., Viação Nova Integração Ltda, Viação Ouro e Prata, Viação São Luiz Ltda., Viação Umuarama Ltda., Zuco Comércio e Transp. Rodoviário Ltda.

Figura 03: Região da “Grande Dourados” –Vias de circulação⁹⁷



Fonte: Araújo & Oliveira Neto, 2007, s/p.

Além disso, o município está integrado ao meio técnico-científico-informacional do capitalismo globalizado. Isto se confirma por meio da agroindústria, que “abre” e “fecha” negócios e importa e exporta com vários países, utiliza-se de tecnologia moderna na produção e muitos produtos agrícolas têm sua produção direcionada para o mercado externo, como é caso da soja, da carne bovina e do frango.

Em relação a este aspecto, Calaça (2006) afirma:

O mundo globalizado é marcado pela segmentação das etapas do trabalho e da especialização dos lugares na divisão territorial da produção. Esse momento faz com que uma área de agricultura moderna não estabeleça relações com cidades e mercados mais próximos, tenham relações comerciais com outros muito mais distantes, tanto no que se refere a fluxos materiais como produtos agrícolas, e não materiais como capitais, informações, mensagens e ordens, graças aos modernos meios de circulação disponíveis como a telefonia e a Internet.

⁹⁷ Figura 2: Região da “Grande Dourados”, com destaque para as vias rodoviárias BR – 163, que corta o estado articulando a produção de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ao estado do Paraná, rumo ao Porto de Paranaguá; e a BR – 267, a de maior circulação do estado, ligando o estado à São Paulo.

Essa feição de agricultura moderna apontada por Calaça é um aspecto da configuração espacial de Dourados que o torna “equipado” com os objetos técnicos necessários para a dinâmica do capital. Essa estruturação é um elemento “norteador” de um conjunto de processos articulados que organizam a produção do espaço douradense visando “verticalizá-lo”, no sentido das verticalidades de Santos (2002), ou seja, torná-lo um “espaço rápido”, um “espaço da fluidez”, um “espaço luminoso”, um “espaço de comando” (cf. Santos & Silveira, 2001), desse modo, um “espaço do capital”.

2.3 – Dourados: um espaço em rede

O município de Dourados também está articulado em diversas redes, essa característica é fortalecida pelo seu papel de espaço agroexportador, que o direciona à dinâmica globalizante permitindo a formação e consolidação de redes econômicas que modelam o espaço local. Esse processo é um dos condicionantes da configuração atual do município, pois:

As redes são a condição da globalização e a quintessência do meio-técnico-científico-informacional. Sua qualidade e quantidade distinguem as regiões e lugares, assegurando aos mais bem dotados uma posição relevante e deixando aos demais uma condição subordinada. São os nós dessas redes que presidem e vigiam as atividades mais características deste nosso mundo globalizado (Santos, 2002, p. 82).

Deste modo, por esses elementos vigentes, Dourados possui diversas redes instauradas devido a sua importância econômica, as relações pessoais estabelecidas pelos seus habitantes em relação com outros espaços, o seu conjunto de equipamentos urbanos (ou de “engenharia”, como diria Santos & Silveira [2001]) e a oferta de serviços públicos e privados. Esta realidade faz com que o espaço local estabeleça relações com o espaço regional, nacional e global, uma vez que as redes são produtos de relações formais (rígidas, oficiais, diplomáticas, estabelecidas por parâmetros) e informais (casuais, pessoais, sem parâmetros formais ou ilegais).

A partir dessa realidade, apontamos algumas das redes em que Dourados está inserida, partindo do princípio que em uma rede o ponto de junção pode ser o

início, um *nó* ou a parte final da conexão, porém independente da posição, cada segmento é importante, pois a partir de diversos segmentos é que os *nós* se estabelecem, formando uma rede. Assim, independente de sua importância no âmbito global, o simples fato de ser um dos pontos das diversas redes vigentes na dinâmica capitalista, isso já condiciona Dourados a uma produção espacial diferente em relação a outros espaços menos conectados. Isso é observável quando comparamos Dourados com os municípios vizinhos, que não possuem o mesmo tecido espacial no que refere à quantidade de objetos técnicos e fluxos existentes, pois nele se encontra um aparato técnico-científico-informacional maior, o que lhe permite uma lógica mais conectada aos *nós* internacionais da “globalização”.

A primeira rede estudada foi a regional. Buscamos entender as relações que o município possui com as cidades vizinhas e, ao realizarmos esta tarefa conseguimos, além do propósito inicial, observar também que Dourados estabelece relações com espaços que não fazem parte de sua região, devido à especialidade de alguns serviços disponíveis junto ao seu comércio. Isto ocorre porque na porção sul do estado do Mato grosso do Sul, Dourados se destaca em número de empresas que atuam no setor terciário (comércio/serviços), o que pode ser observado junto à tabela a seguir.

Tabela 03: Número de empresas e indústrias de Dourados e seu entorno

Municípios / Segmentos	Número de segmentos comerciais e industriais por setor dos municípios da região de Dourados						
	Escolas privadas e Instituições de Ensino Superior	Empresas Ligadas à Informática*	Lojas de Confecções e calçados	Supermercados	Eletrodomésticos e móveis	Empresas ligadas ao Campo**	Clínicas ou empresas do setor Saúde
Dourados	17	314	812	49	286	147	79
Ponta Porã	07	98	401	17	127	103	17
Naviraí	03	58	218	21	71	12	11
Maracaju	09	35	148	08	49	34	10
Rio Brilhante	02	23	86	17	27	35	07
Jardim	07	27	105	17	39	03	14
Caarapó	00	22	88	00	25	11	07
Nova Alvorada do Sul	01	11	63	09	25	04	05
Fátima do Sul	01	19	104	10	27	13	11
Bela Vista	03	20	95	10	32	02	06
Itaporã	00	12	41	02	12	12	02
Deodápolis	00	18	64	11	14	03	01
Guia Lopes da Laguna	00	07	23	07	05	03	01
Glória de Dourados	01	11	50	11	09	04	01
Douradina	00	03	11	01	03	04	00
Jateí	01	01	04	00	01	00	00
Antonio João	01	03	27	11	08	03	00
Vicentina	00	01	18	02	03	02	01
Juti	00	02	20	00	10	00	00

* Escolas de Informática, Manutenção e venda de computadores, venda de materiais de informática etc.

** Cerealistas, Venda de Máquinas Agrícolas, Sementes, Defensivos, Rações etc.

Fonte: JUCEMS, 2009.

Por essa maior densidade de estabelecimentos comerciais e industriais, a população e as empresas dos municípios da região e de outras localidades acabam estabelecendo relações comerciais com as empresas douradenses, já que muitos serviços e mercadorias somente são adquiridos nesta cidade, pois é o espaço próximo a esses municípios e dispõe de uma oferta maior de produtos/serviços e preços mais acessíveis.

Diante dessas questões, em nossa pesquisa de campo questionamos representantes de diversos segmentos comerciais, a partir da seguinte pergunta: “No

cotidiano da empresa ocorrem vendas para pessoas ou empresas de outros municípios? De onde?” Nesta consulta não se obteve nenhuma resposta negativa, permitindo-nos a construção de um gráfico ilustrativo sobre o número de municípios do estado de onde as pessoas e empresas usufruem do comércio douradense, e a quantidade de vezes que cada um foi citado espontaneamente pelos entrevistados (ver gráfico abaixo).

Gráfico 02

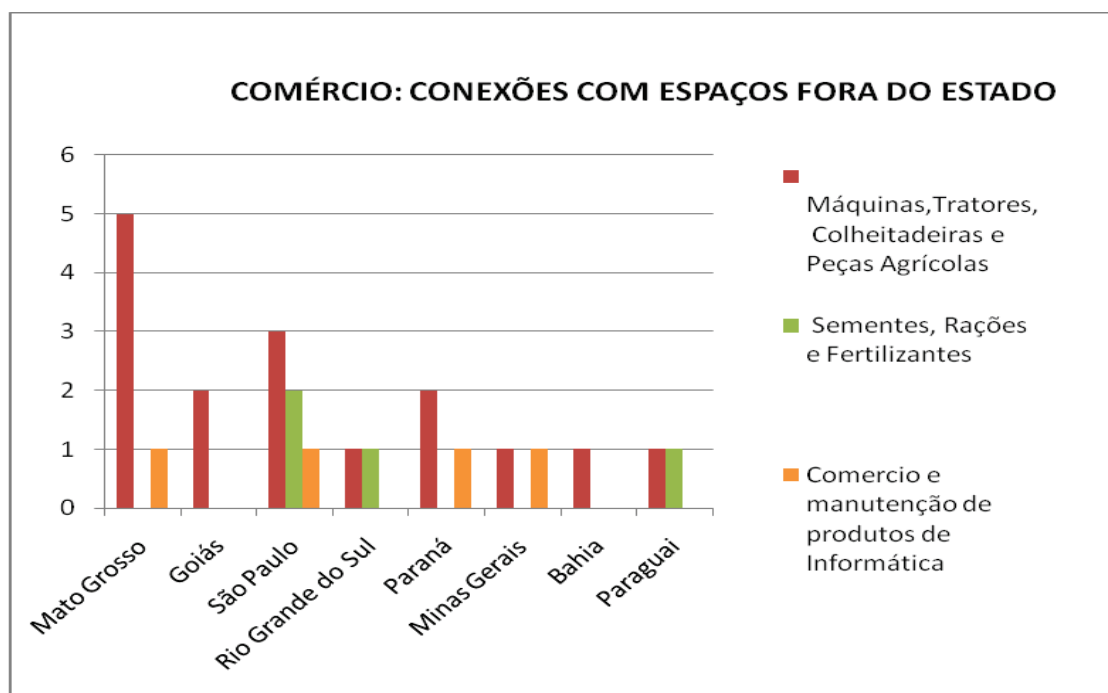


Fonte: Cabreira, Trabalho de campo, 2009.

Além dessas cidades, outras localidades fora do estado também buscam produtos específicos em Dourados. Isto parece ocorrer principalmente no setor agrícola, uma vez que as empresas deste segmento, principalmente as revendas de tratores e colheitadeiras, não estão instaladas em todos os estados da federação e até de outros países, como é o caso do Paraguai; deste modo, cada revenda possui uma grande área de atuação, que em muitos casos ultrapassa os limites territoriais de Mato Grosso do Sul. Assim, se o produtor deseja adquirir um equipamento de uma marca específica, em alguns casos ele terá que procurar empresas que não se localizam em seu estado, sendo Dourados uma opção. Deste modo, transações comerciais são realizadas com pessoas que habitam em lugares distantes do município, em áreas não pertencentes à região de Dourados (o que demonstramos

graficamente a seguir).

Gráfico 03

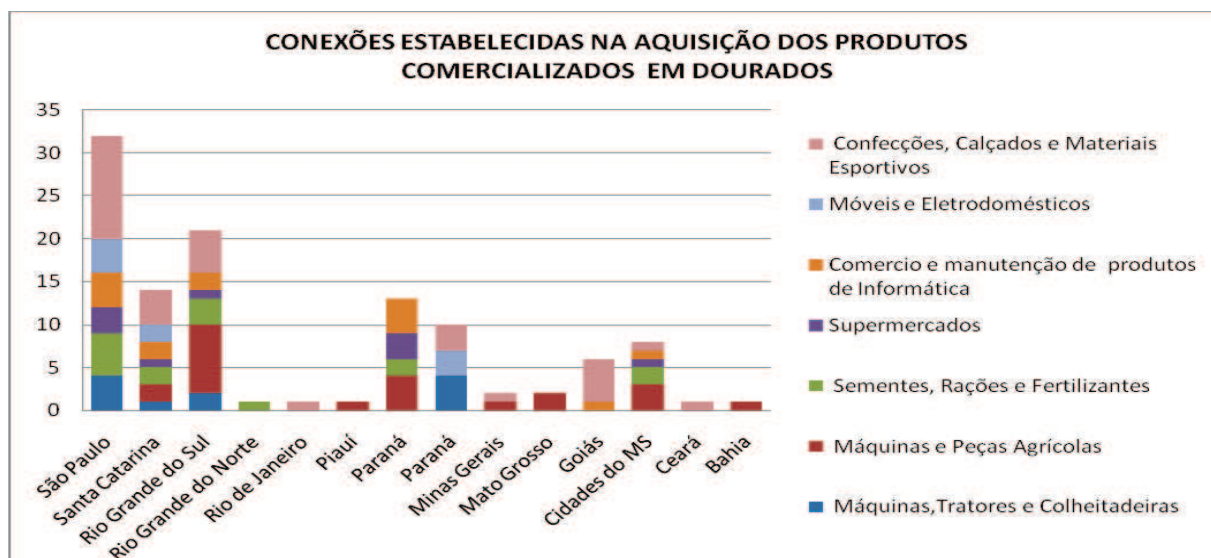


Fonte: Trabalho de campo, 2009⁹⁸

Percebemos que há um fluxo de pessoas e empresas que buscam serviços e produtos em Dourados e que são oriundas de espaços externos ao estado e até do Brasil, mas é importante destacar que o caminho inverso também ocorre, uma vez que a maioria das empresas douradenses adquirem as mercadorias comercializadas em cidades não pertencentes a Mato Grosso do Sul (o que é possível observar no gráfico e figura seguintes).

⁹⁸ Neste gráfico aglutinamos os municípios por estados, porque alguns entrevistados responderam o questionário citando os nomes das cidades e o estado que elas pertencem e outros somente o estado. Já no caso do Paraguai, não foi descrito o município, somente o país. É importante destacar, também, que o setor de informática descrito no gráfico acima, refere-se a somente a uma empresa especializada em manutenção de notebooks, atividade específica que não é encontrada em muitos lugares.

Gráfico 04



Fonte: Trabalho de campo, 2009.

Figura 03



Outra questão que é importante destacar, é o fluxo de importações e exportações de mercadorias. Neste aspecto, Dourados também se relaciona com o espaço global (o que observamos na tabela abaixo).

Tabela 04: Balança Comercial de Dourados

Ano	Exportação (US\$)		Importação (US\$)		Saldo (A) – (B)
	Valor (A)	Var% (*)	Valor (B)	Var % (*)	
2000	12.894.102	0	6.415.860	0	6.478.242
2001	12.161.655	-5,68	4.963.702	-22,63	7.197.953
2002	20.627.420	69,61	7.161.141	44,27	13.466.279
2003	29.834.743	44,64	7.978.961	11,42	21.855.782
2004	29.077.610	-2,54	12.303.174	54,2	16.774.436
2005	65.596.553	125,59	10.436.379	-15,17	55.160.174
2006	101.020.113	54	13.512.289	29,47	87.507.824
2007	189.555.729	87,64	24.419.876	80,72	165.135.853
2008	286.999.176	51,41	31.699.297	29,81	255.299.879

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2009.

(*) VAR% => CRITÉRIO DE CÁLCULO: Anual = Sobre o ano anterior na mesma proporção mensal.
Mensal = Sobre o mês anterior.

Neste contexto, no primeiro semestre de 2008, por exemplo, o município de Dourados quase que dobrou suas remessas ao exterior no ranking de exportações em Mato Grosso do Sul, em comparação ao mesmo período do ano de 2007, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Isso se deveu ao fato da grande expressão da soja no município e o bom índice de produtividade obtido pela utilização de tecnologia, inclusive sementes transgênicas.

Assim:

O município exportou US\$ 132.632.165 contra US\$ 78.187.872 de janeiro a maio de 2007, evolução de quase 70% de rendimento. A valorização do preço da soja representou US\$ 56.443.569 em exportações, 28% a mais comparado ao mesmo período do ano passado [...]. Na sequência vem o óleo de soja, que dobrou o volume de exportação, com negociações triplicadas na ordem de US\$ 26.140.30, seguido pelo frango, com US\$ 26.019.434.[...] O principal mercado consumidor é a Ásia, com 37,53% das exportações, (US\$ 49,7 milhões), contra US\$ 38 milhões do ano passado. Em seguida vêm a União Européia, 31,11% dos produtos (US\$ 41,2 milhões), e Oriente Médio 21% das exportações (US\$ 28,9 milhões). A China foi o país que mais comprou produtos do mercado douradense. São US\$ 32,9 milhões (24,8%); seguido pela Holanda, com US\$ 16,2 milhões (12,2%); e a Arábia Saudita, US\$ 13 milhões (9,82%) (MDIC, 2008 apud www.portalmms.com.br)

Podemos observar, desse modo, que a rede de comércio internacional movimenta milhões de dólares, impulsionando a economia global, logo, por “consequência”, a nacional, regional e local. Esse processo se dá, principalmente no caso de Dourados, pela conjugação entre a atividade agrícola e a industrial (agroindustrial, sobretudo), uma vez que as empresas que exportam no município são na maioria indústrias que processam a produção rural (agroindústrias) (como podemos observar nas tabelas seguintes).

Tabela 05: Dourados - Empresas exportadoras por faixa de valor (Us\$) - (Jan-Dez/2008)

Empresa	Faixa
BUNGE ALIMENTOS S/A	Acima de US\$ 50 milhões
COOPERATIVA AGROPECUARIA E INDUSTRIAL	Acima de US\$ 50 milhões
ELEVA ALIMENTOS S/A	Acima de US\$ 50 milhões
SEARA ALIMENTOS S/A	Entre US\$ 10 e 50 milhões
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR	Entre US\$ 1 e 10 milhões
CARGILL AGRICOLA S A	Entre US\$ 1 e 10 milhões
SUPLEMENTAR - NUTRICAÇÃO ANIMAL LTDA	Até US\$ 1 milhão
TERRITORIO DO COURO LTDA - ME	Até US\$ 1 milhão
PECPAR - NUTRICAÇÃO ANIMAL LTDA	Até US\$ 1 milhão

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2009.

Tabela 06: Dourados- Empresas importadoras por faixa de valor (Us\$) - (Jan-Dez/2008)

Empresa	Faixa
FERTIPOL INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	Entre US\$ 10 e 50 milhões
CORRECTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	Entre US\$ 10 e 50 milhões
SEARA ALIMENTOS S/A	Entre US\$ 1 e 10 milhões
ELEVA ALIMENTOS S/A	Até US\$ 1 milhão
IMESUL METALURGICA LTDA	Até US\$ 1 milhão
FUJII ALIMENTOS LTDA	Até US\$ 1 milhão
INFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA	Até US\$ 1 milhão
ELEVA ALIMENTOS S/A	Até US\$ 1 milhão
CDM-CENTRO DE DIAGNOSTICO MEDICO LTDA	Até US\$ 1 milhão
DOURAGLASS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VIDROS LTDA	Até US\$ 1 milhão

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2009.

Tabela 07: Exportações de Dourados

Ord/Descrição	2009 (Jan/Abr)			2008 (Jan/Abr)			Var % 2009/2008
	US\$ F. O.B.	Part %	Kg Líquido	US\$ F. O.B.	Part %	Kg Líquido	
1-BAGACOS E OUTROS. RESÍDUOS SÓLIDOS, DA EXTR. DO ÓLEO DE SOJA	12.721.752	42,66	44.806.161	23.143.891	30,6	68.316.865	-45,03
2 - MILHOS EM GRÃO, EXCETO PARA SEMEADURA	5.925.789	19,87	37.924.042	6.224	0,01	27.300	---
3-ENCHIDOS DE CARNE, MIÚDEZAS, SANGUE, SUAS PREPARS. ALIMENTIS	5.282.074	17,71	4.375.679	1.587.497	2,1	1.790.062	232,73
4 - OUTRAS CARNES DE SUÍNO, CONGELADAS	3.299.928	11,07	1.762.861	3.789.624	5,01	1.721.229	-12,92
5 - OUTROS GRÃOS DE SOJA, MESMO TRITURADOS	960.482	3,22	2.687.020	17.278.443	22,84	41.422.970	-94,44
6 - ÓLEO DE SOJA, EM BRUTO, MESMO DEGOMADO	782.993	2,63	586.299	0	0	0	0
7-OUTRAS PREPARAÇÕES PARA ALIMENTAÇÃO DE ANIMAIS	393.206	1,32	896.780	341.722	0,45	780.410	15,07
8-OUTRAS MIÚDEZAS COMESTÍVEIS DE SUÍNO, CONGELADAS	285.249	0,96	226.119	96.540	0,13	93.798	195,47
9-OUTRAS PREPARS. ALIMENT. E CONSERVAS, DE SUÍNOS E MISTURAS	169.468	0,57	56.715	131.506	0,17	54.531	28,87
10-PEDACOS E MIÚDEZAS, COMEST. DE GALOS/GALINHAS, CONGELADOS	0	0	0	18.635.584	24,64	8.963.167	0
11-CARNES DE GALOS/GALINHAS, N/CORTADAS EM PEDACOS, CONGEL.	0	0	0	8.956.462	11,84	5.248.565	0
12-CARCACAS E MEIAS-CARCACAS DE SUÍNO, CONGELADAS	0	0	0	812.335	1,07	441.459	0
13-OUTROS. COURO BOVINOS, INCLUINDO BUFALOS, DIVID. UMID. PENA FLOR	0	0	0	412.688	0,55	98.280	0
14 - CARNES DE OUTROS ANIMAIS, SALGADAS, SECAS, ETC.	0	0	0	231.990	0,31	73.699	0
15-PERNAS, PAS E PEDACOS NÃO DESOSSADOS DE SUÍNO, CONGELADOS	0	0	0	160.948	0,21	111.552	0
16-PELES, PARTES DE AVES, C/SUAS PENAS, ETC. TRABALHADOS	0	0	0	49.495	0,07	133.320	0
TOTAL DA ÁREA	29.820.941	100	93.321.676	75.634.949	100	129.277.207	-60,57
TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS	29.820.941	100	93.321.676	75.634.949	100	129.277.207	-60,57

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2009.

Tabela 08: Importações de Dourados

Ord/Descrição	2009 (Jan/Abr)			2008 (Jan/Abr)			Var % 2009/2008
	US\$ F. O.B.	Part %	Kg Líquido	US\$ F. O.B.	Part %	Kg Líquido	
1- TRIGO DURO. EXCETO PARA SEMEADURA	1.017.500	29,4	5.400.000	0	0	0	0
2- APARELHOS DE DIAGNOST. POR VISUALIZ. RESSONANCIA MAGNET.	730.000	21,1	9.372	0	0	0	0
3-MAQS-FERRAM. P/ENROLAR, ARQUEAR, ETC. METAIS, C/CMDO. NUMER.	670.721	19,4	38.667	0	0	0	0
4- TRIGO (EXC. TRIGO DURO OU P/SEMEADURA), E TRIGO C/CENTEIO	380.000	11	2.000.000	5.937.090	59	18.699.000	-93,6
5-SULFATO DE AMONIO	280.631	8,11	1.800.000	0	0	0	0
6- TRIPAS DE SUINOS, FRESCAS, REFRIG. CONGEL. SALGAD. DEFUMADAS	198.563	5,74	10.800	111.429	1,1	10.800	78,2
7- OUTRAS MÁQUINAS FERRAM.P/TRAB.A FRIO DO VIDRO	79.386	2,29	6.997	0	0	0	0
8- OUTRAS. CHAPAS/FLS. DE VIDRO FLOTADO, DESBASTADO, ETC. N/ARMAD	51.802	1,5	141.932	0	0	0	0
9- PARTES DE MAQS. E APARS. P/PREPAR. FABR. DE ALIMENTOS, ETC.	30.169	0,87	263	7.737	0,1	50	289,93
10- CHAPAS/FLS. DE VIDRO FLOTADO, ETC. N/ARMADAS, CORADO, ETC.	20.864	0,6	46.978	0	0	0	0
11 -OUTROS ROLAMENTOS DE ESFERAS	216	0,01	2	0	0	0	0
12- OUTROS CLORETOS DE POTASSIO	0	0	0	1.825.919	18	6.600.000	0
13-DIIDROGENO-ORTOFOSFATO DE AMONIO, INCL. MIST. HIDROGEN. ETC	0	0	0	891.949	8,8	2.000.000	0
14-HIDROGENO-ORTOFOSFATO DE DIAMONIO, TEOR ARSENIO>= 6MG/KG	0	0	0	537.570	5,3	1.200.000	0
15- MÁQUINAS E APARELHOS P/PREPAR. DE CARNES	0	0	0	276.250	2,7	5.104	0
16- TRIPAS ARTIFICIAIS DE PROTEINAS ENDURECIDAS	0	0	0	151.999	1,5	10.830	0
17- TRIFOSFATOS DE SODIO, GRAU ALIMENTICIO (FAO- OMS)	0	0	0	102.655	1	76.500	0
18- ARROZ SEMIBRANQUEADO, ETC. N/PARBOILIZADO, POLIDO, BRUNIDO	0	0	0	87.885	0,9	216.000	0
19- OUTRAS CHAPAS, ETC.POLIM. PROPILENO, BIAIX. ORIENT. S/SUORTE	0	0	0	48.759	0,5	19.706	0
20 TRIPAS ARTIFICIAIS DE OUTROS PLASTICOS CELULOSICOS	0	0	0	24.725	0,2	3.469	0
21 CHAPAS, ETC. DE POLIAMIDAS, S/SUORTE, N/REFORCADAS, ETC.	0	0	0	20.089	0,2	4.120	0
22 COLINA E SEUS SAIS	0	0	0	18.950	0,2	18.400	0
23 PARTES DE MAQS. E APARS. P/LIMPEZA, SELECAO, ETC. DE GRAOS	0	0	0	14.252	0,1	204	0
24 INSTRUMENTOS E APARS. P/MEDIDA/CONTROLE ELETR.ETC	0	0	0	7.429	0,1	12	0
25- PARAFUSOS/PINOS/PERNOS, DE FERRO FUNDIDO/FERRO/ACO	0	0	0	4.846	0,1	59	0
26-. PARTES DE MAQUINAS E APARS. MECAN. C/FUNCAO PROPRIA	0	0	0	4.529	0	25	0
27- PARTES DE MAQUINAS E APARELHOS P/AVICULTURA	0	0	0	4.149	0	6	0
28- CILINDROS HIDRAULICOS	0	0	0	3.418	0	29	0
29-ENGRENAGENS E RODAS DE FRICCAO, EIXOS DE ESFERAS/ROLETES	0	0	0	3.345	0	157	0
30- TUBOS P/MICROONDAS,MAGNETRONS	0	0	0	2.125	0	30	0
31 - RELES, 60VOLTS<TENSAO<=1000VOLTS	0	0	0	2.076	0	4	0
32- VALVULAS P/TRANSMISSOES OLEO- HIDRAULICAS/PNEUMAT.	0	0	0	1.944	0	18	0
33-PARTES E ACESS. P/OUTROS. APARELHOS AUTOMAT. P/REGULACAO, ETC	0	0	0	711	0	1	0
34- VALVULAS DE EXPANSAO TERMOSTATICAS/PRESSOSTATICAS	0	0	0	702	0	2	0
35 - PARTES DE VENTILADORES OU COIFAS ASPIRANTES	0	0	0	628	0	14	0
36- OUTRAS CORDAS E CABOS, DE FERRO/ACO, N/ISOL. P/USO ELETR.	0	0	0	359	0	1	0
37- MÁQUINAS E APARELHOS MECANICOS C/FUNCAO PROPRIA	0	0	0	303	0	2	0
38- OUTROS. PAPEIS/CARTOES AUTO-ADESIVOS, EM ROLOS/FLS.	0	0	0	239	0	1	0
39- PLACAS, MANDRIS E DISPOSITIVOS MAGNETICOS, ETC. DE FIXACAO	0	0	0	153	0	0	0
40- OUTROS ROLAMENTOS DE ROLETES CONICOS	0	0	0	148	0	2	0
41- DEMAIS PRODUTOS	0	0	0	139	0	0	0
TOTAL DA ÁREA	3.459.852	100	9.455.011	10.094.501	100	28.864.546	-65,7
TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS	3.459.852	100	9.455.011	10.094.362	100	28.864.546	-65,72

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2009.

No caso das importações, a agroindústria também possui destaque, mas não é o único setor econômico, pois neste aspecto há desde produtos metalúrgicos e médicos até alimentos, máquinas e papéis adquiridos no mercado global. Todavia, o produto mais importado é o trigo, conforme observamos através do seguinte texto jornalístico:

O mercado douradense importou, nos cinco primeiros meses deste ano [2006], US\$ 15.793.147 contra US\$ 10.641.325 no mesmo período de 2007. O trigo argentino é o produto que teve maior custo ao município: US\$ 7,7 milhões, representando 50% das importações. A crise dos alimentos no mundo, sobretudo pela falta do trigo, fez o município importar uma tonelada a menos, comparado com o ano passado, ou seja, importou 24 toneladas, mas pagou quase o dobro pelo grão. Em seguida vem o Paraguai com US\$ 2,7 milhões das importações e Estados Unidos, US\$ 1,7 milhões (www.portalms.com.br, acesso em 16/6/2008).

Além do fluxo formal, também existe uma rede que não é quantificável oficialmente, que é aquela exercida entre a população douradense e o comércio da fronteira de Pedro Juan Caballero (Paraguai) e Ponta Porã (Brasil), tratando-se do fluxo de mercadorias adquiridas no país vizinho e que entram no município para a revenda ou uso pessoal. Grande parte dessas mercadorias não é declarada no posto fiscal da receita federal⁹⁹, sendo esta uma realidade “normal” para a população de Dourados.

Esse aspecto é observável através do desenvolvimento do “circuito inferior da economia”¹⁰⁰, que percebemos pelo grande número de camelôs que atuam no município e que vendem vários produtos, desde brinquedos, eletrodomésticos e até medicamentos¹⁰¹. Mas os produtos mais vendidos nesse comércio informal são os

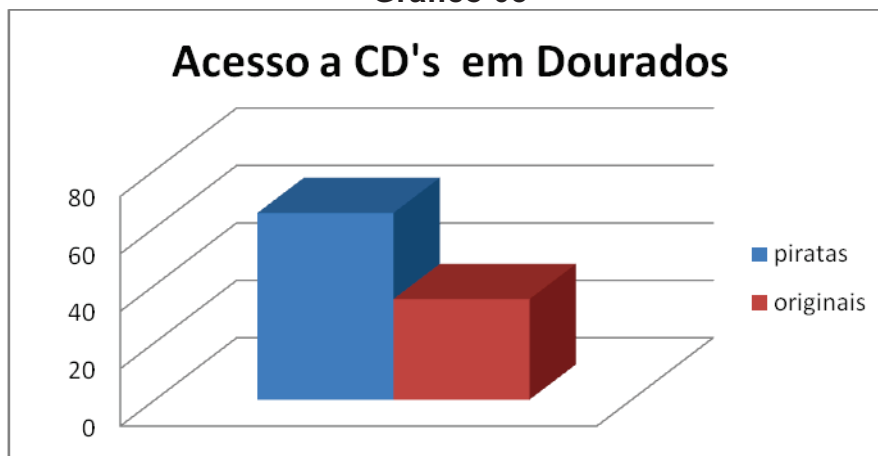
⁹⁹ “De acordo com o chefe de comunicação da Polícia Rodoviária Federal, Admilson de Souza, em dezembro, com o aumento no fluxo de veículos para o país vizinho, sobe também o número de apreensões, que já chega a 20% a mais” (http://www.douradosagora.com.br/not-view.php?not_id=242019, acessado em 20/06/2009).

¹⁰⁰ Milton Santos aponta há dois circuitos na economia das cidades: “O Circuito superior originou-se diretamente da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos hoje são os monopólios. O essencial de suas relações ocorre fora da cidade e da região que os abrigam e tem por cenário o país ou o exterior. O circuito inferior, formado de atividades de pequena dimensão e interessando principalmente às populações pobres, é, ao contrário, bem enraizado e mantém relações privilegiadas com sua região [...] O funcionamento do circuito superior está baseado nas necessidades de uma produção “capital intensivo” local ou exógena. O consumo, ligado ao poder de compra, é seletivo, mas as firmas do circuito superior dispõem de meios de publicidades suficientes para criar novos gostos e para atrair a clientela, ou seja, elas impõem a demanda. O circuito inferior, ao contrário, apóia-se no consumo; ela resulta da demanda, mesmo que esta esteja deformada pelo efeito-demonstração” (Santos, 2004, p. 22 e p. 47).

¹⁰¹ “O medicamento Pramil [...] continua sendo vendido nos camelôs de Dourados sem que haja uma fiscalização rígida a respeito e muito menos uma orientação à população quanto aos riscos que as

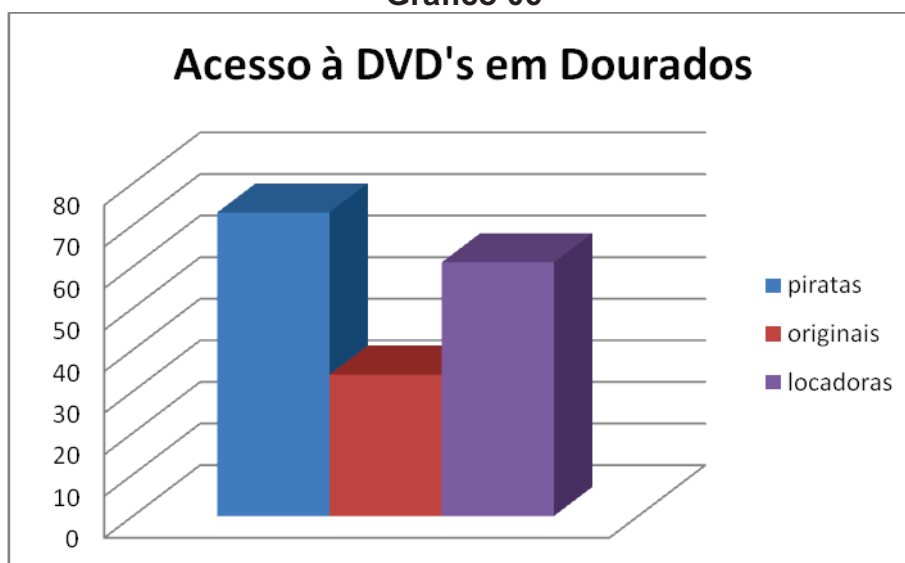
CD's e DVD's¹⁰², realidade que constatamos em pesquisa de campo ao indagarmos 125 entrevistados sobre a forma em que eles tinham acesso à músicas e filmes, sendo que a maioria apontou a pirataria como fonte destes produtos (esse aspecto podemos observar nos gráficos a seguir).

Gráfico 05



Fonte: Trabalho de campo, 2009.

Gráfico 06



Fonte: Trabalho de campo, 2009.

peçoas estão correndo [...] em camelôs da cidade chegam a ser vendidos até remédios antiinflamatórios, lembrando que os medicamentos paraguaios não oferecem nenhuma garantia “e não se sabe até se são falsificados” (http://www.douradosinforma.com.br/noticia.php?id_noticia=57983, acessado em 20/06/2006).

¹⁰² “[...] nos últimos meses a PRF esteve com mais gente nas rodovias, sendo possível realizar escalas especiais de fiscalizações. Segundo ele, por dia, são apreendidos em média 450 DVDs piratas. Por mês este número sobe para 20 mil” (http://www.douradosagora.com.br/not-view.php?not_id=242019, acessado em 20/06/2009).

Percebemos que as redes fazem parte da dinâmica espacial do município de Dourados, desde o “circuito superior” até o “circuito inferior” da economia, sendo elas puramente econômicas ou simplesmente o intercâmbio entre pessoas. As redes são elementos norteadores do espaço, que se manifestam nas ações individuais ou coletivas, oriundas e participantes das vidas cotidianas. Essas vidas fazem e refazem a cada dia seu espaço vivido, sobre a influência local, global, cultural e econômica, política e religiosa, pois ninguém se constitui no acaso, pois somos frutos de uma história social, de uma construção coletiva.

Assim, Dourados se conecta via fluxos à vários lugares, não ao acaso (mas talvez, por vezes, com ele), mas pela construção coletiva que ocorreu e que ainda ocorre neste espaço. Essa construção está intrinsecamente ligada ao papel que ela possui no circuito capitalista regional, nacional e internacional, que permitiu que *aqui* se instalassem objetos técnicos para fluidez do capital, o que influenciou o comércio, o setor de serviços públicos e privados, na ideia de pólo de desenvolvimento... Tornando-o um espaço de comando.

Como já falamos, isto é “consequência” das ações estatais que a partir da década de 1970 implantaram em Dourados um conjunto de elementos que visavam fortalecer o setor agrícola. Esse processo desencadeou uma nova “forma” e “função” para o município, pois, se na década de 1960 ele não apresentava relevância econômica regional significativa, a partir das iniciativas do Estado uma otimização espacial foi instaurada, uma vez que:

Funcionalmente, a cidade de Dourados abriga um conjunto de objetos e ações de maior densidade técnica e informacional que, segundo Santos e Silveira (2006), têm como papel o suprimento imediato e próximo da informação requerida pelas atividades agropecuárias, constituindo “**em intérpretes da técnica e do mundo**” (p. 281). Suas atividades urbanas estão ligadas ao consumo produtivo e, desse modo cumprem seu papel relacional, reunindo estabelecimentos e profissionais envolvidos com a técnica e a ciência. A produção especializada implicou em maior necessidade de complementaridade, gerando maior mercado de trocas. Ao mesmo tempo, o consumo de novas mercadorias traz a incorporação de novas ideias e valores, que territorializam novas relações. Seus objetos urbanos podem indicar sua posição de destaque no Estado de Mato Grosso do Sul, **nessa articulação em rede, dos fluxos entre as cidades**, que vem ritmando o movimento das relações sociais no mundo atual, a posição intermediária de Dourados entre a capital – Campo Grande – e os demais municípios do sul do estado, concretiza **uma centralidade que influencia os demais municípios, tanto em produção, quanto circulação de mercadorias e capital, bem como do fluxo de pessoas e informações** (Araujo & Firmino, 2009, p. 5, grifos nossos).

Assim, as redes econômicas, frutos do capital, atuaram e continuam atuando em Dourados, fortalecendo a inclusão de novos objetos técnicos e a configuração desse território como meio técnico-científico-informacional, pois o município atingiu a atual densidade técnica a partir das relações estabelecidas pelo Brasil (e para fora dele) com o comércio internacional, atribuindo à porções do território, como Dourados, a função de agroexportador. Esse processo “inseriu” Dourados na rede do comércio agrícola mundial, atribuição que remodelou sua configuração espacial, “determinando”, de algum modo, seus novos papéis local, regional, nacional e, de alguma forma, internacional.

3

ESPAÇOS TECNOLOGICAMENTE AVANÇADOS E SUJEITOS EM DOURADOS

A produção espacial é diferente em cada lugar. Apesar do capitalismo se espalhar mundialmente, a sua absorção maior ou menor depende dos conjuntos de elementos específicos contidos em cada território. Assim, os conjuntos de sistemas de ações e de sistemas de objetos, apontados por Milton Santos (1997), como constituintes do espaço, são heterogêneos e, por isso, o meio técnico-científico-informacional não possui uma unidade em sua dimensão, distribuição ou expressão territorial.

Podemos encontrar em um território caracterizado como meio técnico-científico-informacional, lugares em que a densidade técnica é maior e outros em que ela é menor. Esses lugares que possuem uma presença maior de densidade técnica, Firmino (2002) chama de “espaços inteligentes”, o que nos remete a pensar dialeticamente que existem “espaços não-inteligentes”, o que nos leva a discordar dessa classificação, por entendermos que não é possível enquadrar qualquer lugar onde haja ação humana e produção de objetos e ações (os elementos constituintes e produtores socioespaciais) como um espaço não-inteligente, pois até os ritos e tradições (ações) de “povos isolados” (como ainda em partes da Amazônia) possuem uma racionalidade coletiva, tanto que confeccionam utensílios (objetos) para realização dos cerimoniais de suas crenças. Se tais manifestações produzem espaço, esse processo não é aleatório, pois há uma “lógica” coletiva, uma “racionalidade”, expressa naquilo que se entende como real. Deste modo, em especial, a produção espacial realizada nesses lugares não pode ser enquadrada como não-inteligente.

É evidente, no entanto, que a reflexão em relação à presença diferenciada das técnicas nos espaços é de suma importância, porque ela permite analisarmos a existência de particularidades nos espaços do local ao global (ou do global ao local),

mesmo que participantes da pretensa lógica homogeneizadora e dominante do capitalismo.

A partir deste entendimento, observamos que há espaços tecnologicamente avançados e espaços tecnologicamente não-avançados (sempre, é claro, do ponto de vista da lógica hegemônica capitalista). Os primeiros possuem uma maior quantidade de objetos técnicos e por isso também apresentam grande densidade informacional e científica, uma vez que a inserção das técnicas não ocorre somente na materialidade, mas também é processo mental que envolve informação e assimilação para a utilização (a “tecnoesfera” e a “psicoesfera”, de acordo com Milton Santos [1997]). Sem esses outros elementos o objeto não possui significado, logo sua importância e utilização não se realizam. Desta forma, um computador deixa de ser útil se não há o conhecimento de como operá-lo; esse conhecimento é um produto simultaneamente informacional e científico, pois, é informação sistematizada cientificamente, um produto da ciência.

O que determina o aparecimento dos *espaços tecnologicamente avançados* são os níveis de difusão dos impactos do meio técnico-científico-informacional, e o grau de importância econômica e social do território. Porém, é possível que muitas vezes, em uma mesma cidade, surjam diferentes níveis de desenvolvimento tecnológico em lugares diferentes.

Esses *espaços tecnologicamente avançados* determinam o avanço (capitalista) de uma região, pois estão ligados ao grau de importância econômica e social de determinados lugares, por isso podem, “em tese”, serem encontrados em qualquer lugar, independente de sua importância político-estratégica relacionada às novas tecnologias.

A partir desses pressupostos, entendemos que esses espaços podem ser encontrados em Dourados devido a sua importância regional, seu grande número de empresas, seu comércio desenvolvido que mantém relações com o entorno. Além disso, a presença da agroindústria também é um fator determinante na produção desses espaços, pois ao utilizar a tecnologia como insumo de sua produção, por exemplo, um ramo da agroindústria (produção de alimentos derivados de carne) que utiliza-se de alta tecnologia em seu ciclo produtivo, reformulando a sua estrutura espacial, passa a ser considerado um *espaço tecnologicamente avançado*.

Além disso, centros de compras, lazer e cultura mais sofisticados como shoppings, redes de supermercados, bancos, cinemas etc., também são *espaços tecnologicamente avançados* relacionados ao cotidiano, pois estão ligados

diretamente ao processo de “modernização da cidade”¹⁰³. Todavia, esses lugares são distribuídos esparsamente (mas combinadamente) pelos espaços urbano e rural, por isso que em alguns casos são menos perceptíveis, e por suas características altamente ligadas ao uso e o consumo do/no cotidiano, apresentam-se diluídos junto a outros espaços da cidade.

Esses espaços, apesar de altamente disseminados no espaço de Dourados, não são usufruídos da mesma forma por todos os sujeitos, uma vez que eles remetem à relação de consumo capitalista, também desigual. Por isso, não são todos os que podem e conseguem acessá-los. Dada a maneira extremamente seletiva com que estes espaços se instalam, é latente também o fato de privilegiar locais mais valorizados, quando se trata dos espaços relacionados ao uso pelos sujeitos. Dessa forma, espaços como os shoppings, centros culturais etc., muitas vezes ficam além do alcance de grandes parcelas da população.

O fato é que, por se tratar de “espaços-produto” do período histórico atual, isto é, por representarem, de uma maneira geral, a espacialização do modo de produção capitalista, muitos destes espaços trazem consigo as características excludentes próprias do sistema em questão. Além da localização, muitas vezes dificultada e seletiva, o próprio acesso operacional torna-se uma barreira, ou seja, a interface sujeito-máquina transforma-se por si só num imenso obstáculo para o acesso de pessoas que, muitas vezes, estão distantes da própria educação formal-tradicional.

3.1 – A dispersão seletiva da informação em Dourados

No perímetro urbano de Dourados alguns lugares possuem uma maior densidade técnica, como, por exemplo, os estabelecimentos comerciais da região central que utilizam tecnologias computacionais e internet, como máquinas leitoras de cartão de crédito; os bancos com seus sistemas de gerenciamento de dados conectados a *web*, com equipamentos de informática e de segurança, além dos caixas eletrônicos; os supermercados com leitores de código de barra, caixas informatizados e aparelhos de informática para uso administrativo; há lojas *especializadas* em produtos agrícolas como maquinários, fertilizantes e defensivos; estações de rádio e TV, provedores de internet; universidades ...

¹⁰³ Atentando às devidas especificidades, a ideia de “modernização da cidade” deve sofrer as mesmas críticas que apontamos sobre a ideia de “modernização da agricultura”, anteriormente destacadas.

Todos esses lugares são espaços tecnologicamente avançados, que estão distribuídos na cidade, e que muitas vezes não são percebidos pela população porque estão presentes lado a lado com tecnologias “tradicionais”, além do que, em curto prazo de tempo, pelo menos para os sujeitos mais “conectados” às novas tecnologias, o “novo” deixa de sê-lo e passa a ser, em prazos cada vez mais curtos de tempo, percebidos como obsoletos. Nesse mesmo sentido, não podemos deixar de apontar que os “novos” objetos e as “novas” ações, decorrentes da produção de um espaço cada vez mais “tecnologizado”, passam a ser percebidos (ou mesmo nem percebidos), também cada vez mais rapidamente, como objetos e ações “naturais” e não como parte de um movimento de aceleração do tempo e, de forma corolária, do espaço, o que, por sua vez, *acelera* (apressa e preocupa) os próprios sujeitos¹⁰⁴.

A presença desses espaços é perceptível, quando analisamos a distribuição dos objetos técnicos e das informações em Dourados. É possível perceber como que alguns espaços são melhores dotados desses elementos que outros. Um exemplo, nesse sentido, é a distribuição da informação na área urbana de Dourados (como demonstraremos nas figuras a seguir).

¹⁰⁴ O sujeito “moderno” é, como que constituinte de sua condição ontológica, um ser de pressa, apressado, ou de cada vez mais pressa (em qualquer fila este aspecto é rapidamente visível, quando alguém, chegando a sua vez, se “aventura” em fazer de seus passos a calma, a paciência; a irritação é geral). Ao lado da pressa, a “preocupação” também cada vez mais toma conta do sujeito “moderno”. Como apontou Karel Kosik (1995, p. 77), “O homem como “preocupação” não é apenas jogado no mundo, que já existe como realidade pronta e acabada; ele se movo neste mundo, que é criação humana, como em um conjunto de aparelhos que ele é capaz de manejar sem ter de conhecer o verdadeiro movimento deles e a verdade do ser deles. O homem como “preocupação” no seu “assumir a ‘preocupação’”, maneja o telefone, a televisão, o elevador, o automóvel, o bonde, porém mesmo ao manejá-los não se dá conta da realidade técnica e do sentido desses aparelhos”.

Figura 04

Assinaturas da Folha de São Paulo em Dourados

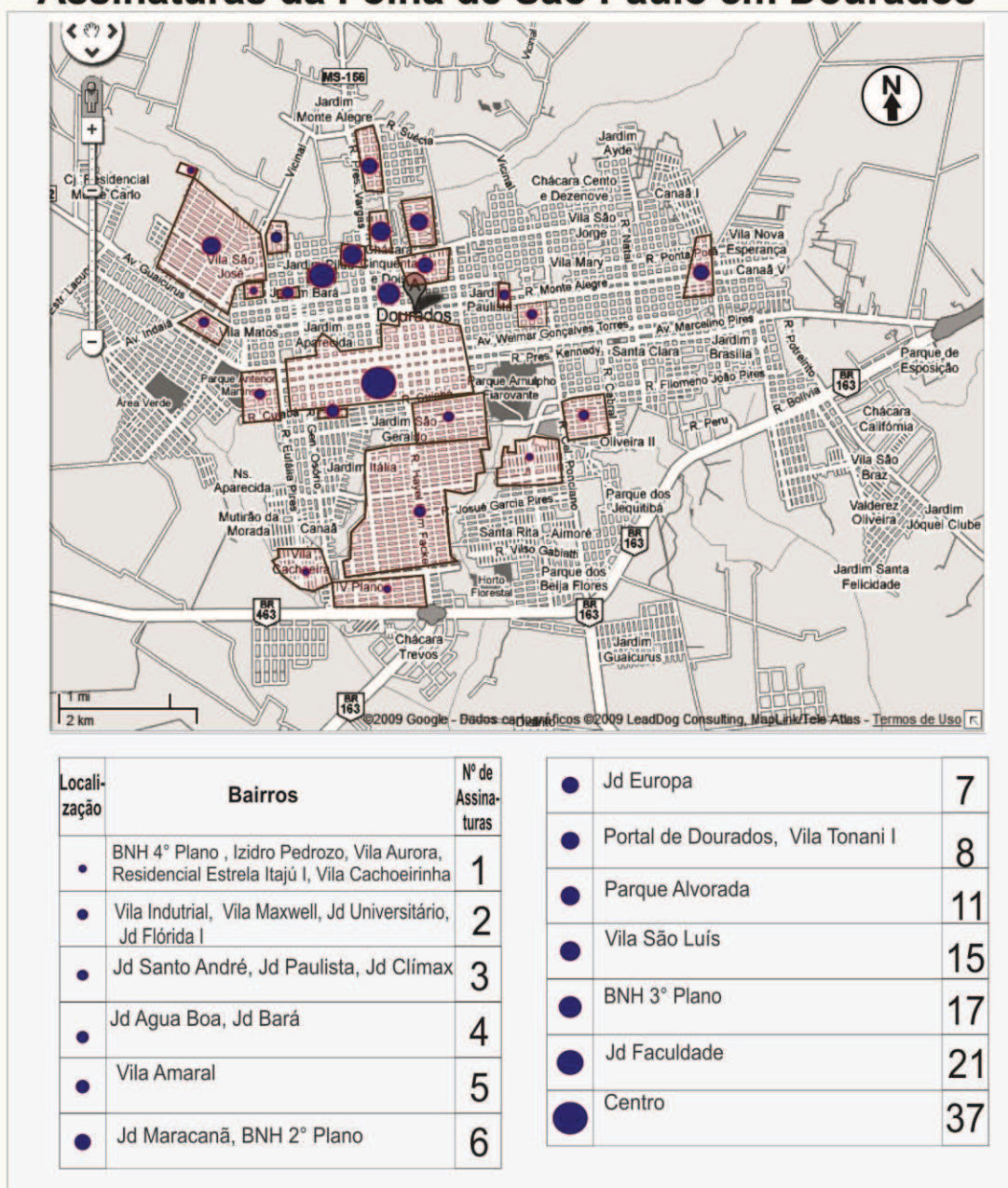


Imagem: Google Maps, 2009. (Modificada).
 Fonte: Folha de São Paulo, 2009.
 Organização: Cabreira, 2009.

Figura 06

Distribuição setorial do Jornal “O Progresso” em Dourados

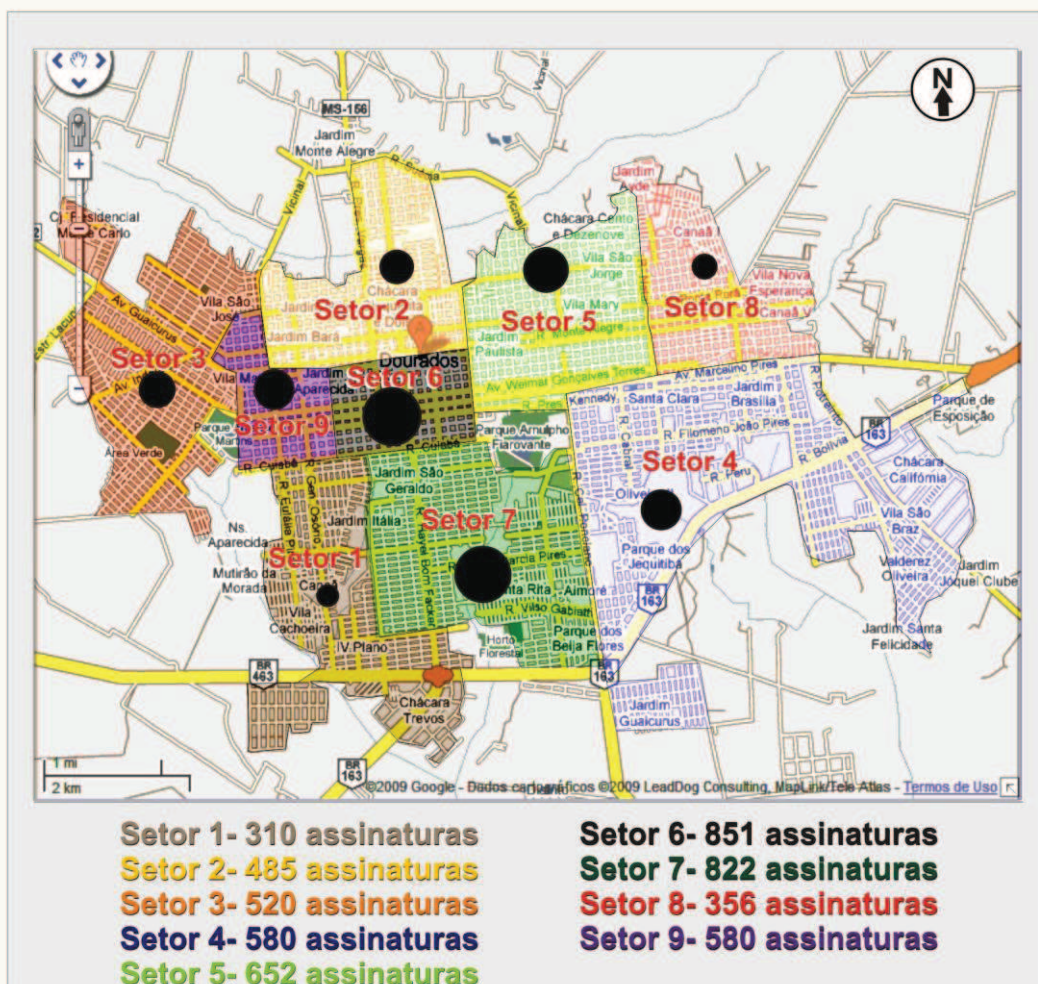


Imagem: Google maps, 2009 (modificada).

Fonte: Jornal “O Progresso”, 2009.

Organização: Cabreira, 2009.

Figura 07

Atuação da Via Cabo TV em Dourados



Imagem: Google Maps, 2009. (Modificada).

Fonte: Via Cabo TV, 2009.

Organização: Cabreira, 2009.

Percebemos que a porção norte da cidade de Dourados possui mais acesso à informação que a porção sul, pois além do número maior de assinaturas dos dois jornais mencionados (Folha de São Paulo, de circulação nacional; e Jornal O Progresso, de circulação local e regional, sobretudo), é a região da cidade de atuação da TV a cabo.

O norte da cidade é a porção espacial que concentra os bairros “nobres” do município, o que explica a atuação da firma “Via Cabo” somente naquela região, pois, como toda empresa, ela possui um público alvo, aquele que ela julga possuir mais condições de adquirir os serviços ou produtos comercializados.

Além do norte, o centro da cidade também possui uma densidade técnica e informacional maior, devido ao grande número de firmas e instituições instaladas

nesse espaço, e, daí, o maior número de pessoas circulantes diariamente.

Este aspecto é observável através da disposição dos órgãos de comunicação no espaço urbano, que além do norte, também aponta o centro como espaço concentrado (vejamos a figura a seguir).

Figura 08

Localização dos órgãos de comunicação em Dourados

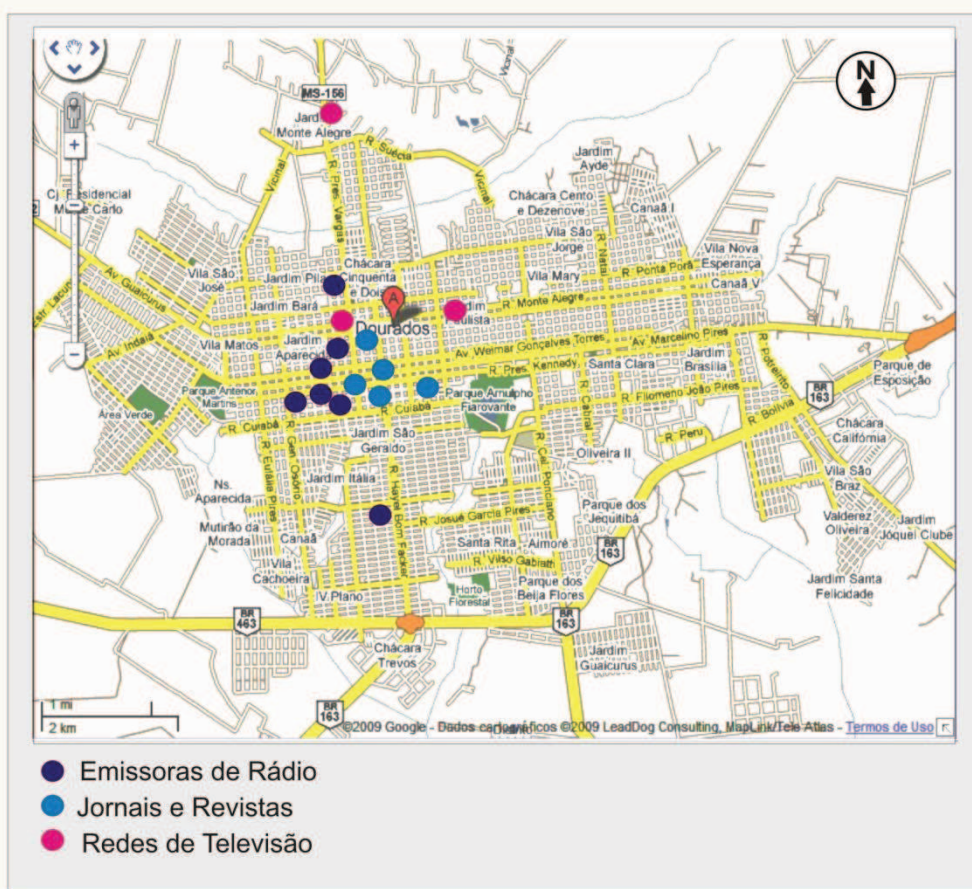


Imagem: Google Maps, 2009. (Modificada).

Fonte: www.dourados.ms.gov.br acessado em 20/07/2009

Organização: Cabreira, 2009.

Essa distribuição desigual das fontes de informação reflete a forma que o meio técnico-científico-informacional se estabelece a serviço do capital e de grupos sociais específicos. Tal aspecto também observamos quando estudamos especificamente as formas de inserção nesse meio através da horizontalidade cotidiana dos sujeitos (o que discutiremos a seguir).

3.2 – Os sujeitos e o espaço da “inclusão/exclusão”

A dispersão dos espaços tecnologicamente avançados é desigual no interior de cada espaço, dessa forma o meio técnico-científico-informacional não é homogêneo em todos os lugares. Como “consequência” desse aspecto, o acesso à tecnologia e informação também ocorre de forma diferente em cada espaço, tanto em diferentes como dentro de segmentos sócio-econômicos. As classes mais abastadas conseguem conviver e se familiarizar com um número maior de objetos tecnológicos modernos e de fontes de informação, em relação aos grupos sociais com menos recursos financeiros.

Esse aspecto faz parte do movimento de apropriação e “desapropriação” (de espaços) típico do capitalismo, no qual, a aquisição de alguns produtos é realizada somente por pessoas específicas, aquelas que possuem o poder de compra maior e por isso são os clientes que mais interessam as firmas, mas também há produtos direcionados às classes mais pobres, afinal, no capitalismo, o consumo se realiza em toda a sociedade, seja em grau maior ou menor.

Nesse processo, a informação é responsável pela disseminação da ideologia dominante, porque a alienação torna-se essencial para a manutenção do sistema, pois as ideias devem ser aceitas, introduzidas no consciente (e inconsciente) para gerar a atmosfera de normalidade das coisas (em aproximação à ideia de “sociedade normalizada”, de Michel Foucault [1996]), logo, a aceitação do que é posto, para que não se perceba que é “manobrado”. Isso ocorre constantemente, principalmente na inserção dos novos objetos técnicos, uma vez que eles são introduzidos não de forma brusca, nem tão pouco violenta, pelo contrário, se manifestam progressivamente e com um aparato de ideias que os legitimam como necessários aos lugares, através da hegemonia.

Desta forma, como processo de pretensa “evolução da sociedade”, as máquinas leitoras de código de barra e as máquinas de cartão de crédito são inseridos na vida das pessoas, mas na realidade esse aspecto é característico das novas formas de produção capitalista, pois esses objetos, que aos poucos são inseridos no espaço como elementos de uma “modernidade necessária”, na realidade são equipamentos que agilizam a fluidez do capital, e não elementos puramente “sociais” de modo a tornar mais “cômoda” a vida das pessoas. Porém, na alienação, isso não é captado, vê-se o superficial, o que está na aparência: a tecnologia (ou os

avanços tecnológicos) como essencial na vida moderna.

Por isso, aqueles que não aderem rapidamente ao movimento de inserção dos novos objetos avançados, são considerados atrasados, “estranhos”, pois o discurso do “senso comum” apresenta alegações como: “só você não usa”! Esse tipo de situação acaba criando o sentimento de estar fora da modernidade, do movimento de “evolução”, o que acaba levando as pessoas a aderirem aos objetos técnicos de forma mais rápida. Todavia, não é somente para se sentir “atualizado” que as pessoas, instituições e firmas aderem às novidades tecnológicas, já que as facilidades que esses equipamentos proporcionam ao cotidiano são, na maioria das vezes, inquestionáveis, afinal eles foram projetados para dinamizarem as tarefas, mas é importante apontar também que a inserção desses elementos “novos” cria a necessidade de constante aprimoramento, ou seja, uma constante busca pela atualização, o “vício” de querer possuir sempre o que for mais “moderno” no mercado.

Essa condição é importante para fomentar o consumo, já que a busca constante de conexão ao “moderno” globalizante gera a necessidade de substituição dos objetos utilizados, por outros objetos cada vez mais “modernos”. Dessa forma, a indústria capitalista é alimentada (tendo o consumo como um dos momentos mais importantes), uma vez que o consumo é a base essencial para o fortalecimento das economias capitalisticamente conectadas, desde as locais à global.

Assim, aos poucos (que pode ser alguns dias ou vários anos), os espaços são unidos (desigualmente) pelas novas tecnologias. Nesse movimento, as novas tecnologias transformam o espaço, criando condições de maior fluidez para o capital. Como “consequência” disso, o cotidiano dos sujeitos, instituições e firmas é reformulado, novas práticas surgem, novos hábitos se tornam rotineiros, novos elementos passam a ter uma importância fundamental nas relações sociais: um “novo” cotidiano se torna hegemônico¹⁰⁵. Um exemplo, nesse sentido, é a *internet*, que liga as pessoas ao “mundo”, facilitando a comunicação, aproximando aqueles que estavam distantes e que se tornou uma peça fundamental para muitos sujeitos, pois é comum ouvirmos falar de pessoas que se conheceram pela *internet*, ou que namoram digitalmente pela *web*; pessoas que possuem trabalhos que dependem desse fluxo informacional, como os desenvolvedores de *sites*, proprietários de páginas que vendem produtos pela rede de computadores, ou autônomos que utilizam a *internet* para o *marketing* e a ampliação de suas possibilidades de trabalho

¹⁰⁵ Aliás, a condição de hegemonia de práticas e ideias se efetiva quando é expressão do próprio cotidiano, portanto, não como excepcionalidade, mas como norma.

e negócio.

Podemos dizer, como exemplo, que há vinte anos tais relações eram completamente estranhas à maioria, mas hoje participam como parte indissociável – ou parte – do cotidiano. As transformações encadeadas pelo desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional são inúmeras, e como todas as mudanças na sociedade, o processo é conduzido por interesses de classe que buscam se legitimar.

Em todo processo que tem como centralidade a lógica capitalista, há pessoas que são direta ou indiretamente excluídas do movimento de acesso às novas tecnologias, e outras que não acessam totalmente essa dinâmica. No primeiro grupo, estão inseridos os sujeitos que frequentam espaços tecnologicamente avançados, porém não possuem condições financeiras de adquirir os objetos que veem. Alguns já entronizaram a ideia de necessidade dos equipamentos modernos, mesmo sem os ter, uma vez que a ideologia se irradia em todo o território e é captada por todos aqueles que participam dos lugares mais conectados ao movimento moderno, pois a necessidade não surge de forma aleatória, sendo preciso um conjunto de situações cotidianas que demonstrem as vantagens na adesão ao novo. Isso só irá ocorrer no meio em que este sujeito já está inserido ou por informações nos lugares que ele está presente, ou seja, é necessário conhecer para se querer, é preciso que haja elementos que apontem a importância de possuir os objetos técnicos modernos. Nesse sentido, não adianta um computador, se não se vê a necessidade de tê-lo. Por isso, as necessidades são criadas e ideologicamente transmitidas, alimentando o consumo.

A partir do desejo de ter e a realidade de não ter, é que a condição e mesmo o sentimento de exclusão se alicerça nos sujeitos, uma vez que o “meio vivido” apresenta inúmeras vantagens em possuir o objeto “necessitado”. Essa condição é essencial, porque não há exclusão sem a ideia de inclusão. Partindo desse pressuposto, podemos dizer que o meio técnico-científico-informacional simultaneamente gera incluídos e excluídos, aqueles que têm e aqueles que apenas possuem o desejo de ter.

O espaço da “inclusão/exclusão”, em especial quando relacionado ao “espaço virtual”¹⁰⁶, tende a atingir, como processo de exclusão, os sujeitos mais velhos, pois

¹⁰⁶ Para os fins deste trabalho, tratamos como “espaço virtual” aquele ligado às relações estabelecidas pelas conexões via internet, que vão desde as conexões pessoais via “correio eletrônico” (emails, “msn”, “orkut”, blogs...) às transações virtuais do mercado global (como na mobilidade de grandes capitais de uma para outra parte do mundo, exemplificada pelo grande “cassino” de capitais “jogado” diariamente junto às grandes bolsas de ações e valores).

são menos participantes, na extensão da vida, dos “modernos” objetos e ações do cotidiano ditado pelas relações virtuais. É evidente também que esta “inclusão/exclusão” também está ligada à condição de classe dos sujeitos, atingindo, principalmente, os pobres. Os aposentados (mais pobres) são exemplo típico desses sujeitos, pois muitos não conseguem manusear sem ajuda de terceiros um “caixa eletrônico bancário”, e provavelmente gostariam que o sistema antigo de atendimento (feito por pessoas) retornasse.

Fundamentalmente, entendemos que a produção e reprodução do meio técnico-científico-informacional transforma a vida das pessoas, incluindo ou excluindo-as. Isso ocorre porque o capitalismo segue os ditames de uma elite hegemônica que, impõe as condições que lhes são favoráveis, e, aos demais sujeitos, é imposta a condição de se adaptar. Isso não ocorre rapidamente, às vezes nunca chega a ocorrer, promovendo a convivência indesejada entre sujeitos e novas técnicas.

3.3 – Os sujeitos e o meio técnico-científico-informacional em Dourados

O meio técnico-científico-informacional se espraia, se faz e se refaz desigualmente. Buscando pensar este espaço, colhemos e analisamos informações que, mesmo que de forma parcial, nos possibilitam compreender a expressão dessa desigualdade.

As informações coletadas apontam que o acesso às novas tecnologias ocorre de forma diferenciada e desigual, de acordo com a localidade em que o sujeito habita (localidade também expressão do espaço desigual).

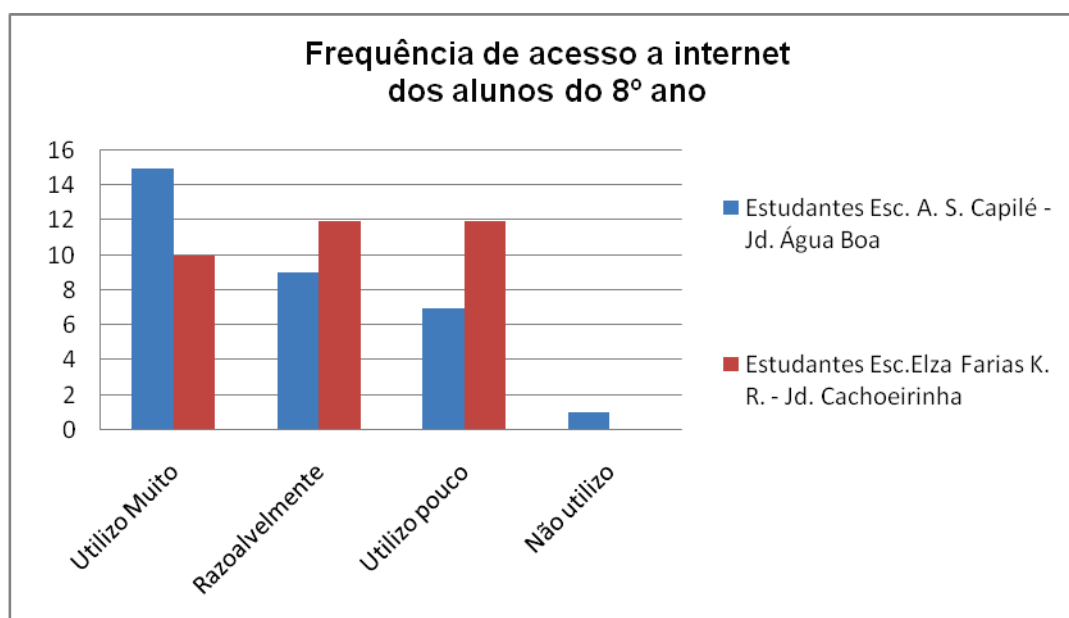
Vamos aos dados. Um aluno da Escola Elza Farias, situada na Vila Cachoeirinha, periferia de Dourados (que abriga pessoas das classes D e E¹⁰⁷, sobretudo), se conecta à *internet* durante 2 horas diárias, em cerca de 3,8 dias por semana; já um aluno da Escola Capilé, localizada no jardim Água Boa, o bairro mais populoso do município (que abriga pessoas da classe C e B2, sobretudo), acessa a

¹⁰⁷ Utilizamos o Critério Brasil da ABEP (2008), que define “classe A” pessoas de renda média familiar de R\$ 6.554,00 (A2) a 9.733 (A1); “classe B” pessoas de renda média familiar de R\$ 2.013 (B2) a 3.4790 (B1); “classe C” pessoas de renda média familiar de R\$ 726,00 (C2) a 1.195 (C1); “classe D” de renda média familiar de R\$ 485,00; “classe E” de renda média familiar de R\$ 277,00.

internet em média durante 3 horas e 45 minutos diárias, em cerca de 5,3 dias por semana.

Outro aspecto está relacionado à frequência de acesso à *internet* pelos alunos. Pelos dados das duas escolas, constata-se que o uso é frequente para a maioria, prevalecendo, mesmo que com diferença não muito expressiva, o “utilizo muito” para alunos da escola do Jardim Água Boa, no que podemos inferir que as condições sócio-econômicas são condicionantes importantes para o uso (de acordo com gráfico a seguir).

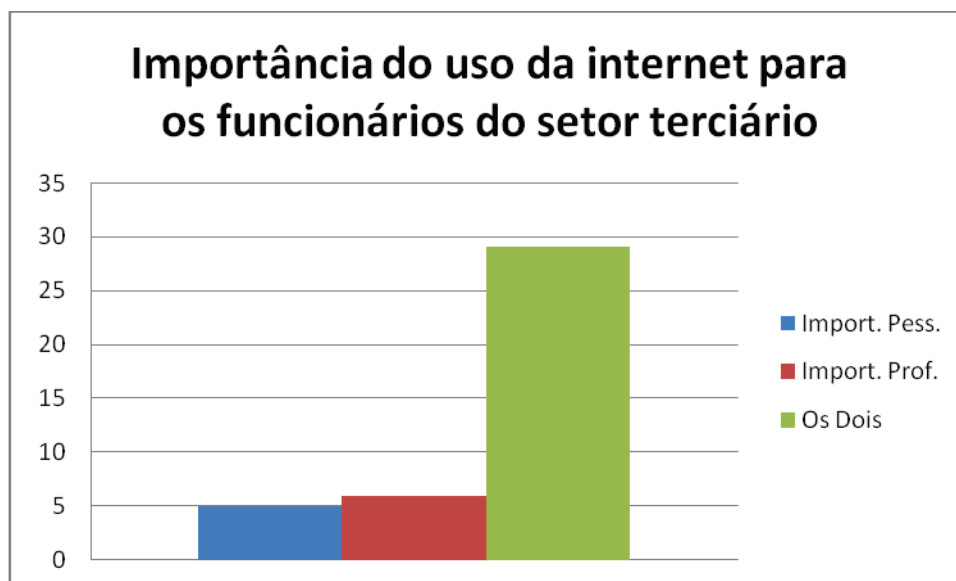
Gráfico 07



Fonte: Trabalho de campo, 2009.

A diferença do uso da *internet* também ocorre na comparação entre a população adulta e os alunos, como constamos perante trabalhadores dos setores comercial e de serviços em Dourados, ao mesmo tempo em que o uso da *internet*, para os primeiros, também muda substancialmente em função da participação do computador como “meio” de trabalho (conforme apontam o gráfico e a tabela a seguir).

Gráfico 08



Fonte: Trabalho de campo, 2009.

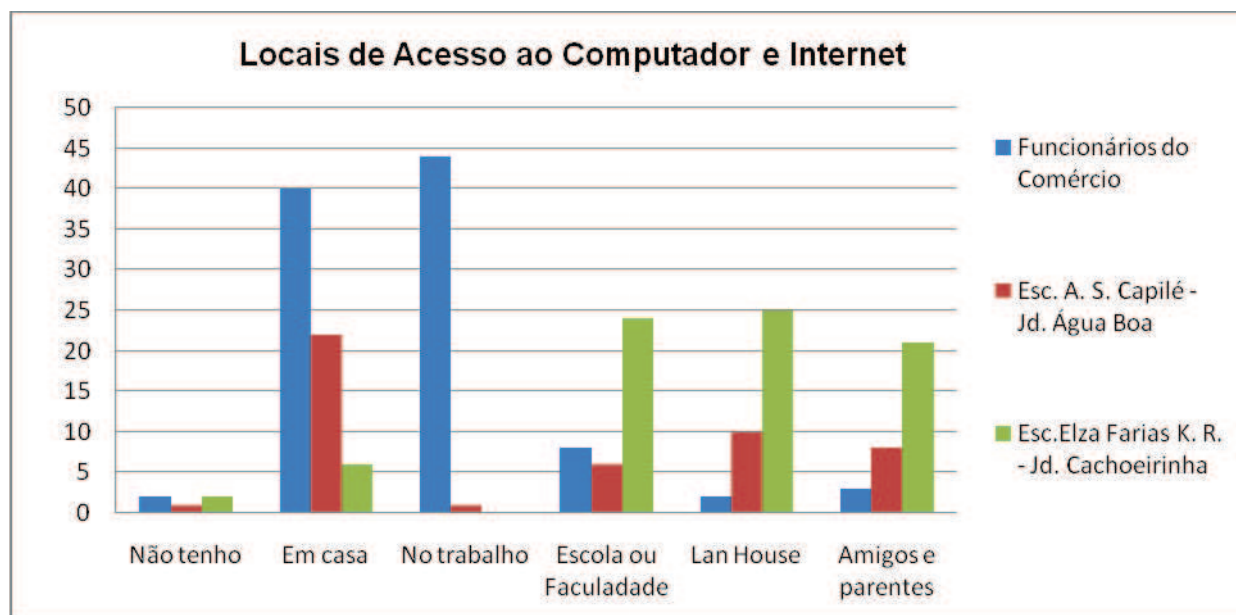
Tabela 09: Frequência de acesso a internet dos funcionários do setor terciário

Setores do Terciário	Número de entrevistados	Dias por Semana	Horas de Internet Diárias
Com. de Máquinas, Tratores e Colheitadeiras	5	6,5	5,5
Com. de Máquinas e Peças	9	6	6,5
Com. de Móveis e Eletrodomésticos	6	6	2
Com. e Man. de Prod. de Informática	5	6	10,5
Com. de Confeções, Calçados e Mat. Esportivos	19	4,5	2,5
Supermercados	8	5	1,5
Com. de Sementes, Rações e Fertilizantes	6	7	6
Média		5,8	4h. 54min.

Fonte: Trabalho de campo, 2009.

Além da diferenciação em relação ao tempo de uso e as razões do acesso ao computador e *internet*, percebemos também que há distinção entre os entrevistados no que se refere aos locais de acesso a essas tecnologias (conforme o seguinte gráfico).

Gráfico 09



Fonte: Trabalho de campo, 2009.

Percebemos que entre os adultos o acesso ocorre com mais frequência no local de trabalho e nas residências. Porém, cabe uma ressalva no segundo dado, pois quando estávamos realizando o trabalho de campo e deixávamos os questionários para serem preenchidos nos estabelecimentos, os mesmos foram respondidos cerca de 50% por gerentes ou responsáveis por setores, que são aqueles sujeitos que possuem, na maioria das vezes, salários melhores que os demais funcionários da empresa, o que explica o fato do número de acessos realizados em residências ser alto. Independentemente dessa questão, percebemos que o local de trabalho se apresenta como uma fonte importante de inclusão ao mundo digital.

Já entre os alunos dos bairros periféricos, a fonte principal de acesso ocorre em *Lan Houses*, seguido pela escola e residência de terceiros. As *Lan Houses* são estabelecimentos onde os usuários pagam um valor referente ao tempo de utilização da estrutura de *hardware*, *software* e *internet* do local. Esses lugares, como espaços tecnologicamente avançados, se expandiram grandemente pelo perímetro urbano devido à demanda da população mais pobre em formas alternativas de conexão com o mundo digital.

A partir do gráfico seguinte, também é possível perceber a importância que a escola assume no papel de agente integrador das novas tecnologias da informação. Isso ocorre porque o Ministério da Educação (MEC) implantou uma política de

inclusão digital, em que por meio de diversos programas e órgãos¹⁰⁸ busca incluir os sujeitos, e principalmente os alunos, nessa nova dinâmica comunicacional da sociedade. Nessa política, o programa responsável pela inserção de salas de informática nas escolas é o “ProInfo”, que foi:

[...] inicialmente denominado de Programa Nacional de Informática na Educação, criado pelo Ministério da Educação, através da portaria nº 522 em 09/04/1997, com a finalidade de promover o uso da Telemática como ferramenta de enriquecimento pedagógico no ensino público fundamental e médio [...] A partir de 12 de dezembro de 2007, mediante a criação do decreto nº 6.300 o ProInfo passou a ser Programa Nacional de Tecnologia Educacional, tendo como principal objetivo promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de educação básica [...] O funcionamento do ProInfo se dá de forma descentralizada, existindo em cada unidade da Federação uma Coordenação Estadual, e os Núcleos de Tecnologia Educacional - NTE, dotados de infra-estrutura de informática e comunicação que reúnem educadores e especialistas em tecnologia de hardware e software [...] O programa contempla ações de formação que contribuam para dinamizar os processos de ensino e de aprendizagem, desenvolver potencialidades, habilidades e conhecimentos específicos (www.rn.gov.br, acessado em 24/08/2009).

Através desse programa, equipamentos como computadores e impressoras foram doados às escolas para implantação das Salas de Tecnologia Educacional (STE), que dispõem de micro-computadores conectados à *internet* e professores com conhecimentos de informática remunerados pelo município ou estado. Esses espaços, em alguns municípios e distritos, são as únicas formas de acesso ao computador e *internet* que os alunos possuem.

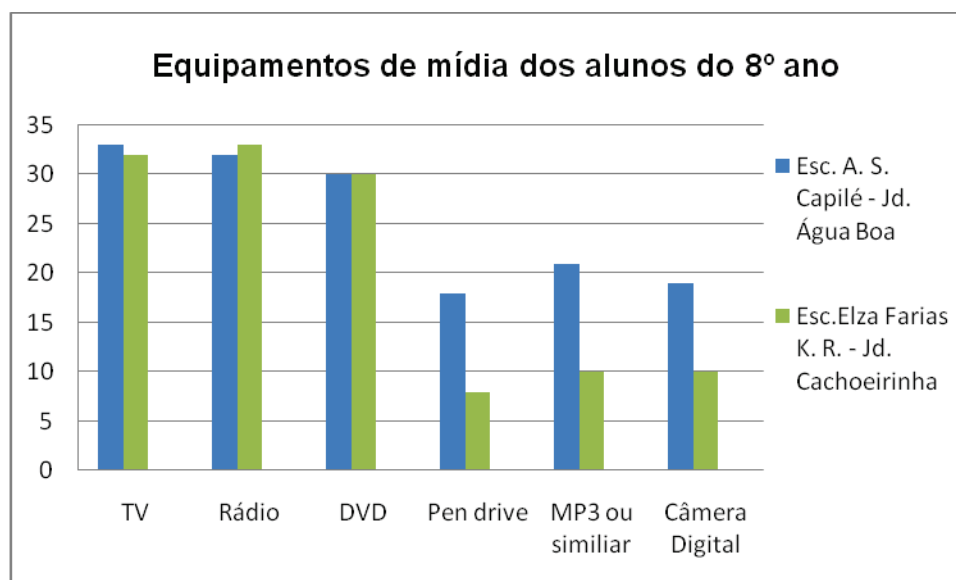
Outro aspecto que procuramos aferir, foi o acesso aos aparelhos de mídia¹⁰⁹ (já que além de serem objetos técnicos do meio técnico-científico-informacional, são

¹⁰⁸ A saber: Casa Brasil, Centros de Inclusão Digital, Computador para Todos, CVT - Centros Vocacionais Tecnológicos, Gesac - Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão, Kits Telecentros, Maré - Telecentros da Pesca, Observatório Nacional de Inclusão Digital, Pontos de Cultura - Cultura Digital, Programa Banda Larga nas Escolas, Programa Computador Portátil para Professores, Programa Estação Digital, Programa SERPRO de Inclusão Digital - PSID, Projeto Computadores para Inclusão, Quiosque do Cidadão, Telecentros Banco do Brasil, Territórios Digitais, TIN - Telecentros de Informação e Negócios, UCA - Projeto Um Computador Por Aluno (<http://www.inclusaodigital.gov.br/inclusao/outros-programas>, acessado em 24/08/2009).

¹⁰⁹ Termo usado para referenciar um vasto e complexo sistema de expressão e de comunicação. Literalmente "mídia" é o plural da palavra "meio", cujos correspondentes em latim são "media" e "médiun", respectivamente. Na atualidade, mídias é uma terminologia usada para: suporte de difusão e veiculação da informação (rádio, televisão, jornal), para gerar informação (máquina fotográfica e filmadora). A mídia também é organizada pela maneira como uma informação é transformada e disseminada (mídia impressa, mídia eletrônica, mídia digital...), além do seu aparato físico ou tecnológico empregado no registro de informações (fitas de videocassete, CD-ROM, DVDs).

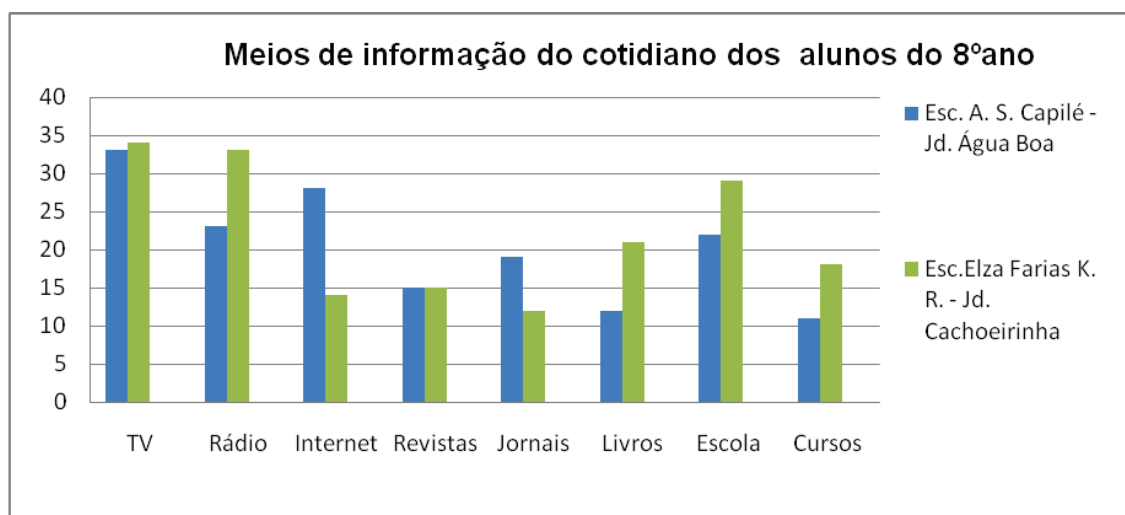
importantes meios de difusão de informação), a fontes de informação do cotidiano e aos meios de informações considerados importantes pelos alunos (vejamos os gráficos seguintes).

Gráfico 10



Fonte: Trabalho de campo, 2009.

Gráfico 11



Fonte: Trabalho de campo, 2009.

Percebemos que os equipamentos de mídia tradicionais (TV e Rádio) são utilizados na mesma proporção entre os alunos das duas escolas, mas os equipamentos de mídia que precisam de computador no processo de utilização (*pen drive*, *mp3 player* e câmera digital), o nível de acesso é menor entre os alunos de condições sócio-econômicas mais precárias. Ou seja, a “precarização” no acesso e

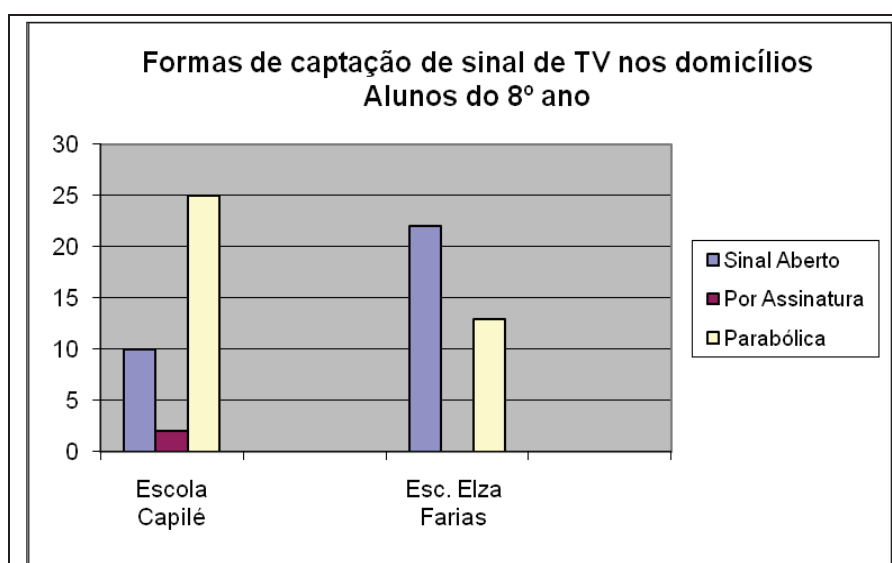
uso dos equipamentos de mídia é correlata à precarização das condições de existência.

Outro aspecto apontado, é que apesar de conviver com materiais de formação e informação impressos, pois todos os alunos estudam com os livros disponibilizados pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), os discentes não consideram esses recursos como as suas principais fontes de informação, uma vez que a televisão e o rádio ocupam essa posição mais importante entre ambos os grupos de alunos.

Especificamente, entre os alunos do Jardim Água Boa, a *internet* ocupa um lugar de destaque como meio de informação, maior que para os alunos da escola da Vila Cachoeirinha, o que é explicado pelas condições de melhor acesso e uso. Mas também é importante destacar, inversamente, como para os mais pobres ainda o rádio tem papel considerável como meio de informação, com tendência de queda para os grupos sócio-econômicos melhores. Ou seja, mesmo que outros meios de informação passem a ocupar o cotidiano dos sujeitos, isso não significa que meios mais “tradicionais” deixem de existir, mas acabam, mesmo que de forma reduzida, coexistindo com os meios mais “modernos”.

Sobre o uso da televisão, os dois bairros apontam diferenciações em relação à forma de captação de sinal (vejamos no gráfico seguinte).

Gráfico 12

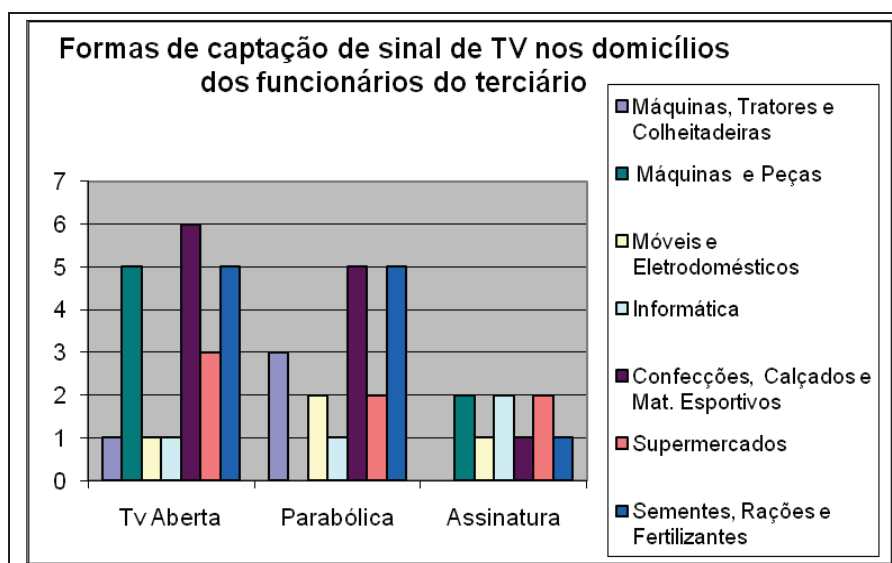


Fonte: Trabalho de campo, 2009.

O uso do sinal de TV por assinatura não ocorre no grupo residente na Vila Cachoeirinha, o que é “normal” por se tratar de uma população com menos recursos financeiros. Porém, uma questão de destaque é a grande demanda na utilização do sinal captado por antena parabólica, inclusive entre os alunos da Escola Elza Farias, o que aponta – podemos inferir – que a população, além de buscar maior diversificação na programação televisiva, também se mostra insatisfeita com o que é “obrigada” a assistir por meio dos sinais da “TV aberta”.

No tocante ao tempo médio diário de uso da televisão, entre a população adulta o tempo de uso é de 2 horas e 18 minutos, em média, ocorrendo de forma variada. Entre os seguimentos do terciário estudados, o grupo que atua no comércio de confecções, calçados e materiais esportivos são os que mais assistem TV, e os que menos assistem são funcionários que trabalham nos segmentos de informática e comércio de móveis e eletrodomésticos.

Gráfico 13

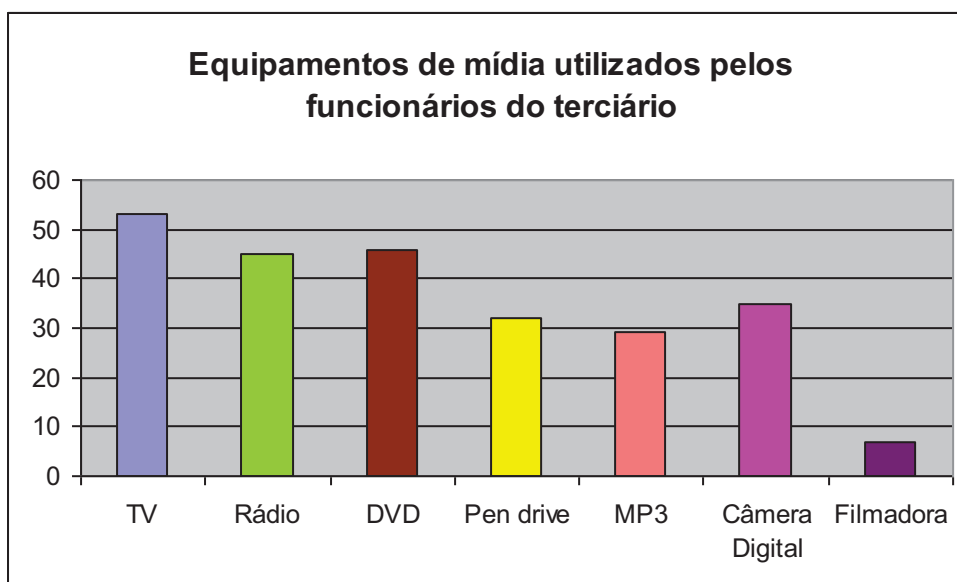


Fonte: Trabalho de campo, 2009.

Além da TV, outros equipamentos de mídia também foram pesquisados entre os trabalhadores, e percebemos que a utilização dos aparelhos que necessitam do computador no processo de manuseio ocorre em número expressivo. Somado a isso, o rádio, mesmo ainda ocupando uma posição importante como aparelho mais utilizado como fonte de informação, perde espaço – além da TV – para a *internet* e

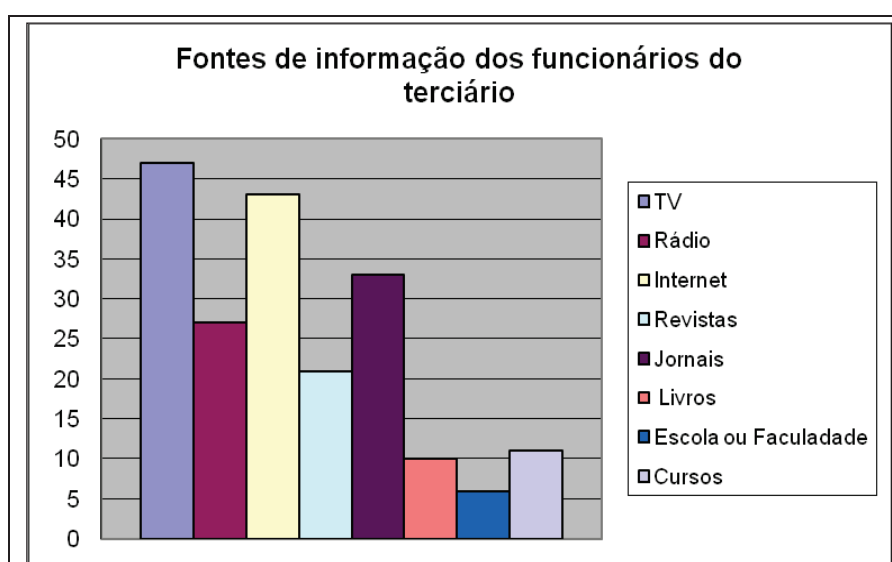
para os jornais.

Gráfico 14



Fonte: Trabalho de campo, 2009.

Gráfico 15



Fonte: Trabalho de campo, 2009.

Percebe-se que há uma inexpressiva referência às fontes tradicionais de aprender (livros, escola, faculdade e cursos), isto nos remete a refletir os processos

pedagógicos e as atuais estruturas das instituições de ensino, que aparentemente não atraem o interesse da população. Todavia, esse não é o foco de nosso trabalho, por isso não vamos aprofundar nessa questão, porém abri-se possibilidades de futuras pesquisas e discussões relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem no contexto do meio técnico-científico-informacional.

Nos gráficos observa-se também, a utilização com maior ênfase das mídias impressas, com ênfase aos jornais, é explicada pelo fato de que é “normal” muitos comerciantes assinarem algum jornal, também disponibilizando-o para leitura, aos seus funcionários, o mesmo também ocorrendo com a *internet*. Desta forma, muitas vezes, a informação é adquirida “sem” o desprovemento de recursos financeiros por parte dos funcionários.

Se o acesso à informação é heterogêneo, tal aspecto não ocorre em relação ao uso da telefonia, pois todos os entrevistados do terciário possuíam telefone *celular*. A diferenciação ocorre em relação ao serviço de telefonia fixa, já que 45% dos profissionais do terciário ainda não dispõem deste tipo de serviço em suas residências, mesmo usufruindo do telefone *celular*. A razão de maior uso da telefonia móvel em relação a fixa, parece decorrer do custo maior em manter um telefone fixo, uma vez que a cobrança desse serviço é mensal e, com o *celular*, apesar do custo de ligação ser maior, há possibilidade de flexibilidade, pois é possível ficar períodos sem recarregar os aparelhos, mas continuando usando-o para receber ligações. Esse aspecto facilita o acesso, uma vez que o usuário pode escolher quanto e quando recarregar, permitindo que o acesso se adapte às condições financeiras de cada um.

Essa facilidade do telefone pré-pago permite que esta modalidade de telefone atinja o maior número de pessoas, por isso, dos 124,12 milhões de celulares em uso em 2008, no Brasil, 100,38 milhões de aparelhos foram pré-pagos, enquanto que os pós-pagos somavam 23,74 milhões (<http://g1.globo.com> acessado em 31/08/2009).

É importante frisar que muitos dos celulares adquiridos pela população de baixa renda são comprados em revenda de usados. Essa é uma prática que vem se ampliando e simultaneamente aumentando a possibilidade de acesso a esse tipo de equipamento. Desse modo:

O comércio de telefones celulares usados está ajudando a classes mais baixas a ter acesso à telefonia móvel. De acordo com uma pesquisa realizada em todo o país, o número de usuários de baixa renda cresceu 14% em um ano. Hoje, mais da metade dos brasileiros

das classes D e E têm celulares. "Hoje existem aproximadamente 8 milhões de celulares de segunda mão, que chegam aos indivíduos através desse mercado secundário. Ele é mais forte quanto mais baixo o poder aquisitivo", explica a coordenadora de pesquisa Maria Andrea Murati. A velocidade dos lançamentos e a evolução tecnológica são responsáveis pelo avanço do mercado de aparelhos usados. No ano passado, de cada quatro celulares habilitados, um era de segunda mão (<http://g1.globo.com> acessado em 31/08/2009).

À medida que a ampliação do uso dessa tecnologia ocorre, também aumenta a utilização desse equipamento por jovens e até crianças. Uma pesquisa realizada em 2006 pela empresa "Vivo" (empresa de telefonia móvel), revelou que houve um aumento de 33% do uso de celular entre crianças de 7 a 13 anos de idade, em relação a 2005 (Folha de São Paulo, 06/03/2007).

O uso do celular em grande escala também ocorre entre os adolescentes, uma vez que 89% dos alunos entrevistados nas duas escolas possuíam esse aparelho. E, segundo o IBGE, em 2005, 47,4% dos estudantes de 10 anos ou mais de idade, em Mato Grosso do Sul, tinham celular para uso pessoal; no índice geral da população do estado, esse número era de 48,7, o que deixava o estado na 8ª posição entre as grandes regiões do país (veja tabela abaixo). De forma semelhante, o uso do celular atingia 48,7% da população do Centro Oeste, enquanto que no Brasil esse número era de 36,7%, índice que aumentou progressivamente, uma vez que em 2007, segundo a ICT Statistics Database (IBGE, 2009), 63,08 de cada 100 habitantes do país eram assinantes de telefonia celular. Já em fevereiro de 2008, o país fechou o mês com 124,12 milhões de celulares, alta de 1,03% em relação a janeiro de 2006. Desse modo, o número de celulares por habitante cresceu para 65,09 aparelhos em cada grupo de cem pessoas, segundo a ANATEL (<http://g1.globo.com> acessado em 31/08/2009).

Tabela 09: Pessoas de 10 anos ou mais de idade que tinham telefone móvel para uso pessoal, por Grandes Regiões - 2005

Região	Possuíam (%)	Não Possuíam (%)
1-Distrito Federal	66,3	33,7
2-Região Metropolitana de Porto Alegre	63,3	36,7
3-Rio Grande do Sul	54,7	45,3
4-Região Metropolitana de Curitiba	52,4	47,6
5-Região Metropolitana de Belo Horizonte	51,7	48,2
6-Região Metropolitana do Rio de Janeiro	51,4	48,6
7-Rio de Janeiro	48,7	51,3

8-Mato Grosso do Sul	48,7	51,3
9-Santa Catarina	45,9	54,1
10-Região Metropolitana de Recife	45,4	54,6
11-Região Metropolitana de Salvador	44,6	55,4
12-Região Metropolitana de São Paulo	44,5	55,5
13-Goiás	43,6	56,4
14-Paraná	40,9	59,1
15-São Paulo	40,7	59,2

Fonte: www.ibge.gov.br, acessado em 31/08/2009.

Percebemos que a difusão da informação e das técnicas, com a sua *cientificidade*, ocorre promovendo prioridade de acesso aos grupos mais abastados da sociedade, enquanto que os mais pobres acabam vivenciando um acesso indireto através de elementos presentes no espaço, mas que não estão ao seu controle, como é caso de “leitores de código de barra” dos supermercados, dos sistemas informatizados das empresas públicas e privadas que lhe prestam serviço, das instituições financeiras que frequentam, como casas lotéricas, empresas de consignatos, etc.

Desta forma, os sujeitos desiguais convivem com ambientes desiguais, em que as novas técnicas e os novos fluxos informacionais estão presentes, mas os mais pobres apresentam maiores dificuldades em acessar diretamente esses recursos. Até mesmo nas *Lan Houses*, onde as pessoas possuem o contato direto com a máquina, o acesso é indireto, pois ele ocorre mediante o pagamento de um valor referente ao tempo de disponibilidade ao uso do equipamento e da *internet*, ou seja, o contato com os meios é direto, mas o acesso a esses meios é sempre parcial e extremamente condicionado, uma vez que o aluguel define um uso temporário.

Apesar desse aspecto, muitas pessoas entram em contato, mesmo que esporadicamente, com o computador e a *internet*, por exemplo. Somando a isso, a comunicação à distância por meio de celulares já é algo banal em Dourados. Compreendemos, nesses elementos, que o meio técnico-científico-informacional presente no espaço urbano é usufruído não só pelas empresas, mas também pelas pessoas, porém, de formas variadas, ou seja, uns acessam com mais ênfase e outros com mais dificuldades. Apesar dessas dificuldades, os sujeitos frequentam espaços tecnologicamente avançados, mas nesse processo eles não possuem o domínio de uso das tecnologias existentes nesses lugares.

Tal situação poderia mudar se o governo oferecesse mais facilidades ao

acesso ao computador e a *internet*, por exemplo, através de “centros públicos de inclusão digital”. Esses lugares não precisariam de equipamentos sofisticados, pois a atual estrutura da rede de computadores mundiais já permite o desprendimento do usuário a um computador fixo, uma vez que há vários sites especializados no armazenamento de dados gratuitamente ([FileHosting-cc](#), [FileXoom](#), [Host-A](#), [KeepMyFile](#), [FileWind](#) [iHud](#), [FreeFileHost](#)...), o que permite que qualquer pessoa possa ter vários megas de informações pessoais que podem ser acessadas em qualquer lugar em que existir um computador conectado à *internet*, por meio de uma senha. Esses sites são apenas breves ramificações de um novo conceito que surge na *Web*, a “navegação em nuvem” (“*cloud computing*”), que se baseia na utilização da *internet* como um grande computador, com seus arquivos e programas rodando virtual e gratuitamente, sem a necessidade de tê-los em sua máquina.

Assim:

A vantagem é poder acessar os arquivos de qualquer lugar: a informação não está "trancada" na memória de um computador. Para a grande massa de indivíduos, essa é a novidade mais importante imediatamente trazida pela nuvem. Ela marca o fim de um universo digital "PC-cêntrico". Computadores de grande memória e poder de processamento ainda terão sua utilidade em casa – mas, definitivamente, não serão indispensáveis [...] A nuvem é **um fator de democratização** das oportunidades de negócio. Ela significa que qualquer empreendedor pode ter um supercomputador – ainda que virtual – à sua disposição (Rydlewski, 2009, 67).

Essa tecnologia é possível devido à expansão dos “centros de dados” (“*data centers*”) de muitas empresas ligadas à *internet*, uma delas é a “Google”, que vem investindo maciçamente nesse tipo de espaço tecnologicamente avançado, visando tornar realidade esse conceito tecnológico, que segundo a empresa traria a definitiva inclusão das camadas mais pobres da população no mundo digital, conforme aponta Eric Schmidt, atual presidente da “Google”, em reportagem do site G1:

[...] num futuro próximo os computadores poderão ser muito mais baratos e usarão programas oferecidos quase sempre de graça, pela internet. Seria a definitiva inclusão das camadas mais pobres da população no mundo digital [...] Com a informação na internet, os computadores vão precisar de menos capacidade, podem ser reduzidos a uma configuração mínima e tendem a ficar muito mais baratos. "A computação nas nuvens é a maneira mais simples e barata de se ter acesso à internet. Pessoas com pouco dinheiro hoje

não têm acesso a computadores. E nós poderemos oferecer esse acesso", diz Schmidt. Quem ouve, até pensa que o executivo está fazendo filantropia. Mas, não se engane, ele está sempre falando de negócios. De olho em competidores gigantes, como a Microsoft. "Eu diria que o computador do futuro é a internet", afirma Eric Schmidt [...] "Hoje, se você tem um problema no computador, está tudo perdido, é terrível. Mas, com a computação nas nuvens, não importa se você usa o celular, o computador ou qualquer outro aparelho, tudo estará guardado na internet." (<http://g1.globo.com> em 06/05/08).

Percebemos que as empresas estão investindo em tecnologias para ampliar o número de pessoas que acessam a *internet*, o que para elas significa a ampliação de seus negócios para atingir públicos que até o momento possuem dificuldades financeiras de acesso à rede. Diante dessa realidade, caberia ao poder público o seu papel de promoção da cidadania, promovendo oportunidades de integração dos grupos sociais mais pobres da sociedade à essa *esfera virtual* do *mundo real*, permitindo, através de "centros públicos de inclusão digital", a possibilidade de acesso à virtualidade que cada vez mais se torna um aspecto cotidiano do meio técnico-científico-informacional.

PARA NÃO CONCLUIR...

A sociedade pode ser analisada a partir das técnicas, pois elas são parte das expressões materiais (porque usadas como práticas) e imateriais (porque usadas como “racionalidade”) da produção espacial. No conjunto de produção socioespacial há bases fixas (objetos) e móveis (fluxos e ações), porém, o que aparentemente é imóvel aos olhos é também movimento, pois representa o giro de processos de produção, isto é, os *fixos* e *fluxos* representam a mobilidade “racional”, e muitas vezes econômica, de um conjunto social em dado período têmporo-espacial. Desta forma, a cada período temos objetos diferentes, que representam parte do movimento socioespacial de um lugar. Assim, também cada período expressa momentos da transformação social como *movimento imobilizado* e *imobilidade em movimento*, pois todo movimento também se “fixa” nos objetos e ações e toda fixidez nunca é absolutamente destituída de *fluxo*.

Por isso, é impossível separar a técnica da ação humana, porque uma é parte indissociável da outra. Cada ação promove um movimento e a técnica é justamente a materialização desse processo. Desse modo, não há técnica melhor ou pior, porque cada uma representa uma identidade (histórica e geográfica) que se manifesta nos objetos e nas ações. Assim, a separação entre *fixos* e *fluxos* só ocorre como movimento de abstração, pois no sentido mais profundo tudo é ação, tudo é movimento, seja em processo, seja em produto.

O espaço *se faz* como relação socioespacial (produzindo-se e reproduzindo-se), já que na gênese de sua constituição e reprodução, a ação também está embutida, pois o espaço não é amorfo, parado, ele é ação: *movimento processo* (agir) e *movimento produto* (objetos). Portanto, o espaço é a materialidade e a imaterialidade social como *meio*, como relações que *se fazem* a partir de uma espacialidade que “reflete” as relações, que “refletem” o espaço.

Como o espaço é produzido e está em movimento constante (reprodução), torna-se necessário estudá-lo também no curso da história. Na realização de tal

tarefa, a análise das técnicas pode se tornar um elemento chave, pois como ela é o *fixo*, o produto do/em movimento, materializa a característica espacial de cada período histórico. Nessa lógica, o tempo se torna material a partir da técnica (encerrada em objetos e ações) e por meio dela analisamos o espaço no tempo.

É nessa direção que os meios geográficos se tornam essenciais na compreensão da dinâmica espacial, porque cada *meio* se refere a um período de tecnificação histórico-espacial. Por isso, as relações espaciais em cada *meio* são diferentes, porque são resultantes da interação entre fixidez e movimento (objetos e fixos, ações e fluxos).

Desse modo, atualmente, o estudo do meio técnico-científico-informacional se torna importante, porque ele representa não só a observação da técnica como constituinte do espaço, mas de todo conjunto de relações estabelecidas em determinado lugar no qual objetos e ações se tornam elementos de uma “nova” configuração espacial, não se resumindo somente na presença de novos fixos, uma vez que se dá uma hiper-ligação entre o material, o imaterial e as relações que os permeiam.

Essas relações são heterogêneas nos lugares e, apesar do capitalismo ser “planetário”, os seus efeitos são percebidos de forma diferente, porque em cada *meio* as relações socioespaciais são distintas, isso é, o alicerce de formas dissonantes, de experiências únicas, que caracteriza o espaço desigual ou dividido. Essa característica do espaço permite que a *horizontalidade* dos lugares se torne uma grande força em meio à *verticalidade* global, pois é partir dela que a vida se torna orgânica, flexível e *humana*, já que a verticalidade tenta se manifestar pela artificialidade, pela rigidez racional, que transforma sujeitos em indivíduos-objetos, pessoas em consumidores, em clientes e em usuários. O “homem vertical” é um ser global que vive, porém, atrás do tempo do capital e nunca chega a uma parada, pois o ritmo da produção não para. Por isso, pensar na *horizontalidade* é refletir sobre o presente e acima de tudo o futuro; é analisar a forma de vida que se quer, que se busca, sem deixar que o espaço passado perca sua dimensão na relação dialética entre tempos e entre espaços.

É na esfera *horizontal* que as possibilidades de mudança podem ocorrer, a partir de um novo *pensar* e de um novo *fazer*, construído principalmente por sujeitos que pouco, sob os controles do Estado e do mercado, tem a perder. Os pobres, conforme tem apontado Milton Santos, detém uma força capaz de construção de um espaço em contraposição ao “globalitarismo”; se este é caracterizado pelo tempo

rápido, os pobres, “embalados” pelo “tempo lento”, redesenham as relações mesmo *em meio* ao meio técnico-científico-informacional e, nele, nos espaços tecnologicamente avançados, uma proposta de uma “nova globalização”, de novos sistemas de objetos e de ações que valorizem o ser, o humano, o coletivo e não o ser egoísta, em um espaço – da diferença – em que novas formas espaciais poderão se constituir, permitindo que as *verticalidades* sejam transformadas pelas *horizontalidades*, e que as *horizontalidades* virem novas *verticalidades*.

Como expressão das contradições entre *verticalidades* e *horizontalidades*, entre *fixos* e *fluxos*, entre *objetos* e *ações*, Dourados encerra-se como espaço de coexistência de múltiplos *meios*, desde o assim concebido como “meio natural” *passando* pelos “meios técnicos” e *incorporando* o “meio técnico-científico-informacional”. Se Dorren Massey aludiu ao espaço como a “coexistência da heterogeneidade” e como a “simultaneidade de estórias-até-agora”, em cada lugar a *coexistência* e a *simultaneidade* de *meios* se coloca como uma possibilidade. Mais que isso, em Dourados se “encontram” e se tensionam “espaços que mandam” e “espaços que obedecem”, “espaços da rapidez” e “espaços lentos”, e “espaços luminosos” e “espaços opacos”. Espaços que são permeáveis, por exemplo, nos contrapontos dados pelos “espaços que leem” um jornal nacional (como a Folha de São Paulo) e por outros “espaços que tem no rádio” seu principal meio de informação.

Mas, diante dos “objetos”, as “ações” também se mostram nas contradições e desencontros de trajetórias. Em espaços tecnologicamente avançados, como em agência principal da Caixa Econômica Federal em Dourados, mulheres e homens, de várias idades, a cada final e início do mês, sobretudo, se encontram em filas diante de aproximadamente uma dúzia de objetos “caixas eletrônicas”. À frente deles, muitas e muitos avançam e desenvolvem suas operações com desenvoltura, mas outras e outros se veem “imobilizados” diante de um objeto que “exige” movimento, rapidez, perícia, senhas, comandos... Por isso, as contradições desse espaço tecnologicamente avançado – como parte do meio técnico-científico-informacional –, avançam para além dos contrastes entre “espaço avançado” e “espaço atrasado” e participam da “lógica” do próprio “espaço avançado”, na medida em que o conjunto de objetos que dele fazem parte é insuficiente para a produção e reprodução de ações e de ideias que garantam a sua plena “funcionalidade”. Ali, na agência bancária, o espaço homogêneo dado pelos objetos (e pelas ações pelas quais a sua *existência* seria pertinente) vira espaço desigual pelos sujeitos que, mesmo diante de objetos iguais, desigualmente se produzem e se reproduzem. Assim, a contradição se

exacerba: diante dos *objetos* do “espaço da rapidez”, as *ações* dos sujeitos do “espaço lento” tornam-se imobilidade, “fila que não anda”, contraposição ao apressamento do cotidiano cada vez mais atroz e veloz. E constrangimento: no extremo, o “mundo da felicidade” da “comodidade tecnológica” pode virar o “mundo da tristeza” de mulheres e homens “perdidos” em *meio* a teclas e códigos de barra.

Sim, isso não se vê apenas em Dourados, pois aqui também buscamos mostrar que esse espaço fora “construído” a partir de ditames capitalistas, principalmente oriundos de forças externas, já que sua “gênese” está calcada em uma colônia agrícola federal que visava expandir a “fronteira agrícola”, posteriormente voltando-se, sob “novos” *objetos* e “novas” *ações*, para a produção agroexportadora, do comércio internacional. Esse conjunto de *objetos* e *ações* foram todos permeados de inserções técnicas, o que permitiu a formação do meio técnico-científico-informacional e a atual configuração espacial de Dourados.

Essa produção espacial se materializou constituindo um conjunto de *ações* e *objetos* que, hegemonicamente, estão altamente ligados à dinâmica global, mas que não deixam de também reproduzir relações socioespaciais marcadas e marcantes de espaços e tempos outros, como os indígenas e os “periféricos” da cidade. Por isso, podemos dizer que simultaneamente se produzem e se reproduzem, contraditoriamente, espaços tecnologicamente avançados e espaços tecnologicamente não avançados, aqueles característicos do meio técnico-científico-informacional e estes dos meios natural e técnicos. Podemos dizer, assim, que há *uma* “Dourados nacional-global” e *uma* “Dourados local”, ou que há faces diferentes do mesmo território, e ambas se cruzam, uma se *opondo* a outra em alguns pontos e uma se *unindo* a outra, em outros pontos.

Percebemos, assim, que há um “cenário espacial” em Dourados que simultaneamente “reúne” a *unicidade* e a *diversidade*. Ímpares e plurais, homogêneas e heterogêneas, iguais e desiguais, cada “porção” do espaço reúne a totalidade enquanto a totalidade é expressão de todas as “porções” que se afastam e se unem ao mesmo tempo. Nesse movimento, “sujeitos rápidos” cruzam e são cruzados por “sujeitos lentos”, “refletindo” o espaço desigual como mulheres e homens desiguais.

Por isso, pensar o espaço como “horizontes verticais” é pensá-lo (que é também um *jeito de fazer*) como possibilidade, como processo e como projeto. Se as *horizontalidades* são as relações socioespaciais dos lugares e das gentes que vivem tais relações como “espaço vivido”, suas possibilidades de *verticalização* sinalizam para a visibilidade e socialização das experiências – até então subalternizadas – dos

“sujeitos lentos”, ao ponto de tomarem o “cenário” e fazerem protagonistas a sempre comum redundância “espaço das gentes” e “gentes do espaço”.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, S. de, SANTOS, G. P. dos. **A política de desenvolvimento do governo popular Dourados, MS** - Período 2000-2002. Três Lagoas: Anais... XII Encontro Sul-Mato-Grossense de Geografia, 2003.

ABREU, S. de. **Planejamento governamental: o papel da SUDECO. Contexto, propósitos e contradições**. São Paulo, USP. Tese de Doutorado, 2001.

AGUIAR, R. C. R. de. **Por uma geografia psicossocial na gestão do espaço – A questão do acesso à informação: segregação e perspectivas**. Goiânia: Anais...VI Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2004.

ANDRADE, M. C. **Geografia: ciência da sociedade**. São Paulo: Atlas, 1992.

ARAUJO, A. G.; OLIVEIRA NETO, A. F. **A expansão da soja no Centro-Oeste brasileiro e a transformação do espaço do município de Dourados: notas para debate** Anais... 12º Encontro de Geógrafos de América Latina, Disponível em: <http://www.egal2009.com>, acessado em 05/06/2009.

ARAUJO, A.G. de J., OLIVEIRA NETO, A. F. de. **Dinâmica da reorganização do espaço urbano da cidade de Dourados: uma abordagem geohistórica**. Asunción: Anais... XXVIIº Encontro de Geohistoria Regional, 2007.

BATISTA JÚNIOR, P. N.. **Mitos da “globalização”**. São Paulo, setembro de 1997, digitado. (Publicado na Série Assuntos Internacionais).

BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BERMAN, M.. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOSI, A.. **A dialética da colonização**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Edit., 2001.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CALAÇA, M., et all. **Agroindustrialização, modernização do campo e dinâmica demográfica em áreas de cerrado**. Anais... XIV ENG: Acre, 2006 (CD).

CALIXTO, M. J. M. S. **Reflexões sobre o processo de redefinição do espaço Urbano em Dourados-MS –Brasil**. Asunción: Anais... XXVII° Encuentro de Geohistoria Regional, 2007.

CARLOS, Ana Fani A. **O “direito à cidade” e a construção de uma metageografia** In: O Espaço urbano: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2007, p.137-151.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

CASTRO, I. E. **O problema da escala**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. 10º ed. Rio de Janeiro: Bertand, 2007, p. 117-140.

DESSEN, M. & A. BRAZ, M. P. **Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos** In: *Psicologia: Teoria e pesquisa*. Brasília: UnB. 2000. Set-Dez. Vol. 16 n. 3, pp. 221-231

Dourados Agora. **Locadoras reagem à crise da pirataria em Dourados**. 26/12/2008. Disponível em: http://www.douradosagora.com.br/not-view.php?not_id=242019, acessado em 20/06/2009.

Dourados Informa. **“Viagra paraguaio” é vendido nos camelôs de Dourados**. 16/04/2008, Disponível em: http://www.douradosinforma.com.br/noticia.php?id_noticia=57983, acessado em 20/06/2009).

ELIAS, N. **O processo civilizador**. V. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

_____. **O processo civilizador**. V. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

_____. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FERREIRA, A. B. de H.. **Dicionário Aurélio Eletrônico – Século XX I**. Versão 3.0: Lexikon, 1999.

FIRMINO, R. J. **Espaços Inteligentes: o meio técnico-científico-informacional e a cidade de São Carlos (SP)**. São Carlos, USP. Dissertação de Mestrado, 2000.

FORRESTER, V. **O horror econômico**. São Paulo: EdUNESP, 1997.

FOUCAULT, M.. **Microfísica do poder**. 12 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

FOUCAULT, M.. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRÉMONT, A. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.

FROMM, E. **Conceito Marxista do Homem**. 8º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra,

1996.

G1, Globo.com. **Celulares pré-pagos passam de 100 milhões em fevereiro, diz Anatel** Disponível em: <http://g1.globo.com>, acessado em 09/09/09

G1, **Globo.com Comércio de celulares usados leva telefonia móvel às classes D e E.** Disponível em: <http://g1.globo.com>, acessado em 09/09/09

G1, Globo.com **Computação nas nuvens vai baratear acesso à internet, aposta Google** Disponível em: <http://g1.globo.com>, acessado em 09/09/09

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: Editora: UNESP,1991.

GOETTERT, J. D. **Espaço civilizador: considerações sobre o corpo e a casa a partir do processo civilizador.** Anais XI Simpósio Processo Civilizador. Anais. Buenos Aires, 2008b.

GOETTERT, J. D.. **O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou.** Dourados: EdUFGD, 2008.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura.** 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos.** Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **Multiterritorialidade, hibridismo e abordagem integradora na perspectiva da Geografia Cultural.** Niterói: UFF, 2008 (digitado).

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: um estudo sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Loyola, 1992.

HEIDEMANN, H. D. **O migrante da racionalização global.** In: O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 15-18.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HISSA, C. E. V. **A Mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade.** Belo Horizonte: UFMG, 2002.

HOBBSAWM, E. **Pessoas extraordinárias.** 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

IANNI, O. **Teorias da Globalização.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1997.

_____. **Brasil: questões atuais da Reorganização do Território.** 5º ed. Rio de Janeiro: Bertand, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: www.ibge.gov.br acessado em 08/06/2009.

JUCEMS, Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul. Disponível em <http://www.jucems.ms.gov.br/>, acessado em 15/09/2008

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. 2ª ed; 6ª reimpr. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LAMOSO, L. P. **Diagnóstico sócio-econômico dos municípios da Bacia do Médio Ivinhema-MS: subsídios para o desenvolvimento regional**. UFMS: Dourados, 2003.

LE BRÁS, H. (direção). **A invenção das populações: biologia, ideologia e política**. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

MARTELETO, R. M. **Análise de redes sociais - aplicação nos estudos de transferência da informação**. In: *Ciência da Informação*. Brasília: IBICT, 2001, vol.30, n.1, pp. 71-81.

MARTINS, J. de S. **O problema das migrações no limiar do terceiro milênio**. In: **O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 19-34.

MASSEY, D. **Pelo espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MDIC. **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**. Disponível em: www.mdic.gov.br, acessado em 08/06/2009.

MELLO, L. de F. et all. **A busca do lugar: mobilidade e riscos no espaço metropolitano de Campinas**. In: Seminário Questão ambiental urbana: experiências e perspectivas, 2004, Brasília.

MORAES, A.C.R. **A Gênese da Geografia Moderna**. 2º Ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. **Território e história no Brasil**. 2º Ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, M.C.V. de, VAZ, A. D. **Um olhar sobre o espaço e as técnicas – a exclusão social causada pelas “máquinas-informacionais”**. Goiânia: Anais... Congresso Brasileiro de Geógrafos. AGB, 2004.

MOREIRA, R. **O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público ordem espacial burguesa**. In: Território. Territórios. Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGeo. UFF/AGB, Niterói, 2002, p. 49-67.

_____. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2006

MÜLLER, G.. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo:

Hucitec; EdPUC, 1989.

ORTIZ, R. **As Ciências Sociais e o Inglês**. RBCS Vol. 19 nº. 54 fevereiro/2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/19n54/a01v1954.pdf>, acessado em 13/09/2009.

PARENTE, A. M. **A Expansão agrocomercial associada à modernização do campo**. Goiânia: Anais... VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. AGB, 2004.

PAULA, E. r A. de. **(Des)envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental**. Rio Branco: EdUFAC, 2005.

PEREIRA, A. P. C, LAMOSO, L. P. **O comércio varejista na cidade de Dourados-MS: o ramo de vestuário**. Goiás: Anais... Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2004.

PIRES, H. F. **"Ethos" e mitos do pensamento único globaltotalitário**. São Paulo: Terra Livre, n. 16, 2001.

_____. **Inovação tecnológica e desenvolvimento da Cibercidade: o advento da cibercidade**. In: Educação Pública. Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/geografia/0013.html>, acessado em 06/07/2007.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. PNUD, versão 1.0: ESM: 2003. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/oque/index.php>, acessado em 01/07/2009.

Portal da Prefeitura Municipal de Dourados. Disponível em: www.dourados.ms.gov.br, acessado em 08/08/2009.

PORTAL MS. **Dourados lidera ranking de exportações em MS**. <http://www.portalms.com.br/noticias/Dourados-lidera-ranking-de-exportacoes-em-MS-/Dourados/Economia/15923.html>, acessado em 08/06/2009.

PÓVOA NETO, H. **Barreiras físicas à circulação como dispositivos de política migratória: notas para uma tipologia**. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/mesa_03_bar_fis_circ.pdf, acessado em 13/09/2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REVEL, J. (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

RUSCHEL, A. J., RAMOS JUNIOR, H. S. **Tecnologia, Complexidade, Globalização e Sociedade em Rede**. Florianópolis: UFSC. Disponível em: www.buscalegis.ufsc.br, acessado em 16/06/09.

RYDLEWSKI, C. **Computação sem fronteiras**. Revista Veja, edição 2125, de 12/08/2009

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**. São Paulo: Paz e

Terra, 1988.

SAID, E. W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, D. **A reinvenção do espaço**. São Paulo: Unesp, 2002.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo : HUCITEC, 1978.

_____. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Espaço & Método**. 3º ed. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. **Técnica Espaço Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo, Hucitec, 1994

_____. **Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência** - Boletim Gaúcho de Geografia - Agosto de 1996

_____. **A Natureza do Espaço – técnica e tempo, razão e emoção**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997

_____. **Da política dos estados à política das empresas**. Cadernos da Escola do Legislativo. Belo Horizonte: ALMG nº6, pp. 9-23, jan./jun.1998.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 2º ed. Rio de Janeiro, Record, 2000.

_____. **As exclusões da globalização: Pobres e negros**. In: FERREIRA, Antônio Mário (org.). Na própria pele: Os negros no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, 2000b.

_____. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. 2ª ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2000c.

_____. – **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. Ribeiro, Wagner da Costa (org.). São Paulo: Publifolha, 2002.

_____. **Território e Dinheiro**. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. *Território, Territórios*. Niterói: PPGeo-UFF/AGB-Niterói, RJ. 2002b. p.17 – 38.

_____. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. 2ª ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2000c.

_____. **O Espaço Dividido: Os dois circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. São Paulo: EDUSP, 2ª ed., 2004a.

_____. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: EDUSP, 5ª ed., 2004b.

_____. **Da Totalidade ao lugar**. São Paulo, Edusp, 2005.

SANTOS, M., SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro. Record. 2001.

SCARAVELLO, L. **Antirracismo**. Disponível em: http://recantodasletras.uol.com.br/autor_textos.php?id=45917, acessado em 12/09/2009.

SILVA, L. V. **Tramas urbanas de uma cidade ocupada: análise possível de uma experiência com ocupações no Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006.

SILVA, M. C. T. **Novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização em Dourados-MS**. São Paulo: USP. Tese de Doutorado, 2000.

SILVA, M. C. T. **A Construção de uma política de desenvolvimento para Dourados-MS**. Revista de Geografia nº 17. Campo Grande: UFMS, 2003, jan/jun., p. 29-32.

SOUZA, A. O. **Distrito Industrial de Dourados-MS: intenções, resultados e perspectivas**. Presidente Prudente: UNESP. Dissertação de Mestrado, 1995.

SOUZA, A. O. **Estratégia dos distritos industriais como instrumento de desenvolvimento regional e sua aplicabilidade em Mato Grosso do Sul**. São Paulo: USP. Tese de Doutorado, 2002.

TEIXEIRA, M. A. **As mudanças agrícolas no Mato Grosso do Sul: o exemplo da Grande Dourados**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1989.

TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

_____. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2002.